UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
ESCOLA DE ARTES, CIÊNCIAS E HUMANIDADES
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SUSTENTABILIDADE

VITOR MORETTI ZONETTI

**O desenvolvimento do Projeto Agroflorestar no Assentamento Mário Lago: dos
processos de aprendizagem à transformação da atividade**

São Paulo
2019

VITOR MORETTI ZONETTI

O desenvolvimento do Projeto Agroflorestar no Assentamento Mário Lago: dos processos de aprendizagem à transformação da atividade

Dissertação apresentada à Escola de Artes, Ciências e Humanidades da Universidade de São Paulo para obtenção do título de Mestre em Ciências do Programa de Pós-Graduação em Sustentabilidade.

Versão corrigida contendo as alterações solicitadas pela comissão julgadora em 28 de Fevereiro de 2019. A versão original encontra-se em acervo reservado na Biblioteca da EACH/USP e na Biblioteca Digital de Teses e Dissertações da USP (BDTD), de acordo com a Resolução CoPGr 6018, de 13 de outubro de 2011.

Área de concentração:
Gestão Ambiental

Orientador:
Prof. Dr. Cristiano Luis Lenzi

São Paulo

2019

Autorizo a reprodução e divulgação total ou parcial deste trabalho, por qualquer meio convencional ou eletrônico, para fins de estudo e pesquisa, desde que citada a fonte.

CATALOGAÇÃO-NA-PUBLICAÇÃO

(Universidade de São Paulo. Escola de Artes, Ciências e Humanidades. Biblioteca)
CRB 8 -4936

Zonetti, Vitor Moretti

O desenvolvimento do projeto Agroflorestar no Assentamento Mário Lago: dos processos de aprendizagem à transformação da atividade / Vitor Moretti Zonetti ; orientador, Cristiano Luis Lenzi – 2019.

122 f. : il.

Dissertação (Mestrado em Ciências) - Programa de Pós-Graduação em Sustentabilidade, Escola de Artes, Ciências e Humanidades, Universidade de São Paulo
Versão corrigida

1. Ecologia agrícola - São Paulo. 2. Assentamento rural - São Paulo. 3. Movimento dos sem-terra. 4. Assentamento Mário Lago - São Paulo. I. Lenzi, Cristiano Luis, orient. II. Título

CDD 22.ed. – 630.577

ZONETTI, Vitor Moretti. **O desenvolvimento do Projeto Agroflorestar no Assentamento Mário Lago:** dos processos de aprendizagem à transformação da atividade. 2019. 122 f. Dissertação (Mestrado em Ciências) – Escola de Artes, Ciências e Humanidades, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2019.

Aprovado em: 28/02/2019

Banca Examinadora

Profa. Dra. Sylmara Lopes Francelino Gonçalves Dias
Universidade de São Paulo. Escola de Artes, Ciências e Humanidades

Prof. Dr. Julio Cesar Suzuki
Universidade de São Paulo. Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas

Profa. Dra. Raquel Santos Sant’Ana
Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”. Faculdade de Ciências Humanas e Sociais

Dedico esta pesquisa às mais de um milhão de famílias assentadas e às mais de 25 mil famílias acampadas no nosso país. Pessoas estas, que, mesmo enfrentando todas as adversidades, fazem de suas vidas instrumentos da luta pela reforma agrária popular. Dedico esta pesquisa, também, a todas e todos que plantam alimentos sem agrotóxicos e reestabelecem os ecossistemas pelo Brasil afora.

AGRADECIMENTOS

Agradeço, imensamente, às companheiras e aos companheiros do Assentamento Mário Lago por sempre me acolherem carinhosamente nas visitas que realizei durante estes dois anos e meio de pesquisa. Muito além dos dados necessários para a escrita desta dissertação, em cada conversa, pude aprender ensinamentos sobre sistemas ecológicos, produção de alimentos sem agrotóxicos e, sobretudo, como se organizar socialmente de forma horizontalizada e amplamente democrática. Definitivamente, estar com todas e todos, foi mais que realizar uma pesquisa científica. Cada encontro foi uma lição de vida.

Agradeço à minha família pelos incentivos e apoio imprescindíveis, para que eu iniciasse, continuasse e concluísse este mestrado. Sem vocês, nada disso seria possível.

Agradeço à banca da qualificação composta pela Profa. Dra. Sylmara Gonçalves, pelo Prof. Dr. Júlio Suzuki e pelo Prof. Dr. Cristiano Luis Lenzi, cujas análises foram de suma importância para o término da pesquisa.

Agradeço à Assistente Social e Profa. Dra. Raquel Santos Sant'Ana da Faculdade de Ciências Humanas e Sociais da UNESP, Campus de Franca - SP, com quem tive conversas enriquecedoras para que pudesse aprimorar minha discussão teórica e aguçar minha leitura sobre os dados obtidos em campo.

Por fim, agradeço à Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) por custear minha participação no XI Congresso Latino-americano de Agroecologia realizado na cidade de Brasília - DF em setembro de 2017, por meio de verba oferecida pelo Programa de Apoio à Pós-Graduação (PROAP).

“Vamos levar a Agrofloresta para o mundo!”
Coordenador do Projeto Agroflorestar (informação verbal)¹

¹ Relato do Coordenador do Projeto Agroflorestar obtido nas entrevistas realizadas pela presente pesquisa.

RESUMO

ZONETTI, Vitor Moretti. **O desenvolvimento do Projeto Agroflorestar no Assentamento Mário Lago:** dos processos de aprendizagem à transformação da atividade. 2019. 122 f. Dissertação (Mestrado em Ciências) – Escola de Artes, Ciências e Humanidades, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2019. Versão corrigida.

A presente pesquisa objetivou descrever historicamente os processos de aprendizagem criados pelos integrantes do Assentamento Mário Lago sobre Sistemas Agroflorestais Agroecológicos (SAF) no âmbito do Projeto Agroflorestar e de projetos complementares, valorizando os significados de agroecologia desenvolvidos pelos assentados após estas experiências. Para tais preposições, a pesquisa possui uma abordagem dialética para a compreensão das contradições que compuseram o objeto de estudo. A coleta de dados foi realizada pela observação não participante de assembleias do Setor de Produção deste assentamento nos meses de junho, julho e agosto de 2018 e por entrevistas semiestruturadas com um integrante da coordenação do Projeto Agroflorestar e assentados, bem como, com consumidores que vivem na cidade de Ribeirão Preto - SP. Os resultados apontam que a adoção da agroecologia como o novo paradigma produtivo do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) deliberado nacionalmente a partir de 2000, influenciou a constituição de assentamentos agroecológicos. É neste contexto político que se insere o Assentamento Mário Lago como território integrante do Projeto de Desenvolvimento Sustentável (PDS) da Fazenda da Barra, situado em uma área de recarga do Aquífero Guarani próxima a cidade de Ribeirão Preto – SP e que incorporou as premissas da Comuna da Terra ao reintegrar trabalhadores ao espaço rural. Devido as novas circunstâncias políticas apresentadas pelo paradigma agroecológico, os integrantes do Assentamento Mário Lago passaram a realizar novas alianças sociais para incrementar seus sistemas produtivos. Neste processo, o Centro de Formação Sócio-Agrícola “Dom Hélder Câmara” foi abordado pela Cooperafloresta, uma cooperativa de comunidades quilombolas e agricultores familiares da região do Vale do Ribeira, para desenvolver a formação de assentados sobre Sistemas Agroflorestais Agroecológicos nas escolas do MST. As particularidades fundantes do Assentamento Mário Lago condicionaram o desenvolvimento do Projeto Agroflorestar junto aos agricultores, ou seja, em sua base economicamente produtiva e não necessariamente na educação formal. Desta forma, os processos de aprendizagem foram gerados de forma autônoma a partir das necessidades objetivas dos assentados envolvidos e, devido a necessidade de constante formação sobre o manejo dos Sistemas Agroflorestais Agroecológicos e escoamento da produção agrícola, um determinado

grupo fundou a Cooperativa Agroflorestal Comuna da Terra. Concluiu-se que os SAFs, ao se tornarem o novo objeto de interação destes Sem Terras, passaram a oferecer novas dinâmicas de trabalho coletivo pautado em processos de aprendizagem coletiva realizados pelo trabalho e, conseqüentemente, levaram a liderança destes processos de aprendizagem a se organizarem entorno da citada cooperativa. Foi justamente este grupo de assentados que teve sua atividade transformada, ao abarcarem a dimensão ambiental como elemento constituinte de sua realidade objetiva, uma vez que as distintas subjetividades passaram a ter as relações ecológicas como integrantes de suas visões de mundo. Desta forma, o desenvolvimento do Projeto Agroflorestar foi de suma relevância para a efetivação da agroecologia no Assentamento Mário Lago, ainda que o plantio de Sistemas Agroflorestais Agroecológicos esteja restrito a um determinado grupo social.

Palavras-chave: Agroecologia. Aprendizagem Expansiva. Assentamento Mário Lago. Projeto Agroflorestar. Teoria da Atividade.

ABSTRACT

ZONETTI, Vitor Moretti. **The development of the Agroflorestar Project in Mario Lago Rural Settlement in Brazil:** from the learning processes to the transformation of the activity. 2019. 122 p. Thesis (Master of Sciences) – School of Arts, Sciences and Humanities. University of São Paulo, São Paulo, 2019. Revised version.

This research aimed to describe the learning processes on Agroforestry Systems created by the members of the Mario Lago Rural Settlement within the scope of the Agroforestry Project and its complementary projects enhanced by the meanings of agroecology developed by the settlers as a result of these experiences. For such prepositions, the research has a dialectical approach to underline the composing contradictions of the object of study. The data collection was held through non-participant observation of the Production Sector assemblies in the months of June, July and August 2018, and semi-structured interviews with settlers, a Agroflorestar Project technician and consumers living in the city of Ribeirao Preto, in the state of Sao Paulo, Brazil. The results indicate that the adoption of agroecology by the Landless Workers' Movement (MST) as the new productive paradigm, nationally deliberated by 2000, have influenced the formation of agroecological settlements. In this political context, the Mario Lago Rural Settlement was created as part of the Sustainable Development Project (PDS) of the Fazenda da Barra in an area of Guarani Aquifer recharge. The settlement also incorporated the premises of Comuna da Terra and is located near the city of Ribeirao Preto which intends to reintegrate urban workers into rural areas. Due to the new political circumstances presented by the agroecological paradigm, the members of the Mario Lago Settlement started new social alliances to increase their production. In this scenario, the Center for Socio-Agricultural Formation "Dom Hélder Câmara" was approached by Cooperafloresta, a cooperative formed by quilombolas communities and family farmers in the region of Vale do Ribeira, also in the state of Sao Paulo in Brazil, to educate settlers on Agroforestry Systems in MST schools. The Mario Lago Rural Settlement founding peculiarities conditioned the development of the Agroflorestar Project with the farmers whom represent the economically productive and not necessarily in formal education conditions. Thus, the learning processes were autonomously developed having the settlers' objective needs as starting point, and had been the monolith of social organizations created by the settlers as the Comuna da Terra Agroforestry Cooperative. The research concludes that in the time that the agroforestry had become the new object of interaction of these Sem Terras, it had also begun to offer new collective work dynamics based on collective learning processes

carried out by labor itself, consequently, led the leadership group of these learning processes to be organized around the formed cooperative. This precise group of settlers had their activity transformed by embracing the environmental dimension as a constituent element of their objective reality, once the different subjectivities began to have ecological relations as part of their worldviews. In this way, the development of the Agroforestry Project was of a central element to the characterization of Mario Lago Settlement as a agroecological territory, even though the Agroforestry Systems is restricted to a certain social group.

Keywords: Activity Theory. Agroecology. Agroforestry. Expansive Learning. Rural Social Movements.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Contraste entre o Assentamento Mário Lago e a produção canavieira	34
Figura 2 – Constituição física do Assentamento Mário Lago.....	38
Figura 3 – Sistema Agroflorestal implantado em parceria com a EMBRAPA	45
Figura 4 – Sem Terras em visita a Cooperafloresta em 2011	47
Figura 5 – Escolinha Agroflorestal	53
Figura 6 – Sistema agroflorestal agroecológico iniciado na Cabeceira da Nascente	58
Figura 7 – Sistema agroflorestal agroecológico compartilhado	62
Figura 8 – Sistema agroflorestal agroecológico no lote de uma liderança	63
Figura 9 – Sistema agroflorestal agroecológico em reformulação	64
Figura 10 – Galpão da Cooperativa Agroflorestal Comuna da Terra	68
Figura 11 – Caminhão refrigerado da Cooperativa Agroflorestal Comuna da Terra	69
Figura 12 – Processo de organização das cestas agroflorestais	70
Figura 13 – Pregão da Cooperativa Agroflorestal Comuna da Terra	73
Figura 14 – Esquema da situação-problema mediada pelos signos.....	82
Figura 15 – Modelo geral de um sistema de atividade	95
Figura 16 – Ciclo de aprendizagem expansiva	98
Figura 17 – Ciclo de aprendizagem expansiva no Assentamento Mário Lago.....	99

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ANAP	Associação Nacional de Agricultores Pequenos
ARFUSP	Associação Ribeirão-pretana dos Funcionários da Universidade de São Paulo
CF	Capital Fixo
COTUCA	Colégio Técnico da UNICAMP
ELLA	Escola Latino Americana de Agroecologia
EMBRAPA	Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária
FUNBIO	Fundo Brasileiro pela Biodiversidade
LVC	La Via Campesina
INCRA	Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
MACAC	Movimento Agroecológico Camponês a Camponês
MLST	Movimento de Libertação dos Sem-Terra
MST	Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra
OPAC	Organismos Participativos de Avaliação de Conformidade Orgânica
PAA	Programa de Aquisição de Alimentos
PDS	Projeto de Desenvolvimento Sustentável
PNAE	Programa Nacional de Alimentação Escolar
PROCERA	Programa Especial de Crédito para a Reforma Agrária
SALBA	Sistemas Agroalimentares Locais de Base Agroecológica
SMA	Secretaria do Meio Ambiente
TAC	Termo de Conduta
UGT	União Geral dos Trabalhadores
UNAG	União Nacional de Agricultores e Pecuáristas
UNICAMP	Universidade Estadual de Campinas
USP	Universidade de São Paulo

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	15
1 O DESPERTAR DA CONSCIÊNCIA AGROECOLÓGICA.....	20
1.1 O PARADIGMA AGROECOLÓGICO	20
1.2 O MÉTODO CAMPONÊS	24
1.3 AGROECOLOGIA COMO PILAR DO MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM-TERRA (MST).....	28
1.4 O PROJETO AGROECOLÓGICO DO ASSENTAMENTO MARIO LAGO	33
1.5 O PAPEL FUNDAMENTAL DO CENTRO DE FORMAÇÃO SÓCIO-AGRÍCOLA “DOM HÉLDER CÂMARA”	36
1.6 AS PRIMEIRAS TENTATIVAS DE IMPLANTAÇÃO DE SISTEMAS AGROFLORESTAIS	42
1.7 A CHEGADA DO PROJETO AGROFLORESTAR	46
2 APRENDIZAGEM ORIGINADA NAS RELAÇÕES SOCIAIS E NO TRABALHO COLETIVO.....	50
2.1 A ESCOLINHA AGROFLORESTAL	52
2.2 PLANTIO NAS ÁREAS DE RESERVA LEGAL	54
2.3 SISTEMAS AGROFLORESTAIS AGROECOLÓGICOS NOS LOTES INDIVIDUAIS	59
2.4 A FORMAÇÃO DA COOPERATIVA ORGÂNICA E AGROFLORESTAL COMUNA DA TERRA	65
2.4.1 A aprendizagem como práxis da Cooperativa Agroflorestal Comuna da Terra ...	76
3 SIGNIFICADOS DE AGROECOLOGIA NO ASSENTAMENTO MÁRIO LAGO	78
3.1 A CONSTRUÇÃO DA SUBJETIVIDADE	80
3.1.1 Aprendizagem pela zona de desenvolvimento proximal	83
3.2 A ATIVIDADE TRANSFORMADA PELAS RELAÇÕES SOCIAIS.....	84
3.2.1 Estrutura da atividade	85
3.3 O DESENVOLVIMENTO DA ATIVIDADE AGROFLORESTAL.....	88
3.4 A AGROECOLOGIA PELOS INTEGRANTES DA COMUNA DA TERRA	92
3.4.1 Aprendizagem expansiva.....	93
3.4.2 A Cooperativa Agroflorestal Comuna da Terra como aprendizagem expansiva...	96
CONCLUSÃO	109

REFERÊNCIAS	114
APÊNDICE A – QUESTIONÁRIO REALIZADO COM AS LIDERANÇAS DOS SISTEMAS AGROFLORESTAIS AGROECOLÓGICOS	118
APÊNDICE B – QUESTIONÁRIO REALIZADO COM A COORDENADORA DE PROJETOS DO CENTRO DE FORMAÇÃO SÓCIO-AGRÍCOLA “DOM HÉLDER CÂMARA”	119
APÊNDICE C – QUESTIONÁRIO REALIZADO COM OS INTEGRANTES DA COOPERATIVA AGROFLORESTAL COMUNA DA TERRA	120
APÊNDICE D – QUESTIONÁRIO REALIZADO COM CONSUMIDORES.....	121

INTRODUÇÃO

A partir dos anos 2000, o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) deliberou a agroecologia como seu novo paradigma produtivo, ampliando seus fundamentos até então restritos a aspectos socioeconômicos, ao incluir a dimensão ambiental na construção da reforma agrária popular (MST, 2000). Com o intuito de concretizar como movimento social do campo que elenca o meio ambiente e a sustentabilidade de seus territórios como elementos também centrais, o MST passa a enfrentar a necessidade de aprender técnicas de agricultura referentes a novas formas de organização do trabalho, bem como, a reformulação de suas estruturas orgânicas de base.

Seguindo as premissas agroecológicas a nível nacional do MST, há diversos casos que demonstram que os Sem Terras² passaram a acessar políticas públicas para constituir seus assentamentos de maneira condizente com as novas deliberações, como é o caso do Programa de Desenvolvimento Sustentável (PDS) do Instituto de Reforma Agrária e Colonização (INCRA). Concomitantemente houve a criação da proposta das Comunas da Terra, cujas intenções se expressam em assentamentos que possuem estritamente a agroecologia como base produtiva e que estão localizados próximos a centros urbanos, reintegrando trabalhadores outrora rurais e que passaram por um grande período de suas vidas como trabalhadores urbanos. Além disso, nos assentamentos tipo Comuna da Terra não há titulação individual dos lotes, e sim, uma concessão de uso da terra aos assentados (GOLDFARB, 2006).

É dessa forma que socialmente se configura o Assentamento Mário Lago localizado no município de Ribeirão Preto, na região nordeste do Estado de São Paulo, local desta pesquisa. Este assentamento foi fundado sob as premissas das Comunas da Terra e é parte do PDS da Barra, formado justamente pela desapropriação da antiga Fazenda da Barra devido ações ambientalmente degradantes advindas da produção hegemonicamente canavieira. Destaca-se, ainda, que esse território se assenta sobre uma área de recarga do Aquífero Guarani.

Mesmo em etapas posteriores à conquista do PDS da Barra, os assentados do Mário Lago experimentaram algumas alianças sociais com intuito de estruturar o projeto agroecológico do assentamento e, sobretudo, de deliberarem os Sistemas Agroflorestais

² Compreende-se Sem Terra como substantivo, e não como pronome, pela caracterização dos sujeitos que desenvolvem suas identidades ao longo da construção ontológica junto ao MST. Este debate se apresenta de forma aprofundada em Caldart (2000).

(SAFs)³ como técnica de agricultura identitária. Já na fase de homologação do assentamento, mais precisamente em 2011, estes mesmos assentados foram abordados pela Associação dos Agricultores Agroflorestais de Barra do Turvo e Adrianópolis, a Cooperafloresta, dando início ao Projeto Agroflorestar em território Sem Terra.

O Projeto Agroflorestar foi o início de processos intensos de aprendizagem sobre Sistemas Agroflorestais Agroecológicos⁴, que se ampliou no acesso a outros projetos como os oferecidos pela Secretaria do Meio Ambiente (SMA) e pelo Fundo Brasileiro pela Biodiversidade (FUNBIO). A partir deste conhecimento desenvolvido, novos arranjos sociais também foram criados até influenciar a formação de uma cooperativa estritamente agroflorestal, a Cooperativa Agroflorestal Comuna da Terra.

Questiona-se como estes citados processos de aprendizagem foram criados e deliberados como formas efetivas de implantação de Sistemas Agroflorestais Agroecológicos no Assentamento Mário Lago e, ao mesmo tempo, quais foram as tentativas errôneas que impulsionaram as dinâmicas assertivas. Considera-se a aprendizagem como formas de mediação entre as necessidades objetivas vivenciadas pelos assentados e pelo ambiente encontrado no assentamento que, histórica e anteriormente a ocupação dos Sem Terras, fora constituído pela atividade latifundiária.

Ao mesmo tempo, elencou-se a possibilidade de novos arranjos sociais constituídos para a implantação dos SAFs e sua perpetuação como técnica de agricultura no assentamento em discussão. A formação da Cooperativa Agroflorestal Comuna da Terra é a expressão empírica desta hipótese, que também se estrutura sobre a troca e a construção de conhecimento advindos de métodos autônomos criados pelos assentados.

Além da constituição e organização dos processos de aprendizagem em si, o modo de alteração da realidade objetiva possibilitou que os sujeitos envolvidos se relacionassem com o ambiente de maneira distinta daquela encontrada no estágio inicial enquanto acampados da Fazenda da Barra. Atualmente, estes mesmos sujeitos possuem uma nova leitura dos processos naturais e, conseqüentemente, do projeto agroecológico no qual estão incluídos.

³ Segundo Righi (2015), a definição mais aceita sobre Sistemas Agroflorestais e utilizada pelo *World Agroforestry Center* aponta que “Sistema agroflorestal é o nome coletivo para sistemas de uso da terra e tecnologias em que plantas lenhosas perenes (árvores, arbustos, palmeiras, bambus etc.) são deliberadamente usadas na mesma unidade de manejo de culturas agrícolas e/ou animais, ambas na forma de arranjos especiais ou sequências temporais. Nos sistemas agroflorestais existem ambas as interações ecológicas e econômicas entre os diferentes componentes.” (Nair, 1984 apud Righi, 2015)

⁴ Na perspectiva do Projeto Agroflorestar o conceito de “Sistemas Agroflorestais” se anexa a denominação “Agroecológicos” justamente pela perspectiva sociopolítica da Agroecologia enquanto o novo modo de ser realizar do campesinato que traz consigo seu próprio método de agricultura que, por sua vez, independe de insumos químicos (CORRÊA NETO et al., 2016a). A dimensão social da Agroecologia e a Agroecologia Política, precisamente, são debatidas no primeiro capítulo da presente pesquisa.

Assim sendo, nesse cenário de concretização de um novo modo de se realizar destes referidos Sem Terras, a presente pesquisa objetivou descrever historicamente os processos de aprendizagem criados pelos integrantes do Assentamento Mário Lago sobre Sistemas Agroflorestais Agroecológicos no âmbito do Projeto Agroflorestar e de projetos complementares, valorizando os significados de agroecologia desenvolvidos pelos assentados após estas experiências. Assentados estes que se organizaram entorno de um novo arranjo social resultante dos processos de aprendizagem desenvolvidos, a Cooperativa Agroflorestal Comuna da Terra.

Como estrutura de pesquisa, foram investigados os processos de aprendizagem sobre os SAFs desde o início do Projeto Agroflorestar, tendo como base inicial a concepção da Agroecologia debatida a nível nacional pelo MST. Para tal preposição, a pesquisa utiliza-se da abordagem dialética para a leitura das contradições acerca dos paradigmas produtivos latifundiário e camponês que evidenciaram a necessidade do MST em aproximar a construção social e econômica à dimensão ambiental de seus assentamentos, com sua melhor representação expressada no paradigma agroecológico.

Referente aos processos de aprendizagem, destaca-se a autonomia dos assentados nas resoluções de problemas e na criação de novas dinâmicas que atendessem suas demandas objetivas, bem como, na busca de conhecimento em outros territórios ambientalmente similares ao do referido assentamento. Mantem-se, assim, a estrutura epistemológica da presente pesquisa desde a leitura da deliberação da agroecologia na macroestrutura do MST, perpassando pelo desenvolvimento do Projeto Agroflorestar e suas dinâmicas de aprendizagem até a modificação da subjetividade dos sujeitos que possuem os SAFs como técnica de agricultura.

Desta forma, a apreensão dos significados de agroecologia e sistemas agroflorestais foram alicerçados segundo a teoria da atividade que, também de maneira dialética, pressupõe a centralidade da construção social como elemento inicial para o desenvolvimento da subjetividade humana (LEONTIEV, 1978, 2005a; VIGOTSKY, 2007). Esta teoria é base para compreensão dos assentados do Mário Lago e na continuidade da aprendizagem sobre SAF e a consequente mudança de alguns fragmentos do ambiente local, fato este que proporcionou a transformação da atividade de um determinado grupo social.

Para tais premissas e como técnicas de coleta de dados, foi utilizada a metodologia de observação não participante como descrita por Minayo, Deslandes e Gomes (2009) para acompanhamento das assembleias do Setor de Produção do referido assentamento e da Cooperativa Agroflorestal Comuna da Terra, com o intuito de apreender as dinâmicas de

organização e deliberações destas duas instâncias. Paralelamente, a pesquisa abordou quinze pessoas para a realização de entrevistas semiestruturadas para a apreensão dos processos de aprendizagem sobre os SAF, entre elas, um integrante da coordenação do Projeto Agroflorestar, onze assentados e três consumidores dos alimentos agroflorestais produzidos no assentamento e que são residentes da cidade de Ribeirão Preto.

Entre os assentados, foram entrevistados uma integrante da Direção Nacional do MST, nove integrantes do Setor de Produção do Assentamento Mário Lago que também são integrantes da Cooperativa Agroflorestal Comuna da Terra e a coordenadora de projetos do Centro de Formação Sócio-Agrícola “Dom Hélder Câmara”. As entrevistas foram realizadas tanto nas assembleias citadas como em visitas à lotes individuais nos meses de junho, julho e agosto de 2018. Salienta-se que a apresentação dos trechos selecionados das entrevistas realizados com os sujeitos de pesquisa ocorre de forma a preservar suas identidades, utilizando-se, portanto, somente a letra inicial de seus nomes no caso dos assentados e consumidores e, quando necessário destacar, descrevendo as funções exercidas no assentamento.

Todos os entrevistados, com exceção dos consumidores, vivem atualmente no referido assentamento. Desses, somente o Coordenador do Projeto Agroflorestar no Assentamento Mário Lago não vivenciou o processo de ocupação e acampamento na Fazenda da Barra e a consequente homologação do assentamento, processo este que se iniciou em 2002. O citado coordenador mudou-se para o assentamento em 2012, no início dos processos de aprendizagem sobre os Sistemas Agroflorestais Agroecológicos nas áreas de reserva legal. É válido citar que este sujeito teve passagens pela Barra do Turvo e pelo Assentamento Contestado, no município da Lapa-PR, fator que sustenta sua vasta experiência em territórios agroecológicos e populares.

A seleção dos entrevistados se deu conforme a necessidade para a coleta dos dados, assim, utilizando-se do tipo de amostragem bola de neve descrita por Becker (1999). Previamente, a pesquisa abordou três sujeitos-chave, sendo estes: uma das lideranças da Cooperativa Agroflorestal Comuna da Terra, o integrante da coordenação do Projeto Agroflorestar no Assentamento Mario Lago e a coordenadora de projetos do Centro de Formação Sócio-Agrícola “Dom Hélder Câmara”. A partir destes sujeitos considerados as sementes da amostragem, os mesmos indicavam outros sujeitos centrais que deveriam ser abordados para o cumprimento dos objetivos propostos pela pesquisa. Desta forma, a seleção dos sujeitos de pesquisa se deu pelo processo de indicação pelos próprios sujeitos de pesquisa

para apreensão dos processos analisados, até alcançar os doze relatos internos ao Assentamento Mário Lago e que foram suficientes para escrita dos resultados e da discussão.

Como base conceitual que fundamenta as discussões presentes, foi utilizado o atual debate teórico sobre agroecologia em suas dimensões política e social, que explicitam este paradigma produtivo para além das concepções estritas aos agroecossistemas; teorias que sustentam os processos de aprendizagem em territórios Sem Terra; e, finalmente, a teoria da atividade, originada na teoria histórico-cultural da atividade e representada na sua nova perspectiva a partir da aprendizagem expansiva, com o intuito de debater a transformação subjetiva de um determinado grupo de assentados.

Seguindo estas premissas, o primeiro capítulo se ocupa em descrever a agroecologia como projeto de realização do MST e a consequente concretização do Assentamento Mário Lago como parte de um PDS. O segundo capítulo é composto pela descrição dos processos de aprendizagem sobre os SAFs, até alcançar a formação da Cooperativa Agroflorestal Comuna da Terra. É importante apontar que na seção que aborda o Centro de Formação Sócio-Agrícola “Dom Hélder Câmara” como elemento focal de pesquisa, a coordenadora de projetos deste mesmo centro de formação é a principal interlocutora para apreensão de dados, enquanto que nas outras seções há uma variedade de relatos. Já no terceiro capítulo, há uma breve revisão dos marcos históricos dos processos de aprendizagem com intuito de elucidá-los como saltos qualitativos que evidenciam elementos fundamentais para a mudança da atividade dos diversos sujeitos estudados.

Aponta-se que a exposição dos dados coletados ocorre ao longo da pesquisa, sendo acompanhada pelo debate teórico pertinente. Desta forma, buscou-se compreender a necessidade do debate sobre a agroecologia enquanto projeto político do MST, a sua realização a partir das contradições nos processos de aprendizagem sobre SAFs no Assentamento Mário Lago e a transformação da atividade dos sujeitos que se organizaram em uma nova unidade social, que agora possuem as agroflorestas⁵ enquanto prática social.

⁵ Utiliza-se “agroflorestas” como uma denominação popular de Sistemas Agroflorestais, constantemente citadas nas entrevistas realizadas com os assentados.

1 O DESPERTAR DA CONSCIÊNCIA AGROECOLÓGICA

Mesmo antes do início das atividades do Projeto Agroflorestar no Assentamento Mário Lago e o consequente desenvolvimento da aprendizagem sobre Sistemas Agroflorestais Agroecológicos, foi importante compreender processos de ordem estrutural do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra (MST) que levaram às mudanças na atividade do grupo de assentados em questão. Esses eventos se iniciaram na agroecologia como parte da concepção da reforma agrária do movimento e que se concretizaram em projetos de assentamentos agroecológicos implementados no Estado de São Paulo, como demonstrado ao longo deste capítulo.

Destaca-se que a mudança de um paradigma produtivista para um paradigma agroecológico não abandona, de maneira alguma, as já estruturadas bandeiras de luta do movimento. A construção de uma sociedade socialista, o rompimento com a dicotomia entre campo e cidade, a igualdade de gênero e, sobretudo, a derrubada do modelo hegemônico e latifundiário da agricultura brasileira se anexam a um novo modelo de materialização das relações sociais a partir do campesinato Sem Terra. (MST, 2000)

No contexto da unidade social do Assentamento Mário Lago, um determinado grupo que se organizou entorno da Cooperativa Agroflorestal Comuna da Terra teve sua atividade transformada por meio da aprendizagem expansiva, a discussão está demonstrada em outro capítulo subsequente. Porém, antecipa-se que a concomitância dos fatos de ordem estrutural do movimento e da materialização das relações sociais de base, que agora se anexam à dimensão ambiental, tem seu desenvolvimento a partir de experiências concretas, ou seja, advindas da realidade objetiva.

1.1 O PARADIGMA AGROECOLÓGICO

Pesquisadores como Wezel et al. (2011), expõem que o movimento histórico da agroecologia se iniciou numa concepção de ecologia aplicada a sistemas produtivos na intitulada “velha idade” que dá-se entre os anos de 1930 a 1960, perpassando pela fundação da agroecologia enquanto ciência entre os anos de 1960 e 1970, até alcançar a “fase de expansão” a partir da década de 1980 quando é caracterizada, também, como uma bandeira por parte de pequenos agricultores, comunidades tradicionais e movimentos sociais.

Wezel et al. (2011) afirmam que, atualmente, a agroecologia ao passar de um enfoque restrito aos sistemas produtivos para uma prática social, envolve uma rede global de produção

de alimentos que necessita de análises multidimensionais para sua compreensão. Ao lado da já consagrada dimensão das relações ecológicas, as dimensões econômica, política e social surgem como fatores também centrais. Com intuito de elucidar as distintas dimensões postas em prática, Wezel et al. (2011) ainda descrevem particularidades entre diferentes países enfocando o desenvolvimento da agroecologia na Alemanha, no Brasil, na França e nos Estados Unidos. Diferentemente das experiências alemã, francesa e estadunidense, o caso brasileiro aborda a agroecologia para além de um método de agricultura e circuitos curtos de comercialização, ganhando notoriedade em espaços científicos e, sobretudo, em movimentos sociais (COSTA et al., 2015).

Na sua dimensão ecológica, a agroecologia se opõe ao predomínio da mecanização e insumos químicos na agricultura e, assim, oferece sistemas produtivos complexos que necessitam de grande biodiversidade no local de plantio com um extenso leque de culturas agrícolas e espécies arbóreas na construção da resiliência ecológica. Os agrossistemas de base agroecológica se pautam em interações ecológicas com o potencial de produzir os nutrientes necessários para o cultivo das culturas no próprio território e reduzir substancialmente os aportes externos (ALTIERI, 2009).

De outro lado, o agronegócio⁶ tem sua produção e consequentemente suas interações sócio ecológicas encrustadas nas trocas comerciais do mercado internacional que, ditadas pela concentração de terras e pelo rentismo, é geradora de grandes impactos ambientais. Esta via é responsável pela emissão de um terço dos gases do efeito estufa advindas de toda atividade econômica no mundo, gases estes representados pelo dióxido de carbono (CO₂), pelo metano (CH₄) e pelo óxido nitroso (N₂O). (ALTIERI, 2009)

Segundo afirma Moreno (2017), os atores sociais que praticam uma agricultura de base agroecológica devem ser considerados *agricultores*, justamente pelo aspecto preservacionista em seus territórios por possuírem grande diversidade biológica, por aumentarem os serviços ambientais e por conservarem os recursos naturais. Ao contrário da caracterização de *produtores* dos atores sociais responsáveis pelos monocultivos industriais do agronegócio, que se dão por meio de gerenciamento da produção. Neste sentido, a agroecologia supera a visão unidimensional dos agrossistemas advindos da agronomia, da genética, entre outros, pautando-se na multidisciplinaridade na construção de uma agricultura que envolve também as dimensões culturais e sociais. (ALTIERI, 2009)

⁶ Agronegócio é um conceito para se definir a agricultura capitalista em contradição com a agricultura familiar. Esta discussão é aprofundada em Cavalcante e Fernandes (2008) e Sauer (2008).

Nessa multidisciplinaridade oferecida pela agroecologia, a etnoecologia, por exemplo, ganha espaço por apresentar uma sistematização do conhecimento sobre o mundo natural de povos tradicionais rurais indígenas. “Este conhecimento tem muitas dimensões incluindo linguística, botânica, zoologia, artesanato e agricultura, e deriva da interação direta entre os seres humanos e o meio ambiente” (ALTIERI, 2009, p. 34). Altieri (2009) oferece frações da totalidade apreendida da prática destes povos como: o conhecimento detalhado sobre o meio ambiente advindo da observação constante; taxonomias biológicas populares criadas pelos próprios povos; a natureza experimental do conhecimento tradicional para aprimoramento do plantio; e o conhecimento das práticas agrícolas e seu constante repasse geracional de conhecimento sobre as culturas.

Sobre a discussão realizada entorno da etnoecologia, é importante ressaltar a autonomia destes povos ao lidarem diretamente com os recursos naturais e os ambientes que os circundam, promovendo consigo novos códigos culturais e métodos originais de produção do conhecimento botânico, ecológico, agrário, entre outros. Nessa direção, a agroecologia, como afirmada por Altieri (2009), entrega a autonomia para aqueles que a possuem como base de produção agrícola, inserindo-se neste contexto a agricultura familiar também praticada pelos movimentos sociais rurais.

Concomitante a prática indígena, surge a centralidade das pequenas propriedade rurais no Brasil, uma vez que cerca de 4,8 milhões de agricultores familiares ocupam somente 30% das terras cultiváveis do país mas, representam 85% do total dos agricultores (ALTIERI, 2012). Portanto, a demanda de alimentação da população brasileira se encontra dependente da produção biodiversa da agricultura familiar e, conseqüentemente, a preservação ambiental se torna característica não somente da produção, mas, também, do consumo advindo da agricultura familiar. (ALTIERI, 2012)

Se tratando da dimensão socioambiental da agroecologia, a mesma possui influências diretas dos movimentos de contracultura surgidas na década de 1970, como por exemplo a contestação ao novo paradigma tecnológico agrícola nos Estados Unidos e Europa; a “Agricultura Biológica” na França; a “Agricultura Biodinâmica” na Alemanha; a “Agricultura Orgânica” nos países de língua inglesa, EUA e Inglaterra; “Agricultura Natural” no Japão; e a “Permacultura” na Austrália (COSTA et al., 2015). A partir deste cenário, a agroecologia também pode ser enquadrada no cenário de contestações sociais.

É justamente neste cenário de contradições entre o agronegócio, ou agricultura capitalista, e a agricultura camponesa, relida sob as definições da agroecologia, que surgem os conceitos de *descampesinização* e *recampesinização*. Conceitos estes, resultantes dos

processos de ocupação do campo pelo projeto de modernização advindo do agronegócio e pela afirmação do campesinato, até então, suprimida que ressurge e se auto reafirma, através do projeto agroecológico.

Com a sobreposição dos interesses da produção econômica, social e cultural do agronegócio, o mesmo passa a cooptar espaços rurais e locomover os camponeses à outras funções sociais como o trabalho assalariado, ou até mesmo expulsando-os para os centros urbanos. Este processo de descampesinização, portanto, aponta para a prevalência dos interesses da modernização do campo e para o processo histórico de invisibilidade do campesinato. (ROSSET; TORRES, 2016)

Em contrapartida, a recampesinização é caracterizada como um processo no qual os próprios camponeses passam ser agentes de suas próprias condições objetivas, afirmando seus territórios através da coprodução⁷, que subsidia sua fixação nos espaços rurais. Além disso, o método camponês ressurgiu através de alternativas de construção objetiva e subjetiva de sua própria realidade por meio de instrumentalidades criadas por si e para si. Neste contexto, enquadra-se a metodologia Camponês a Camponês⁸ amplamente difundida no novo contexto do campesinato da América Latina. (ROSSET; TORRES, 2016)

Como elementos centrais nessa discussão, Rosset e Torres (2016) se utilizam de Fernandes (2008) para exporem os embates entre espaços de dominação e resistência. Como exposto, as disputas de ambos os projetos se dão em diversas dimensões como a ecológica, econômica, política, social, cultural, teórica e ideológica. Sob estes aspectos, Fernandes (2008) aponta que estes territórios, portanto, se configuram de forma material e imaterial. O primeiro se define através dos embates nos espaços físicos, com disputas por acessos à terra e, conseqüentemente, pelos recursos naturais. Enquanto o segundo é abordado no terreno das ideias e construções teóricas.

Sendo assim, as contradições entre a modernização do campo e a agroecologia não se limitam aos aspectos objetivos, mas, se estendem à esfera da subjetividade dos atores sociais envolvidos. Por meio de códigos culturais, estes projetos antagônicos passam também pela tentativa de sobrepor-se ao outro, através da qualificação de seus marcos interpretativos particulares. (ROSSET; TORRES, 2016)

⁷ Conceito cunhado por Ploeg (2008) debatido em uma seção seguinte.

⁸ A metodologia Camponês a Camponês é debatida com mais profundidade na seção seguinte.

1.2 O MÉTODO CAMPONÊS

No cenário delimitado pela agroecologia como o projeto antítese ao agronegócio, é apresentado não somente o resgate da cultura agrícola de povos tradicionais, mas, principalmente, e como o foco desta pesquisa, a possibilidade de uma nova dinâmica social do campesinato e dos movimentos sociais rurais. Essa dinâmica vai além de uma simples negação do agronegócio, pois tem origem nas condições objetivas apresentadas pela exclusão promovida pela totalidade estruturante, como explicitado por Ploeg (2008), ao conceituar a condição camponesa.

Assim, as características fundamentais da condição camponesa são (1) a luta por autonomia que se realiza em (2) um contexto caracterizado por relações de dependência, marginalização e privações. Essa condição tem como objetivo e se concretiza em (3) a criação e desenvolvimento de uma base de recursos autocontrolada e auto-gerenciada, a qual por sua vez permite (4) formas de coprodução entre o homem e a natureza viva que (5) interagem com o mercado, (6) permitem a sobrevivência e perspectivas de futuro e (7) se realimentam na base de recursos e fortalecem, melhorando o processo de coprodução e fomentando a autonomia e, dessa forma, (8) reduzem a dependência. Dependendo das particularidades da conjuntura socioeconômica dominante, a sobrevivência e o desenvolvimento de uma base de recursos própria poderão ser (9) fortalecidos através de outra atividade não agrícola. Finalmente, existem (10) padrões de cooperação que regulam e fortalecem essas inter-relações. (PLOEG, 2008, p. 40)

Todavia, mesmo que a condição camponesa abarque a categoria campesinato de forma generalizada, há ainda particularidades territoriais e culturais que trazem consigo distintas formas de combater a exclusão e dependência da lógica de mercado. Como elemento universal para a emancipação das distintas expressões de campesinato, a sua base de recursos é capaz de oferecer, ao menos, certa liberdade das relações de mercado ao passo que a captação de insumos agrícolas parte da própria preservação ambiental.

Conforme as ideias de Ploeg (2008), a agricultura implica na criação ativa de produtos que resultam do processo de trabalho. É justamente neste processo de fazer agricultura, que o método camponês surge de forma distinta daquele imposto pela agricultura capitalista. Sua realidade objetiva se dá junto ao meio ambiente na qual está inserida, formando, assim, o fundamento dos resultantes agrícolas que estão intrinsecamente relacionadas com a preservação dos ecossistemas e na potencialização dos mesmos, uma vez que estes sistemas são fontes constantes dos insumos. Esta produção social advinda do campesinato, que se dá de maneira concomitante à produção da natureza, origina o conceito de *coprodução*. (PLOEG, 2008)

O agronegócio e as corporações alimentícias multinacionais, ou como intitulado por Ploeg (2008), os Impérios Alimentares, combatem o campesinato tanto nos aspectos sociais quanto nos aspectos naturais. A mecanização do campo surge não como um aprimoramento do trabalho artesanal, mas como substituição; estas corporações passam a dominar os recursos naturais e extensões de terras através do símbolo da produtividade e do conhecimento, representada nos altos índices de lucro através de mutações de DNA, entre outras formas. (PLOEG, 2008)

Nesse movimento de contradições entre os Impérios Alimentares e o próprio campesinato, é exposto que ambos os lados possuem projetos de classe também distintos. O horizonte a ser alcançado pelos camponeses é exposto através do *princípio camponês*. É por meio deste que os camponeses projetam ao futuro, suas intenções baseadas na sua condição objetiva do tempo presente com intuito de reafirmá-las e até mesmo potencializá-las.

O princípio camponês projeta não somente suas condições materiais de produção econômica e ambiental, mas, sobretudo, sua dimensão subjetiva particular com suas visões de mundo e formas de associações sociais pautadas na natureza viva e na artesanidade. “O princípio camponês também se centra na confiança nas suas próprias qualidades e descobertas” (Ploeg, 2008, p. 299).

Vale apontar que o princípio camponês não se resume a uma mera intencionalidade, mas, se direciona às ações concretas do campesinato. Sendo assim, o movimento histórico dos camponeses acontece por meio das ações advindas de uma intenção oposta ao projeto de campo da agricultura capitalista e a produção industrial de alimentos. É através deste projeto de futuro e da construção de sua materialidade, que se inicia em sua condição objetiva, que o campesinato se afirma como classe.

Porém, atualmente a situação é diferente. O princípio camponês é agora impulsionado e acionado como uma resposta ao Império. Essa nova relação transforma o princípio camponês em uma negação multifacetada do Império. Ele inspira e informa a resiliência e a resistência múltipla, e também permite que as pessoas comuniquem – mesmo quando é necessário ultrapassar grandes diferenças culturais e linguísticas. Ele também é o veículo através do qual as pessoas se envolvem ativamente na condição camponesa e a desenvolvem mais. O princípio camponês atrai cada vez mais parte da população agrícola. Enquanto o roteiro da agricultura empresarial falha cada vez mais na definição de uma trajetória de desenvolvimento e sobrevivência convincente, o princípio camponês, com seu enfoque na construção de uma base de recursos autônoma e autogovernada, especifica claramente formas de progressão. Isso acontece especialmente sob as condições atuais, extremamente adversas. Assim sendo, cada vez mais partes do mundo social e do mundo natural implícitas na agricultura são reordenadas de acordo com lógica subjacente à condição camponesa e ao modelo camponês de fazer

agricultura. No nível do setor em geral, isso se reduz na recampesinização crescente. (PLOEG, 2008, p. 301)

Como contraposição as imposições da agricultura capitalista e como construção do projeto social da agroecologia pelas populações rurais, a troca de conhecimento direciona pela práxis⁹, torna o campesinato protagonista de seu método de produção, ainda que inseridos na totalidade estruturante do modo de produção e consumo capitalista. O *diálogo de saberes*, como intitulado pela Via Campesina (LVC), surge como elemento central para negação da exclusão provocada pelo agronegócio por meio da difusão do conhecimento camponês na ligação entre pessoas (TORRES; ROSSET, 2014).

Uma construção coletiva de significados emergentes baseados no diálogo entre pessoas com diferentes experiências especificamente históricas, cosmovisões e formas de conhecer, particularmente em face com novos desafios coletivos em um mundo em mudança. Tal diálogo é baseado na troca entre diferenças e na reflexão coletiva, eventualmente liderando a uma emergente re-contextualização e ressignificação do conhecimento e significados relacionados com a história, tradições, territorialidades, experiências, processos e ações. Os novos entendimentos coletivos, significados e conhecimentos talvez formem a base para ações coletivas de resistências e construção de novos processos.¹⁰ (TORRES; ROSSET, 2014, p. 982)

Tanto Ploeg (2008) quanto Torres e Rosset (2014) ao descreverem respectivamente conceitos como a condição camponesa e o diálogo de saberes, expõem que o processo gerado na prática da agricultura a partir da realidade objetiva é central para a autonomia dos atores sociais envolvidos. Sendo assim, a dimensão social da agroecologia se materializa na produção agrícola pautada na coprodução com a Natureza e, principalmente, pela geração de conhecimento social de base de forma autônoma. Portanto, esta dinâmica se dá através de um processo histórico do próprio campesinato apresentando a agroecologia como a forma contemporânea do protagonismo do campesinato para si.

Como evidência de tal movimento descrito, a experiência de Camponês a Camponês possui grande ressonância no debate sobre métodos sociais criados a partir das necessidades do campesinato latino-americano. Esta experiência consolidou diversos arranjos sociais a nível nacional e se perpetuou em países da América Central se originando na Guatemala com extensões de grande êxito em Cuba e Nicarágua, até alcançar o próprio MST no Brasil.

⁹ A categoria práxis é entendida nesta pesquisa em seus termos marxistas como a atividade humana que modifica a natureza e que concomitantemente modifica o sujeito em atividade. Considera-se, desta forma, que sem sujeito não há objetividade, bem como, sem objeto não há atividade. (MARX, 2007)

¹⁰ Tradução livre da citação: “*A collective construction of emergent meaning based on dialog between people with different historically specific experiences, cosmovisions, and ways of knowing, particularly when face with new collective reflection, often leading to emergent re-contextualization and re-signification of knowledges and meanings related to histories, traditions, territorialities, experiences, processes and actions. The new collective understandings, meanings and knowledges may form the basis for collective actions of resistance and construction of new processes*”. (TORRES; ROSSET, 2014, p. 982)

Esta metodologia de base social passou a ser abordada por populações rurais na Nicarágua durante a revolução Sandinista, entre as décadas de 1970 e 1990, promovida por um processo intenso de reforma agrária, como centro do embate entre as forças revolucionárias de cunho socialista e com o poder conservador em mãos de corporações capitalistas. Os primeiros intentos de reforma agrária pela Frente Sandinista de Libertação Nacional visavam o controle das terras produtivas para a promoção de pequenas distribuições de terra (HOLT-GIMÉNEZ, 2006).

Com o aumento da pressão do campesinato nicaraguense houve a criação da União Nacional de Agricultores e Pecuaristas (UNAG) em 1981, que ainda era dominado por grandes e médios produtores rurais de café com interesse em recursos e capital moderno para aumento da produção. No entanto, esta era a única associação que representava os camponeses junto ao Estado revolucionário e, assim, foram criados canais de recursos mesmo que ainda em um sistema patronal, beneficiando pequenos agricultores e camponeses que se baseavam na produção de milho e raízes (HOLT-GIMÉNEZ, 2006).

Em 1986, com o apoio da Oxfam, da agência católica CODEL, da Fundação Ford e do Grupo Mexicano Vicente Guerrero, a UNAG implementou um programa de conservação de solo e de água junto aos camponeses assistidos. Sua metodologia consistia na execução de ações através da liderança dos camponeses que, posteriormente, originou a prática social camponês a camponês que buscava um modelo sustentável de agricultura (HOLT-GIMÉNEZ, 2006).

Como objeto central nesta discussão, é importante ressaltar a troca substancial de informações e recursos entre os camponeses mexicanos e nicaraguenses que participaram do programa criado pela rede constituída pela UNAG. Segundo Holt-Giménez (2006) viagens realizadas pelos camponeses em pauta à diferentes vilas e assentamentos, tanto no México quanto na Nicarágua, influenciaram ambos os lados de maneira política e de maneira prática em busca da agricultura sustentável direcionada pelo próprio campesinato.

Esta metodologia criada em uma oportunidade percebida pelo campesinato da Nicarágua, também se faz presente em Cuba. Após a queda do bloco soviético na Europa, Cuba foi isolada das relações comerciais internacionais e recebeu sanções impostas pelos Estados Unidos que prejudicou sua base produtiva agrícola, uma vez que ainda era pautada em insumos vindos do exterior. Como solução para tal cenário, a partir da década de 1990, os cubanos passaram a resgatar tecnologias e práticas tradicionais como a tração animal e meios biológicos para controle de pragas e para substituição de insumos (ROSSET et al., 2011).

Em 2001, a Associação Nacional de Agricultores Pequenos (ANAP) decidiu diminuir a dependência de insumos adquiridos em mercados internacionais e incentivar a replicação da metodologia camponês a camponês. Neste momento, a parceria com agências internacionais como a Oxfam, Pão para o Mundo e o Comitê Católico contra a Fome, compusera uma rede de incentivos que, apoiada na estrutura organizada da ANAP com todo seu aparato ideológico, impulsionou a experiência cubana para se consagrar em um exemplo ainda mais significativo do que a experiência nicaraguense (ROSSET et al., 2011).

Desde 1997 até o ano de 2009, o Movimento Agroecológico Camponês a Camponês (MACAC), originado de uma rede de parcerias entre distintas organizações, envolveu mais de 110.000 famílias na produção de alimentos de maneira agroecológica em Cuba. Isto se dá ao fato de a ANAP ter dado autonomia aos camponeses como criadores de suas próprias técnicas, juntamente com suportes científicos oferecidos pela própria associação. Destaca-se o período de 2004 a 2009 como o auge do MACAC (ROSSET et al., 2011).

No sentido das argumentação e contextos citados, compreende-se que distintas experiências agroecológicas em territórios camponeses na América Latina consolidaram um projeto de campesinato a partir de sua condição objetiva presente. Além disso, o processo de transmissão de informações e o desenvolvimento de conhecimento local foram fatores essenciais para que estes mesmos projetos se consolidassem, bem como, foram centrais na criação de novos arranjos sociais tanto a nível comunitário quanto a escala nacional.

1.3 AGROECOLOGIA COMO PILAR DO MST

A partir do Congresso Nacional do MST em 2000, o movimento passou a compreender a Agroecologia como um projeto capaz de se contrapor aos imperativos do agronegócio, tanto em sua dimensão ambiental como também social e economicamente. Sendo assim, para o MST a Agroecologia é um projeto político pelo qual o movimento abandonou a intenção de competir com o agronegócio em seus aspectos produtivos e se fixou integralmente em um novo método de composição do campo a partir de uma reformulação produtiva (MST, 2000).

Após a realização deste congresso, o movimento publicou “Os nossos compromissos com a terra e com a vida” (MST, 2000), uma lista de ações que evidentemente trazem consigo preocupações e diretrizes socioambientais e que deliberam uma prática social que leve em consideração o meio ambiente e a sustentabilidade de seus territórios, são estes:

(1) amar e preservar a terra e os seres da natureza; (2) aperfeiçoar sempre nossos conhecimentos sobre natureza e agricultura; (3) produzir alimentos para eliminar a fome na humanidade. Evitar a monocultura e o uso de agrotóxicos; (4) preservar a mata existente e reflorestar novas áreas; (5) cuidar das nascentes, rios, açudes e lagos. Lutar contra a privatização da água; (6) embelezar os assentamentos e comunidades plantando flores, ervas medicinais, hortaliças, árvores etc.; (7) tratar adequadamente o lixo e combater qualquer prática de contaminação e agressão ao meio ambiente; (8) praticar a solidariedade e revoltar-se contra qualquer injustiça, agressão e exploração praticada contra a pessoa, a comunidade e a natureza; (9) lutar contra o latifúndio para que todos possam ter terra, pão, estudo e liberdade; (10) jamais vender a terra conquistada. A terra é um bem supremo para as gerações futuras. (MST, 2000, p. 24)

Estas diretrizes têm uma determinação a nível nacional que aponta a urgência da necessidade de uma produção agrícola baseada na preservação do meio ambiente e que possui seus fundamentos nas contradições inerentes das relações sociais originadas pela sociabilidade capitalista. Deste modo, a afirmação da terra conquistada pelos assentados deve passar, não somente pela efetividade da produção econômica, mas, também, pela preservação dos recursos naturais presentes no território Sem Terra.

Picolotto e Piccin (2008) expõem que eventos macroeconômicos e sociais foram cruciais para que o MST propusesse seu novo paradigma produtivo e se contrapusesse ao modelo agrícola do agronegócio.

Durante a década de 1990 três fatores foram fundamentais para a identificação progressiva do MST com a agroecologia: a) o fortalecimento do modelo agrícola agro exportar, que foi beneficiado com a reforma neoliberal do Estado brasileiro (que pôs fim às políticas setoriais, preços mínimos e abriu os mercados) e também pela expansão da fronteira agropecuária para o Centro-Oeste do país o que provocou o aumento da escala de produção necessária para retenção de taxas de lucro e renda da terra, dificultando a viabilidade econômica dos proprietários de “pequenos patrimônios produtivos” (Benetti, 2000); b) o fim do Programa Especial de Crédito para a Reforma Agrária (PROCERA) em 1999; e c) a formação da Via Campesina Internacional. Os dois primeiros fatores dificultavam a continuidade das estratégias produtivas até então desenvolvidas pelo Movimento (centrada na formação de cooperativas de produção especializadas), gerando um processo de revisão e debate sobre a produção agropecuária dos assentamentos rurais. (PICOLOTTO; PICCIN, 2008, p. 25)

Nesse sentido, percebe-se a ruptura com o modelo agrícola hegemônico que tem como objetivo o acúmulo de capital e, principalmente, a aproximação com movimentos sociais rurais de todo o mundo por meio de sua anexação a então criada Via Campesina (LVC). A LVC abrange mais de 200 milhões de camponeses distribuídos em 182 organizações de 81 países, fazendo com que a agroecologia transgrida a dimensão técnica, mesmo que a valorando como fundamental (LA VIA CAMPESINA, 2018).

Apresenta-se trecho da declaração do 2º Simpósio Internacional de Agroecologia em abril de 2018; que explicita o sentido e a base fundante do Movimento.

Agroecologia não pode ser entendido como um simples conjunto de técnicas e práticas produtivas. Agroecologia é um modo de vida de nossos povos, em harmonia com a linguagem da Natureza. É um paradigma de mudança social, política, produtiva e de relações econômicas em nossos territórios a fim de transformar o modo que produzimos alimentos e de restaurar a realidade sociocultural devastada pela produção industrial de alimentos. Agroecologia gera conhecimento local, constrói justiça social, promove identidade e cultura, bem como, fortalece a viabilidade econômica de áreas rurais e urbanas.¹¹ (LA VIA CAMPESINA, 2018)

Ainda segundo a Via Campesina (2018), a agricultura tradicionalmente praticada pelos povos rurais como os indígenas, trabalhadores rurais, quilombolas e pequenos agricultores, sempre esteve interligada aos processos da Natureza com a concomitância entre a produção de alimentos e manutenção dos ecossistemas locais. Assim, considera-se a agroecologia como a retomada e releitura destes saberes tradicionais, pois, somente com a Revolução Verde iniciada na década de 1950, as corporações passaram a impor a produção agrícola pautadas nos insumos químicos.

É neste contexto de mudança de paradigma produtivo que a transição agroecológica se coloca como o caminho a ser percorrido pelo MST até alcançar seu horizonte proposto, ou seja, a reforma agrária popular e agroecológica. Para alcançar estes objetivos, as particularidades de cada localidade se evidenciam a partir de suas necessidades e possibilidades advindas da realidade objetiva que podem ser concretizadas na formação das associações locais, bem como, em parcerias com outras entidades e com outros movimentos sociais.

Os recursos obtidos através das alianças estabelecidas são fundamentais para que os assentados possam encaminhar a consolidação de uma base agroecológica em suas produções evidenciando, portanto, as dimensões social, econômica e política como pontos centrais para a efetivação do horizonte proposto. De Molina, García e Casado (2017) categorizam este processo como Agroecologia Política, apresentando a possibilidade de uma nova institucionalidade.

A participação no concurso político para conseguir espaços de poder para aplicar políticas públicas agroecológicas é absolutamente necessária, mas também a interconexão e a melhor organização das próprias experiências agroecológicas para criar uma nova institucionalidade alternativa que seja

¹¹ Tradução livre da citação: “*Agroecology cannot be understood as a simple set of techniques and productive practices. Agroecology is a way of life of our peoples, in harmony with the language of Nature. It is a paradigm shift in the social, political, productive and economic relations in our territories, to transform the way we produce and consume food and to restore a socio-cultural reality devastated by industrial food production. Agroecology generates local knowledge, builds social justice, promotes identity and culture and strengthens the economic viability of rural and urban areas.*”(LA VIA CAMPESINA, 2018)

capaz de, ao ganhar tamanho, resistir aos embates do mercado e do atual marco institucional e impor políticas públicas adaptadas às necessidades das próprias experiências alternativas (coprodução de políticas públicas), favorecendo a “ancoragem institucional” das inovações agroecológicas.¹² (DE MOLINA; GARCÍA; CASADO, 2017, p. 33)

A partir da observação da Agroecologia Política enquanto protagonismo do campesinato, a transição agroecológica concebe ferramentas e proposições para a disputa de espaços de poder que podem influenciar diretamente as políticas públicas, levando melhorias diretas aos territórios agroecológicos. Aponta-se a necessidade de experiências que tragam consigo objetivos já determinados por experiências que evidenciam as necessidades a serem supridas.

Pelo enfrentamento ao projeto neoliberal através de políticas públicas o rompimento com o isolamento de experiências se concretizam nos próprios meios de produção, ou seja, a partir dos próprios agroecossistemas. De Molina, García e Casado (2017) apontam que a fragmentação dos intitulados Sistemas Agroalimentares Locais de Base Agroecológica (SALBA) podem ser combatidas em estratégias de cooperação no sentido *downstream* e *upstream*.

O sentido *downstream* enfoca os intitulados SALBAs de maneira que potencialize a sustentabilidade social e ecológica no próprio território constituído. Já o sentido *upstream* se dá no âmbito de articulação entre os próprios atores sociais na constituição de toda a cadeia alimentar local. Neste sentido, De Molina, García e Casado (2017) destacam a necessidade de articulação entre os atores constituintes dos territórios e a necessidade de articulações inter-organizacionais.

Na direção da discussão acerca dos fatores que influenciam a transição agroecológica dos territórios, Marasas et al. (2015) salientam a importância do foco nos SALBAs e complementam fatores que influenciam todo o processo transitório. Mesmo observando a importância dos sistemas produtivos em si mesmos, estes autores apontam que a transição agroecológica deve se pautar em quatro áreas: técnica, política, econômica e social. (MARASAS et al., 2015)

Desta forma, destacam-se as *alianças sociais* como evidenciadas também por De Molina, García e Casado (2017). Estas, se pautam em ações coletivas baseadas na cooperação

¹² Tradução livre realizada pelo presente autor da seguinte citação “*La participación en la contienda política para conseguir espacios de poder con que aplicar políticas públicas agroecológicas es absolutamente necesaria; pero también la interconexión y mejor organización de las propias experiencias agroecológicas para crear una nueva institucionalidad alternativa que sea capaz de, ganando tamaño, resistir los embates del mercado y el actual marco institucional, e imponer políticas públicas, adaptadas a las necesidades de las propias experiencias alternativas (coproducción de políticas públicas), favoreciendo el “anclaje institucional de las innovaciones agroecológicas”*” (DE MOLINA; GARCÍA; CASADO, 2017, p. 33)

e não na concorrência que podem unir unidades familiares, movimentos sociais e comunidades tradicionais em um intercâmbio de informações que potencializem o conhecimento sobre os aspectos técnicos da agroecologia, bem como, envolva os consumidores de forma ativa.

A área técnica, especificamente, é determinada pela formação de profissionais que dominem métodos agroecológicos, sejam a nível privado ou estatal, fator este que vai ao encontro da concepção de um extensionismo participativo e ao processo de transferência de conhecimento. Já as áreas políticas, econômica e social se enquadram como partes do conceito de Agroecologia Política exposto por De Molina, Garcia e Casado (2017) como definições e práticas distintas que estruturam a possibilidade de transmissão da técnica. (MARASAS et al., 2015)

Segundo Marasas et al. (2015) a área política engloba as instituições locais, regionais e nacionais que de alguma forma contribuem para a transição agroecológica por meio de subsídios e recursos que podem coibir ações não agroecológicas. A dimensão econômica se encontra nas relações de mercado da produção agroecológica, podendo ser identificada como o contato dos agricultores com os consumidores em feiras de produtores familiares, distribuição de cestas, entre outras maneiras. Já a dimensão social se dá no âmbito do associativismo local, ou seja, de organização dos sujeitos em torno da produção que deve levar em conta as diferenças, equilíbrio e igualdade nas relações de gênero, raças, profissões, etc.

Deste modo, ao negar o modelo agrícola hegemônico e ao deliberar a agroecologia como seu projeto político, o MST concretiza-se enquanto movimento a partir do materialismo expressado nos assentamentos que, por sua vez, possibilita novas alianças sociais em busca dos recursos necessários. No caso de sua macroestrutura, a LVC se apresenta como meio para sua internacionalização, enquanto os assentamentos buscam alternativas para se consolidarem.

Mesmo com a deliberação de preocupações e defesas ao meio ambiente e aos recursos naturais dos assentamentos a partir do Congresso Nacional de 2000, é importante frisar que a utilização de agrotóxicos ainda era motivo para ser evitado, mas, não uma proibição consumada pelo MST. Somente após a criação de assentamentos agroecológicos na primeira década dos anos 2000 e a concretização de experiências reais, o movimento fixa a agroecologia como um projeto de reforma agrária popular.

Que o movimento estava propondo né e também com a proposta de reforma agrária popular aqui, que aí que o MST começou a falar que agroecologia é

uma linha política mesmo, foi nesse congresso de 2014. Até então falava de agroecologia como questão ambiental mas não tinha colocado agroecologia como pauta e prioridade nos assentamentos, a partir de 2014 com o debate da reforma agrária popular, aí colocou como prioridade. Então isso se expande porque são assentamentos que fazem a agroecologia dar certo e vai ter reflexos nos outros assentamentos né. (Coordenadora de projetos do Centro de Formação Sócio-Agrícola “Dom Hélder Câmara”)

Para a efetivação da Agroecologia no materialismo do movimento, o MST passou a criar assentamentos agroecológicos através do Programa de Desenvolvimento Sustentável (PDS) do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA). É neste contexto que se insere o Assentamento Mário Lago, localizado no município de Ribeirão Preto no Estado de São Paulo que, como resultado de um acesso a políticas públicas e a partir de sua realidade objetiva, iniciou alianças sociais para a efetivação de técnicas de agricultura e arranjos sociais condizentes ao seu projeto agroecológico. Estas alianças de cunho emancipatório, que no caso da presente pesquisa se expressa no Projeto Agroflorestar, entram em debate em uma seção subsequente.

1.4 O PROJETO AGROECOLÓGICO DO ASSENTAMENTO MÁRIO LAGO

A concepção de um assentamento de base agroecológica é, portanto, reflexo de todo o movimento em sua escala nacional. A preocupação com a questão ambiental fora fomentada até se estender a nível de um elemento constituinte do projeto de emancipação dos integrantes do MST. Deste modo, a concepção física dos seus assentamentos também sofreu modificações com exemplos concretos através do PDS do próprio INCRA, como o PDS da Barra onde está situado o Assentamento Mário Lago no município de Ribeirão Preto, na região Nordeste do Estado de São Paulo. (GONÇALVES; SCOPINHO, 2010)

O modelo de assentamentos PDS tem sua origem na portaria nº 477 de 4 de novembro de 1999 do INCRA. Originalmente, estes atendiam as comunidades extrativistas da região Norte e “os princípios básicos norteadores destes projetos recaem no associativismo e na agroecologia como condição básica para a concessão do uso de terra e consequentemente acesso a crédito”. (CARVALHO, 2011, p. 93 apud CAMARGO et al., 2016, p. 154). Somente no Estado de São Paulo, o MST detém dezenove assentamentos através do PDS.

Como elemento fundamental para a gênese do PDS da Barra, local do Assentamento Mário Lago, é importante ressaltar os motivos da desapropriação da Fazenda da Barra e seu direcionamento para um assentamento da reforma agrária popular. Os impactos ambientais significativos causados pela extensa utilização do solo para a produção de soja, amendoim e

principalmente cana-de-açúcar degradaram não somente as áreas agricultáveis, mas, também as áreas de reserva legal, como notada pela leitura de paisagem que contrasta o território do referido assentamento e da produção canavieira e latifundiária circundante (figura 1). Vale destacar que esta fazenda está situada em uma área de recarga do Aquífero Guarani, elemento central no debate ambientalista do assentamento. (FILHO; FERRANTE, 2009)

Figura 1 – Contraste entre o Assentamento Mário Lago e a produção canavieira

Fonte: Zonetti, 2019.

Por estes motivos o processo de desapropriação da Fazenda da Barra fora iniciado em 2000 e se consumou em 29 de dezembro de 2004. A fazenda em questão foi distribuída posteriormente em três assentamentos distintos que, segundo pesquisa realizada por Filho e Ferrante (2009), se deu justamente por desentendimentos entre os assentados que levaram alguns integrantes a não se afiliar ao MST. Sendo assim, surgiram o Assentamento Mário Lago vinculado ao MST, o Assentamento Santo Dias vinculado ao Movimento de Libertação dos Sem-Terra (MLST) que, por sua vez, também foi palco de desentendimentos e repartição dando origem a um terceiro território, o Assentamento Índio Galdino que é gerido de forma independente. (FILHO; FERRANTE, 2009)

A condição política de ser realizado de forma agroecológica e associativista por meio das prerrogativas do PDS, destaca o viés político da agroecologia adotada pelo MST ao acessar no âmbito da reforma agrária um projeto de assentamento já estabelecido pelo

INCRA. Revela-se, então, novos caminhos institucionais buscados pelo movimento para concretizar suas intenções pautadas no paradigma agroecológico.

Além de seu projeto agroecológico, um elemento de suma importância para compreensão do Assentamento Mário Lago é a organização social do mesmo sob as premissas das Comunas da Terra concebidas pelo próprio MST. Inaugurada pelo Setor Estadual de São Paulo e à luz de exemplos bem-sucedidos como os assentamentos Nova Canudos e Terra Sem Males, esta organização de assentamento intenciona atrair o trabalhador expropriado dos centros urbanos que, devido a sua realidade vivida na cidade, perdeu a identidade rural e seu reconhecimento com o campo. (GOLDFARB, 2006)

A tentativa do movimento de promover o retorno de trabalhadores que outrora abandonaram o espaço rural justamente pela precariedade e a perda do trabalho ao longo do período de modernização do campo, alia-se a busca de jovens que nasceram e sempre viveram nas cidades. As Comunas da Terra intencionam, portanto, reconstruir o campesinato sem-terra agregando trabalhadores da cidade que não migrariam para o espaço rural sem o mínimo de infraestrutura como encontrada nos centros urbanos. Assim sendo, os assentamentos sob esta concepção possuem lotes individuais menores que os assentamentos realizados anteriormente e se situam próximos aos centros urbanos. (GOLDFARB, 2006)

Justamente desta combinação de fatores socioambientais que se deram à nível da agroecologia política e na recuperação de trabalhadores expropriados nos centros urbanos, é que se originou a proximidade do Assentamento Mário Lago ao centro urbano de Ribeirão Preto. Suas características permeiam tanto a recuperação de ecossistemas locais e preservação de recursos naturais, quanto a inserção de trabalhadores sem tradição agrícola na práxis agroecológica.

O Assentamento Mário Lago é composto por 264 famílias totalizando cerca de 1.000 residentes e possui uma estrutura política de 20 núcleos de moradia agregando de 10 a 20 famílias cada núcleo. Já no aspecto físico, os lotes individuais possuem em média 0,9 ha. Segundo estudos realizados por Filho e Ferrante (2009) sobre o processo de formação do assentamento em questão, os assentados apontaram que a pequena extensão dos lotes, quando comparado a outros assentamentos, poderiam limitar a produção que já se encontrava comprometida devido a dificuldades de acesso a água em algumas unidades.

Toda esta caracterização do Assentamento Mário Lago se constitui na realidade objetiva vivida pelos seus integrantes. É a partir das obrigatoriedades a serem seguidas pelo PDS, a intenção da agroecologia enquanto um projeto político abordado pelo MST, as dificuldades por falta de um conhecimento de agricultura por considerável parte dos

trabalhadores assentados e pela diferenciação das características dos lotes individuais, que os próprios assentados partiram em busca das alianças sociais para mudarem suas condições.

Estas condições se constituem no ponto de partida da mudança objetiva enquanto realidade social e no desenvolvimento subjetivo acerca da agroecologia por parte do grupo de assentados entrevistados neste estudo. Somente o avanço do Projeto Agroflorestar no assentamento permitiu que estes sujeitos construíssem bases sólidas para se afirmarem como agricultores agroecológicos.

Assim, apenas com a transformação da atividade, o paradigma agroecológico se efetivara. Esta abordagem é discutida em detalhes em um próximo capítulo, mas para tal proposta é necessária uma breve discussão sobre a central participação na formação do assentamento e da base educativa exercida pelo Centro de Formação Sócio-Agrícola “Dom Hélder Câmara” e a exposição de tentativas de implementação de Sistemas Agroflorestais anteriores ao Projeto Agroflorestar.

1.5 O PAPEL FUNDAMENTAL DO CENTRO DE FORMAÇÃO SÓCIO-AGRÍCOLA “DOM HÉLDER CÂMARA”

Segundo a base empírica da presente pesquisa, o Centro de Formação Sócio-Agrícola “Dom Hélder Câmara” cumpriu um papel fundamental na concepção do Assentamento Mário Lago. Para tal análise, a coordenadora de projetos deste mesmo centro de formação foi a principal interlocutora para a exposição dos dados coletados, uma vez que esta assentada participou de todo o processo de homologação do referido assentamento cumprindo funções socioeducativas.

Fundado anteriormente a todo o processo de ocupação da Fazenda da Barra, esta entidade filiada ao MST já promovia atividades de formação agroecológica para os assentamentos da região e colaborou na concepção do PDS Sepé Tiaraju, localizado nos municípios de Serrana e Serra Azul pertencentes a região administrativa de Ribeirão Preto.

Segundo relatos da coordenadora de projetos do centro de formação em questão, o MST possuía sua sede regional no Sítio Pau d’Alho, que tivera seu uso concedido ao movimento pela Igreja Católica da região, onde o Centro de Formação Sócio-Agrícola Dom Hélder Câmara também era instalado. Neste mesmo local, diversas atividades de cunhos cultural e educativo eram realizadas como o Encontro Nacional de Violeiros e Violeiras e, sobretudo, projetos de formação agroecológica.

Na época o MST tinha, aqui na região, uma sede que era o Sítio Pau d'Alho localizado ali na Rodovia Alexandre Balbo, é uma área bem bonita que era da Igreja Católica. Eles deram a concessão de uso para o MST porque o bispo aqui da região era muito amigo do movimento e falou “olha, tem uma área bem interessante aqui para vocês, podem tomar conta” e lá o MST ficou até 2011 nessa área. Tinha uma grande estrutura sabe, de alojamento, tinha até piscina, um lugar bem bonito. A princípio o Centro de Formação fazia um dos projetos principais o Encontro Nacional de Violeiros e Violeiras que era tudo no Pau d'Alho, foi ponto de cultura, fez os projetos de sementes e nesse processo também discutindo o projeto de assentamento do Sepé. O Sepé, em 2000, foi ocupado, foi a primeira ocupação do Sepé Tiaraju lá em Serrana. Aí na época de discussão de acampamento para o assentamento, o Centro de Formação enquanto entidade ajudou muito na execução de vários projetos para construir o projeto de lá, que já era um projeto sem agrotóxico, já tinha essa ideia. Aí na época, a Embrapa Meio Ambiente lá de Jaguariúna começou a executar um projeto lá no Sepé e veio com a proposta de agrofloresta, porque se a gente já estava falando de recuperação de um lugar que estava degradado pela cana, o sistema de agrofloresta era interessante, eles estavam trabalhando bastante com isso E aí começou a executar agrofloresta lá no Sepé primeiro, no assentamento. Fez várias atividades e tal, e nisso teve a ocupação do Mário Lago em 2002, e o Mário Lago era acampamento e o Sepé já fazendo algumas experiências de agrofloresta. O pessoal achando muito bom, aí colocou também na proposta do Mário Lago de ter agrofloresta como uma das linhas, isso vem lá do movimento já, desde 2003 e 2004 na Regional, entendeu? Então para o projeto de assentamento do Mário Lago, lá que foi discutido os 20% de reserva e 15% a mais voltado para agrofloresta, então são 35%. O do Sepé também era 35%, só que dentro dos 15% a mais não tinha proposta de ser específico para agrofloresta, era para os assentados dividir, terem uma área a mais, fazer a produção que eles quiserem né, mas não puderam usar agrotóxicos, e aí, aqui no Mário Lago já teve essa discussão de ser agrofloresta, que foi diferente de lá. (Coordenadora de projetos do Centro de Formação Sócio-Agrícola “Dom Hélder Câmara”)

Seguindo o relato exposto fica evidente que a discussão a nível nacional do movimento produziu efeitos nos projetos de assentamentos. Como concretização destas premissas, a constituição física do Assentamento propõe a recuperação de áreas de reserva legal já previamente existentes que, como supracitado, foram suprimidas pela agricultura latifundiária. Além disso, foi proposto a criação de áreas de reservas por meio da técnica de Sistemas Agroflorestais Agroecológicos distribuídas ao longo do assentamento que intencionam integrar todos os lotes individuais em corredores ecológicos e economicamente produtivos, bem como, proteger a nascente que deságua no Rio Pardo através de matas ciliares. (figura 2)

É importante ressaltar a influência da Assentamento Sepé Tiaraju, que também se enquadra na concepção de PDS, nos debates realizados pelos até então acampados da Fazenda da Barra. Vale apontar que a experiência agroecológica deste assentamento foi tecnicamente

intensificada por meio de uma capacitação realizada em aliança com a Embrapa Meio Ambiente que levou aos assentados o conhecimento sobre Sistemas Agroflorestais (SAF).

Figura 2 – Constituição física do Assentamento Mário Lago

Fonte: arquivo oficial do Centro de Formação Sócio-Agrícola “Dom Hélder Câmara”.

Justamente a partir desta experiência de SAF e pela congregação realizada pelo Centro de Formação Sócio-Agrícola Dom Hélder Câmara entre os acampados e própria Direção Estadual do MST, houve a inserção dos SAF enquanto técnica a ser desenvolvida no Assentamento Mário Lago, no PDS da Barra. Isso reflete-se até mesmo no estatuto deste assentamento.

O estatuto também foi mudando, o estatuto foi se aprimorando para a gente poder trabalhar com diversos tipos de projetos: projeto cultural, ambiental a questão das mulheres também teve que inserir, juventude. Então cada atualização também foi acompanhando a discussão política do movimento mesmo, sabe? De poder atuar com mulheres, gênero, a parte ambiental, agroecologia. Eu não sei, eu acho que a palavra agrofloresta também já até parece no estatuto, mas, na última atualização que foi em 2011 ou 2012 (Coordenadora de projetos do Centro de Formação Sócio-Agrícola “Dom Hélder Câmara”)

Observa-se que processos de aprendizagem que ocorrem em assentamentos, mesmo que sejam advindos de projetos com objetivos determinados, possuem uma construção social que formula as bases materiais para seus desenvolvimentos. Caldart (2000) ao analisar a pedagogia do MST enfocando o âmbito escolar, expõe que as ações de ocupação, acampamento e assentamento são por si só processos que levam os integrantes do movimento a formação pessoal, coletiva e territorial.

É justamente neste contato com as possibilidades de projeção de um assentamento agroecológico, que se pautam tanto na discussão do movimento sobre a agroecologia quanto em experiências concretas como o caso do PDS Sepé Tiaraju, que os acampados na Fazenda da Barra puderam desenvolver o estatuto do Assentamento Mário Lago. Como estudado por Caldart (2000), o *enraizamento projetivo*, ou seja, a possibilidade de projeção futura de realidades distintas daquelas anteriormente vivenciadas como trabalhadores expropriados nos centros urbanos, é fruto de relações sociais construídas internamente ao movimento.

Neste contexto, o Centro de Formação Sócio-Agrícola “Dom Hélder Câmara” ao exercer atividades junto ao PDS Sepé Tiaraju cumpriu o papel de agregador de experiências e de difusor de conhecimento, lançando as bases para experiências de SAF dos assentados do Mário Lago. Isto demonstra a organicidade do MST que tem em suas bases uma perspectiva educativa para efetivação do paradigma agroecológico e é, em si mesmo, composto por processos de aprendizagens a partir da realidade concreta.

Isso tá dentro da organicidade do MST né, então o MST é um movimento popular no qual a sua organicidade, a sua forma de fazer, ela é tão importante quanto ao seu conteúdo político seus objetivos né, porque nessa forma de fazer o movimento também vai tanto trabalhando os objetivos da luta pela terra, organização dos assentamentos, a questão da Agroecologia, a luta pela reforma agrária, mas, também vai desenvolvendo uma pedagogia própria né, que faz com que o movimento seja uma grande escola, mas, uma

escola em movimento e isso funciona de uma maneira muito prática através da organicidade. (Assentada do Assentamento Mário Lago e integrante da Direção Nacional do MST)

A citada fala de uma Sem Terra do Mário Lago vai ai encontro daquilo que Caldart (2000) expõe sobre a Pedagogia do Movimento Sem Terra enquanto o movimento ser o próprio princípio educativo e sujeito pedagógico. Intenciona-se destacar a formação do PDS da Barra como resultado do desenvolvimento das possibilidades apresentadas aos acampados que, através do Centro de Formação Sócio-Agrícola “Dom Hélder Câmara”, puderam promover suas intenções e finalmente acessar políticas públicas e projetos para a implementação de Sistemas Agroflorestais.

Paralelamente aos debates acerca da formação do Assentamento Mário Lago como um PDS aos moldes realizados no Sepé Tiaraju, é importante citar que mesmo que o centro de formação e a própria direção estadual não se encontravam sediados em um território próprio, houve tentativas de projetos de formação especificamente agroecológica. Numa parceria com a Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP), o MST possibilitou que integrantes de diferentes assentamentos da região acessassem o conhecimento de técnicas agroecológicas. Destaca-se a dimensão técnica para a efetivação do projeto político do movimento pautado em um novo paradigma produtivo.

Em 2011 também, o que aconteceu? O pessoal do Centro de Formação, antes de mudar para cá, executava um projeto de ensino técnico em agroecologia em parceria com a Unicamp, era com o Colégio Técnico da Unicamp, o COTUCA e era lá no Sítio Pau d’Alho. Então, era um projeto que a gente acompanhava também. Em 2010 ele acabou, finalizou, formou a turma, tinha uma turma aqui no Pontal e uma turma de Itapeva né, eram três turmas num projeto só e aí acabou. Aí o pessoal da Coopera¹³ estava executando o Petrobrás¹⁴, o primeiro Petrobras deles. (Coordenadora de projetos do Centro de Formação Sócio-Agrícola “Dom Hélder Câmara”)

Nota-se a centralidade do Centro de Formação Sócio-Agrícola “Dom Hélder Câmara” na formação dos Sem Terra sobre a agroecologia propriamente dita, não somente no apoio à formulação dos assentamentos da região de Ribeirão Preto. Mesmo que estes processos são necessariamente perpassados por processos de aprendizagem, evidencia-se o processo de formação de assentados da região. A formação, propriamente dita, surge como uma categoria fundamental no processo de construção do PDS da Barra, na concretização do Assentamento Mário Lago e, como elemento central do presente debate, na aliança realizada com Cooperafloresta e o consequente desenvolvimento do Projeto Agroflorestar em territórios do MST.

¹³ Nos relatos dos assentados sobre o Projeto Agroflorestar é recorrente observar que os mesmos chamam a Cooperafloresta, a cooperativa proponente do projeto, de Coopera.

¹⁴ Em menção ao Projeto Agroflorestar que é patrocinado por editais da Petrobrás Ambiental.

McCune et al. (2017) ao analisarem escolas vinculadas à Via Campesina apontam que a formação desenvolvida pelos movimentos sociais latino-americanos possuem inspirações no conceito de *modelagem* inaugurado por Che Guevara. Este é utilizado na formação do novo homem e da nova mulher em sentido cooperativo para uma nova sociedade. Neste sentido, dimensões distintas são abordados pelo processo de formação como elencadas por Rezende e Scopinho (2008) em um estudo realizado na fazenda de ocupação da Fazenda da Barra, são estas: a formação política, a formação cultural e a formação técnica.

A primeira se dá, como anteriormente apontado, no âmbito da discussão entre acampados, assentados e integrantes da direção regional, estadual e nacional do MST. Ao lançar novos fundamentos para a constituição dos Sem Terras e, sobretudo, no seu novo método de constituição dos territórios, o movimento propõe reflexões que partem da realidade objetiva na esfera da totalidade socioeconômica, bem como, se materializa na concentricidade dos assentamentos. Porém, de forma dialética, os debates a níveis nacionais partem também de uma leitura da realidade objetiva de seus integrantes e de resultados benéficos ou maléficos de suas experiências.

Como exposto por Rezende e Scopinho (2008), a dimensão política acontece também no diálogo com outras instituições como a Arquidiocese de Ribeirão Preto, que cedeu o Sítio Pau d'Alho ao movimento. Além disso, o acesso a políticas públicas, como neste caso, a interlocução com o INCRA para acessar o PDS como novo modelo de assentamento se concretiza como movimento político do MST.

No âmbito da formação cultural, o Encontro Nacional de Violeiro e Violeiras realizado pelo centro de formação em debate vai ao encontro da afirmação da cultura camponesa como processo de formação sobre as ocupações de terra e assentamentos da reforma agrária. Rezende e Scopinho (2008) apontam estes eventos como contraposições às festas de peão de boiadeiros realizados pelo agronegócio da região.

Por fim, a dimensão técnica da formação pode ser exemplificada pelo projeto de formação agroecológica realizada em parceria com a UNICAMP que intenciona desenvolver técnicas de agriculturas que vão ao encontro do projeto agroecológico do MST. É neste mesmo contexto de formação técnica que se enquadra a experiência do Projeto Agroflorestar, realizado no Assentamento Mário Lago ainda que influenciando diversas dimensões da vida dos integrantes do projeto¹⁵.

¹⁵ Estas distintas dimensões são debatidas em um capítulo específico sobre os significados da agroecologia advinda do Projeto Agroflorestar.

Este debate expõe, portanto, a *formação* como uma categoria central para a compreensão de processos de aprendizagem e que intencionam a concretização da agroecologia enquanto projeto emancipatório do MST. Guhur et al. (2016), em um estudo realizado sobre as escolas e centros de formação da LVC e do MST no Estado do Paraná, evidenciam que os fundamentos teóricos e metodológicos dos projetos pedagógicos de tais instituições possuem suas bases na Pedagogia do Movimento Sem Terra como discutido por Caldart (2000).

Por sua vez, a Pedagogia do Movimento Sem Terra, como destacado por Guhur et al. (2016), parte das premissas da pedagogia socialista, da educação popular e do materialismo históricos dialético. Seguindo estes pressupostos, com o intuito de elucidar as ações e resultados do Projeto Agroflorestar, iniciadas pelo Centro de Formação Sócio-Agrícola Dom “Hélder Câmara”, é necessário traçar um histórico do contato dos integrantes do Assentamento Mário Lago com os SAF e o desenvolvimento do conhecimento sobre esta técnica de agricultura para compreender a atual percepção destes mesmos sujeitos sobre agroecologia.

1.6 AS PRIMEIRAS TENTATIVAS DE IMPLANTAÇÃO DE SISTEMAS AGROFLORESTAIS

Anteriormente a discussão dos dados coletados para a elucidação dos processos de aprendizagem sobre SAF que se inicia nesta seção e se estende até o final desta pesquisa, é necessário apontar que relatos de diversos assentados são utilizados como referencial da objetividade. Distintamente a seção anterior que se apoiou hegemonicamente sobre os relatos da coordenadora de projetos do Centro de Formação Sócio-Agrícola Dom “Hélder Câmara”, a subsequente reconstrução de eventos se pautou na diversidade de falas e memórias e se desenvolveu pela indicação dos próprios assentados. Assim, foi reconstituída a história dos assentados a partir de suas próprias exposições.

A partir da conquista do Assentamento Mário Lago e com início da distribuição dos lotes aos acampados em 2007, os assentados já traziam consigo intenções de método de recuperação das áreas de reserva como proposto no estatuto, bem como, o modo de agricultura para suprir suas necessidades de renda. O processo de transformação da

atividade¹⁶ dos assentados passariam, neste momento, por um momento crucial com tentativas de projetos para a implantação dos SAFs.

Um dos pilares do movimento é agroecologia né, a gente trabalhava na época de acampamento e já plantava muita coisa porque a gente estava dentro da fazenda, então, a gente estava espalhado na fazenda, então, a gente plantava muita coisa agroecologicamente né, mas, tudo nas culturas convencionais, milho, mandioca, feijão, essas coisas tudo, mas tudo da forma convencional. Convencional que eu digo é a forma de plantio, não usava insumo químico nem nada, mas era de forma convencional, mas sempre discutimos essa questão da preservação ambiental, trabalhar no sistema de agrofloresta que a gente falava SAF na época né, então a gente sempre discutiu isso, mas, a gente nunca soube o jeito de fazer isso. Tá, nós vamos fazer SAF tanto é que nós propusemos na época da criação do assentamento 15% a mais do que a lei pedia de reserva legal, né, ao invés de 20%, tem 35% da área comum, 15% a mais de sistema agroflorestal. E a gente ficou durante praticamente quatro anos porque depois da conquista demorou muito até todo mundo saber onde era o seu lote, para onde que ia, porque aí eu fui mapeando as coisas, só que aí quando todo mundo foi para o lote, e aí? Como é que é? Grandes áreas de reserva para ser recuperada, todo mundo com esse compromisso através do TAC¹⁷, mas, o que é de fato esse negócio de SAF? (Assentado Z. do Assentamento Mário Lago)

Como exposto, a intenção de implantação de Sistemas Agroflorestais surge já na fase de ocupação e acampamento na Fazenda da Barra, processo este iniciado em 1997 e finalizado em 2007 quando a referida localidade se transformou em um assentamento conquistado. Neste período, os debates acerca desta técnica de agricultura pelos assentados foram concomitantes ao amadurecimento do debate nacional do movimento acerca da agroecologia, bem como, influenciados por experiências bem-sucedidas como é caso do Assentamento Sepé Tiaraju, no município de Serrana, no Estado de São Paulo e próximo a Ribeirão Preto.

Com boa parte do PDS da Barra formulado como território do MST, os assentados iniciaram um processo de busca por políticas que atendessem suas necessidades. A primeira tentativa se deu com o INCRA, através de um recurso que não fora disponibilizado mesmo o assentamento se enquadrando em um projeto desenvolvido por esta mesma instituição. Ao ainda se manter no debate sobre a construção do estatuto do Mário Lago, uma assentada expõe sua indignação sobre o Incra.

Mas a última atualização foi em 2011 ou 2012, porque aí o projeto de assentamento já estava propondo agrofloresta né, e a gente só não sabia muito bem como que ia sair da teoria para prática na verdade, e aí foi que aconteceu que o primeiro momento a gente achava que agrofloresta, a gente ia fazer com um recurso do INCRA que é um o recurso de recuperação

¹⁶ O próximo capítulo tem seu foco na discussão sobre a atividade e sua transformação proporcionada pelo início do Projeto Agroflorestar no Assentamento Mário Lago.

¹⁷ Referindo-se ao Termo de Ajustamento de Conduta (TAC).

ambiental que tem dentro do INCRA, são R\$2.400 por família para poder reflorestar, sabe? Você já ouviu falar desse recurso? Dá uma pesquisada porque ninguém que eu saiba, ninguém nunca acessou entendeu? Nenhum projeto de assentamento conseguiu. (Coordenadora de projetos do Centro de Formação Sócio-Agrícola “Dom Hélder Câmara”)

No referido intercâmbio de informações realizado pelo próprio movimento, os assentados do Mário Lago se sentiram incentivados a buscarem fontes de conhecimento para o plantio de SAF até realizarem uma parceria com a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA) Meio Ambiente para tal finalidade, aos moldes daquela realidade pelo PDS Sepé Tiaraju. No entanto, a experiência acabou sucumbindo devido a adversidades ambientais, mas ressalta-se que a área de plantio de cunho coletivo é localizada distante de alguns lotes individuais, fator este que impede cuidados mais próximos.

A gente fez uma parceria primeiro em 2011 com a EMBRAPA Meio Ambiente quando a gente mudou com o Centro para cá, a gente veio com ele. Eles fizeram a primeira implantação de agrofloresta lá na área do centro, lá embaixo, é uma área que depois de um ano pouco pegou fogo e a gente perdeu quase tudo. Aí a gente mudou aqui e tanto que a gente tinha acabado de mudar, a gente cuidava da área lá embaixo até pegar fogo, só que o modelo de SAF da Embrapa era pouco diferente do que a gente faz hoje né, era umas árvores mais espalhadas sabe, era muito mais voltado para frutífera e no meio eles deixavam as áreas para a gente plantar abóbora, mandioca, mas, a cobertura de solo não era suficiente para tampar tudo sabe, então não tinha muita coisa era mais plantar árvore e deixar crescer ali de forma diversa e vai tocando, a gente achava que aquele modelo ali era legal mas, não era suficiente para nós. Já tinha um grupo que trabalhava naqueles, e aí foi indo, foi indo e o SAF pegou fogo e perdeu, nessa época a gente acha que o início do fogo não foi nem nele (SAF) que iniciou na área e foi alastrando, acontece. (Coordenadora de projetos do Centro de Formação Sócio-Agrícola “Dom Hélder Câmara”)

A insuficiência deste tipo de SAF vindo da EMBRAPA Meio Ambiente pode ser considerado por não atender as necessidades objetivas do Assentamento Mário Lago de aliar a restauração ambiental com a aquisição de renda como modo de sustento e afirmação de sua territorialidade, assim, unindo as dimensões social e econômica com a ambiental. O modelo de SAFs implementado pela EMBRAPA possui características diferentes das intencionadas pelo Projeto Agroflorestar com a baixa produção de matéria orgânica – com o cultivo de culturas perenes – no próprio sistemas (figura 3).

Após esta experiência, mais precisamente no segundo semestre de 2012 um convite realizado pela Cooperafloresta chegou ao assentamento através do Centro de Formação Sócio-Agrícola “Dom Hélder Câmara” para a inserção de escolas do MST no Projeto Agroflorestar. Através deste projeto, a Cooperafloresta intencionava levar o conhecimento sobre Sistemas Agroflorestais Agroecológicos à territórios com práticas sociais similares.

E eles queriam expandir a parte de agrofloresta para as escolas MST e aí nessa de expandir para as escolas do MST, para poder expandir a proposta

de agrofloreza no mundo, como diz o coordenador do projeto. E era o que fazia lá dentro da Coopera, ele queria acessar suas escolas, ele acredita muito no potencial de formação do MST, das escolas que o MST construiu, acho que muito intuitivo ainda, acho que ele já tinha um conhecimento do movimento mas, não era o conhecimento que hoje ele tem né, de morar no espaço, de ter vivido um monte de coisas junto com o MST né. Ele sabia que era um movimento social forte assim né, que estava transformando o campo e que ali falava de agroecologia, que ali tinha um chão fértil para ele fazer uma parceria. Nesse negócio, veio parar um convite para nossa escola que era o Centro de Formação em 2011, o SAF da Embrapa foi de 2010 para 2011, aí durante o ano de 2011, acho que foi no começo do ano em abril ou maio, eles procuraram e como era eu que tinha tarefa de projeto do Centro chegou para mim esse e-mail de convite da Coopera falando que eles tinham um projeto e que eles estavam trabalhando com as escolas do movimento e que eles tinham interesse de que a nossa escola fosse visitar, fizesse uma parceria com eles, fosse fazer uma visita lá e que depois dessa visita a gente fizesse uma implantação de uma unidade aqui na nossa área de escola. Mas, tínhamos acabado de mudar você imagina né e o curso que a gente tinha, tinha acabado também, aí até eu lembro na época conversei com o pessoal, falei “olha eu sei que a experiência da Cooperafloresta é muito boa” entendeu? Enquanto pessoa formada na área, que conversa com um monte de gente todo mundo tinha referência neles de Agrofloresta. (Coordenadora de projetos do Centro de Formação Sócio-Agrícola “Dom Hélder Câmara”)

Figura 3 – Sistema Agroflorestal implantado em parceria com a EMBRAPA

Fonte: arquivo oficial do Centro de Formação Sócio-Agrícola Dom Hélder Câmara.

Ao inserir as escolas do MST como parceiras para a expansão sobre Sistemas Agroflorestais Agroecológicos, a Cooperafloresta criou alianças sociais não somente com o Assentamento Mário Lago, mas também com o Assentamento Contestado situado no município da Lapa no Estado do Paraná. Neste último, a aliança via a Escola Latino Americana de Agroecologia (ELLA) localizada no mesmo assentamento que, como o Centro de Formação Sócio-Agrícola “Dom Hélder Câmara” localizado no Assentamento Mário Lago, ocupa-se em formar distintas gerações de Sem Terras para a efetivação do projeto agroecológico do MST. (CORRÊA NETO et al., 2016a)

1.7 A CHEGADA DO PROJETO AGROFLORESTAR

O Projeto Agroflorestar é desenvolvido pela Cooperafloresta desde 2011, com edições bianuais que captam recursos financeiros do Programa Petrobras Ambiental para a difusão do conhecimento sobre a implantação e prática de Sistemas Agroflorestais Agroecológicos. Duas edições já foram realizadas entre os anos de 2011 e 2014 em diversas localidades destacando-se diversos assentamentos do MST incluindo o PDS Mário Lago. Atualmente, o projeto se encontra na sua terceira edição com ações voltadas à territórios localizados no Vale do Ribeira, região sul do Estado de São Paulo. (COOPERAFORESTA, 2017a)

Suas intenções e seus objetivos advém do resultado da experiência de mais de 20 anos sobre Sistemas Agroflorestais Agroecológicos desenvolvidos pelas 120 unidades familiares camponesas integrantes da Cooperafloresta. Por sua vez, a Cooperafloresta é formalmente intitulada como a Associação dos Agricultores Agroflorestais de Barra do Turvo e Adrianópolis, municípios localizados no Estado de São Paulo e no Estado do Paraná, respectivamente, além de integrar agricultores do município de Bocaiuva do Sul, também localizado no Paraná. (COOPERAFORESTA, 2017b)

Como característica central desta associação, é importante citar que a mesma é composta por comunidades quilombolas e pequenos agricultores que anteriormente praticavam agricultura em espaços em crescente degradação e tinham sua produção limitada ao cultivo de feijão. O associativismo trouxe a possibilidade de implantação de SAFs e consequente ampliação da gama de produtos alimentícios, bem como, a venda e escoamento dos mesmos de forma coletiva. Além disso, a Cooperafloresta possibilitou a união de conhecimento entre saberes tradicionais e a esfera técnica-científico, que tem elevado a renda e condição dos cooperados. Aponta-se também o elevado índice de recuperação dos ecossistemas locais. (STEENBOCK; VEZZANI, 2013)

Para a difusão do conhecimento sobre Sistemas Agroflorestais Agroecológicos, o Projeto Agroflorestar é organizado de forma que técnicos da Cooperafloresta visitem e atuem junto a outros territórios camponeses para a transmissão de conhecimento, além de custear alguns implementos para execução e desenvolvimento de SAFs. Este custeio pode abranger desde a compra de mudas, insumos agrícolas iniciais do plantio e, até mesmo, sistemas simples de irrigação. (CORRÊA NETO et al., 2016b)

A primeira edição do projeto que se iniciou em 2011, tinha a intenção de expandir o conhecimento sobre SAFs em mais de 300 unidades rurais e totalizar mais de 1.000 hectares de plantio. Desta forma a parceria entre a Cooperafloresta e o Assentamento Mário Lago se deu justamente na primeira edição do Projeto Agroflorestar, em 2012, que já se encontrava em execução e finalizou-se em 2015, ao término da segunda edição. Neste período, houve visitas de assentados ao território da Cooperafloresta para observação dos SAFs desenvolvidos, visitas e apoio de técnicos da Cooperafloresta no Assentamento Mário Lago para a transmissão de conhecimento, bem como, aporte financeiro para custeio da implantação dos primeiros SAFs.(figura 4)

Figura 4 – Sem Terras em visita a Cooperafloresta em 2011.

Fonte: arquivo oficial do Centro de Formação Sócio-Agrícola Dom Hélder Câmara.

Na realidade o Mário Lago, o Centro de Formação Sócio-Agrícola Dom Hélder Câmara foi incluído no Projeto Agroflorestar por conta dessa linha de

escolas de agroecologia então, desde a primeira versão do Agroflorestar nós incluímos uma meia dúzia de escolas do Movimento Sem Terra, e era assim, apenas para dar uma formação, algumas atividades práticas, mas, não era implantação de sistemas agroflorestais. Aí o que aconteceu? Com o centro, nessa época ele sem um curso regular, ele levou as assentadas e assentados daqui do Mário Lago na Cooperafloresta. A visita feita na Cooperafloresta empolgou muito pessoal, e no grupo tinha algumas lideranças importantes também e durante a própria visita eles demandaram, porque o projeto tinha a meta de implantar 400 sistemas agroflorestais. Na primeira na primeira edição talvez não fosse tudo isso, talvez era 300 unidades e 1.000 hectares de Sistemas agroflorestais e maior parte na Cooperafloresta, mesmo porque aquele sistema da Cooperafloresta é mais extensivo né. Então, a minha chegada aqui foi isso por demanda do pessoal como coordenação do projeto, mas estou falando como coordenação, mas a minha relação com a Cooperafloresta já cheguei a morar na casa dos agricultores, então vinha aqui, dormia aqui na casa dos agricultores, no próprio centro de formação então eu tinha uma relação bem íntima. (Coordenador do Projeto Agroflorestar no Assentamento Mário Lago)

Percebe-se que mesmo que a Cooperafloresta intencionava se aliar as escolas do MST para a formação de novas gerações acerca dos Sistemas Agroflorestais Agroecológicos, o Centro de Formação Sócio-Agrícola “Dom Hélder Câmara” percebeu a oportunidade de enviar um grupo de assentados para a Barra do Turvo para que os mesmos pudessem apreender possíveis ensinamentos. Com isso, a visita realizada possibilitou que os próprios assentados percebam as possibilidades de implantação destes sistemas na região de Ribeirão Preto.

E daí no Projeto Agroflorestar foi incluído o Centro de Formação como parceiro do Agroflorestar e que possibilitava a ida de uma turma daqui lá na Barra do Turvo. E nessa época eu fui lá junto, eu e mais 40, daí que eu conheci o Nelson o Osvaldinho, o pessoal né. Essa época o Namastê não estava lá ainda, e aí o Nelson falando do projeto, explicando sobre a agrofloresta e o lugar lá é muito bonito, e eu fiquei encantado com tudo aquilo né, só que eu não imaginava como é que faria aquilo aqui, porque lá é totalmente diferente né, floresta mesmo, um lugar bem mais úmido, muito difícil, mas, muito bonito, muita água, muita coisa e eu ficava imaginando como poderia a gente trabalhar nesse sistema aqui. Isso foi em 2012. O detalhe é que o Nelson ao falar do Agroflorestar, ao falar do que estava fazendo, da proposta do projeto e tal, ele mencionou que era possível ter algumas experiências de SAF em outras regiões que não fosse lá na Barra do Turvo, e que uma das regiões fosse aqui daí eu já fiz o convite logo né, então tem alguém para ir com agente e tal. E aí Osvaldinho topou e veio com nós no ônibus de lá. (Assentado Z. do Assentamento Mário Lago)

A citada fala vai ao encontro das possibilidades apresentadas que a partir da realidade objetiva vivida pelos próprios assentados, o Projeto Agroflorestar se direcionou para caminhos distintos daqueles anteriormente intencionados pelos integrantes da Cooperafloresta. Neste sentido, a necessidade de produção e não somente de uma formação foi central para a ida dos técnicos do projeto ao Assentamento Mário Lago. Esta perspectiva

de distinção de formação, mas, da formação com a necessidade de produção evidencia-se na fala de outro assentado.

Porque assim, o Projeto Agroflorestar já estava acontecendo na Barra do Turvo, e aí o Nelson falou que teria como expandir, poderia fazer um outro lugar também. Aí a gente interessou também que tinha uma chance de começar aqui, a gente trouxe o Osvaldinho pra cá e já começou fazer umas oficinas para pensar, entender um pouco a lógica do que que é isso. Porque no começo a dificuldade nossa era entender o plantio e o sistema como é que tem que ser plantado né, porque a gente não conseguia entender o consórcio, de tanta coisa junto e como seria. (Assentado V. do Assentamento Mário Lago)

Entre os assentados, ao menos a liderança constituída pelo Setor de Produção do Assentamento Mário Lago, já compreendia mesmo que razoavelmente o que poderia ser um Sistema Agroflorestal Agroecológico estruturas. O fator limitante era, definitivamente, a falta de apropriação dos conceitos centrais e o entendimento prático dos mesmos. Desta forma, as agroflorestas da Cooperafloresta serviram como um modelo de possibilidade prática.

No meu ponto de vista, antes disso, acho importante falar do porque do Assentamento Mário Lago, do porque dá esse processo. Porque assim, no movimento, ao longo da história do MST, o movimento vem discutindo assentamentos próximos de grandes centros, onde que os lotes pudessem ser menor, onde fosse mais fácil essa integração de campo e cidade, produção e comercialização. E aí nesse sentido especificamente no Mário Lago por conta d'agente estar em cima da recarga do Aquífero Guarani, e aí surgiu a necessidade de assentamento diferenciado. Então o TAC do Ministério Público e do INCRA, se comprometendo a fazer o assentamento agroecológico. Essa discussão é bem antiga do movimento, agora as práticas é que assim tem muita dificuldade muita dificuldade ainda de fazer. A gente tem oportunidade de pesquisas de vários lugares, e um deles assim, nos apaixonou foi a Coopera. Particularmente para nossa realidade aqui, a realidade da Coopera é uma, a realidade do Mário Lago é outra. Então, assim particularmente, falando de mim particularmente, quando eu voltei da Coopera eu voltei muito empolgado assim da primeira visita mas, faltava alguma coisa. Caramba, aqui lote pequeno, terra plana, terra degradada, é, como que é esse processo. (Assentado P. do Assentamento Mário Lago)

Após a visita a Cooperafloresta, os assentados tiveram a oportunidade de presenciar agroflorestas estruturadas e produtivas. Assim, novos questionamentos surgiram, sobretudo na diferença ambiental entre estes dois territórios. Destaca-se nesta última fala a consciência sobre a realização do Assentamento Mário Lago como um território agroecológico e a intencionalidade do MST de se realizar em um novo paradigma produtivo. Estes fatores, ao se acumularem enquanto uma idealização nas organizações sociais de base, passam, gradualmente, a se encontrarem na objetividade através dos processos de aprendizagem em território Sem Terra.

2 APRENDIZAGEM ORIGINADA NAS RELAÇÕES SOCIAIS E NO TRABALHO COLETIVO

Após o debate a nível nacional do MST sobre a Agroecologia como projeto político e emancipatório de seus integrantes, o movimento aderiu aos PDSs como modelo de assentamentos e às Comunas da Terras como meio de recuperação teleológica de trabalhadores expropriados nos centros urbanos. Seguindo estas premissas o Assentamento Mário Lago passou a concretizar-se como agroecológico e, sobretudo, agroflorestal através de processos de aprendizagem.

Recuperando os pressupostos de Caldart (2000), o processo de ocupação, acampamento e assentamento já se configuram como processos de aprendizagem que vão além da conquista pela terra e se enquadram na formação dos sujeitos enquanto Sem Terra. Alia-se a isso, e advindo do recente contexto agroecológico, a formação de agricultores agroecológicos como categoria constitutiva de ser Sem Terra que, além de sujeitos que tem no desenvolvimento histórico do MST sua base para realização de ser, necessitam agora modificar a concepção de agricultura e como modo de afirmação do território.

Assim sendo, insere-se um novo modo de se relacionar com o meio ambiente local dos assentamentos, mesmo que os encontrando em estágios avançados de degradação devido as ações de monocultivo em escala industrial. Este novo modo de realizar-se deve, então, ultrapassar as necessidades técnicas e atingir transformações na atividade dos assentados; os saltos qualitativos individuais devem ultrapassar a esfera subjetiva e alcançar a dimensão coletiva para que esta unidade social tenha a agroecologia e os Sistemas Agroflorestais Agroecológicos como prática social.

Seguindo o desenvolvimento do Projeto Agroflorestar e seus fundamentos teóricos e metodológicos advindo de práticas das comunidades quilombolas e agricultores familiares da Cooperafloresta, aponta-se que os processos e resultados vão ao encontro da Educação do Campo. Este projeto de educação, propriamente dito, tem seus fundamentos nas “Diretrizes Operacionais para a Educação Básica do Campo” que em 2002 foi modificado para simplesmente Educação do Campo para se alocar não somente na educação formal, mas também em todos os processos formativos. (CALDART, 2004)

A formação passa a ser considerado elemento constitutivo da Educação do Campo superando a dimensão escolar da educação e se estendendo à processos que sejam formativos. É assim que o Projeto Agroflorestar pode ser considerado, um projeto de formação que parte das bases políticas e teóricas da Educação do Campo, pois, o conhecimento sobre Sistemas

Agroflorestais Agroecológicos e a transformação social e subjetiva advinda do mesmo, que é debatido no capítulo seguinte, é também uma aliança de territórios quilombola e Sem Terra.

Mais precisamente, a Educação do Campo pode ser considerado um projeto de educação vindo das experiências do campo formulado e praticado pelos próprios camponeses, neste caso, Sem Terra. Considera-se, então, a própria atuação deste grupo de Sem Terras como processos de geração de conhecimento em contraposição à dita Educação Rural que simplesmente tecnifica o proletariado rural para a especialização das necessidades do agronegócio. (BARBOSA, 2017)

Deste modo, a Educação do Campo pode ser considerada uma educação da práxis camponesa que ao praticar, aprimorar e registrar materialmente seu conhecimento, produz consigo a afirmação do território camponês. Como exposto por Fernandes (2008) o território ganha aspectos materiais e imateriais quando a contraposição entre o agronegócio, concretizado pelos latifúndios, e a agricultura agroecológica, produzida pelo campesinato, ganha aspectos ideológicos e teleológicos que superam o evidente embate pela terra em si.

Caldart (2004) expõe que há dois desafios centrais para a Educação do Campo, o primeiro se configura na práxis e o segundo na construção do paradigma deste projeto. A práxis depende de uma afirmação teórica e nos processos práticos para significar este projeto de educação e formação. Deste é que pode surgir tanto o conteúdo quanto a forma que se dá os processos educativos advindos da base social.

Já a construção do paradigma se encontra na formulação teórica com seus conceitos e a visão de mundo pela ótica camponesa. Assim, há o desmembramento em tarefas como a consolidação do arcabouço da Educação do Campo, ou sua memória como elencado por Caldart (2004); a releitura constante de seus processos e conceitos originados pelos próprios camponeses; e do próprio embate político a ser travado em um determinado tempo histórico. É desta forma que se ressalta o aspecto dialético da Educação do Campo ao inserir as contradições sociais como fundamentos para proposições camponesas. (CALDART, 2004)

Estes pressupostos vão o encontro do marco documental do MST intitulado como “Princípio da Educação no MST” de 1997 que expõe a centralidade de uma educação com práticas e conceitos elaborados a partir da base e do trabalho executado em todas as dimensões do movimento. Barbosa (2017) ainda exemplifica que a cotidiana tarefa de se lavar pratos em uma cozinha comunitária pode realizar processos educativos dentro movimento, ao passo que a conversa cotidiana possui grande potencial para trazer consigo troca de experiências entre os próprios Sem Terras.

Destaca-se nesta análise sobre o desenvolvimento do Projeto Agroflorestar no Assentamento Mário Lago, as preposições educativas informais originadas no trabalho de se consolidar os Sistemas Agroflorestais Agroecológicos como método de plantio no território em discussão. Mesmo que os pressupostos teóricos se enquadrem também na construção de projetos pedagógicos no âmbito escolar, a leitura realizada sobre o processo de aprendizagem no referido assentamento foi apoiada na dimensão informal e necessariamente criadora de processos únicos. Intenciona-se, desta forma, revelar suas particularidades.

Mas, para tal finalidade, é fundamental expor que o Projeto Agroflorestar não foi único projeto acessado pelos Sem Terra do Mário Lago com o intuito de efetivar os SAF enquanto técnica de agricultura. Paralelamente, foi desenvolvido o Projeto Renascer das Águas do Aquífero Guarani com o apoio da Secretaria do Meio Ambiente (SMA) iniciado em setembro de 2013 e finalizado em setembro de 2015, bem como, o Projeto Candeia iniciado em abril de 2014 e finalizado em outubro de 2015 com o apoio do Fundo pela Biodiversidade (FUNBIO). Ambos os projetos apoiaram a implantação dos SAFs, sobretudo na aquisição de meios de produção, no entanto destaca-se, o Projeto Agroflorestar como instrumento para o desenvolvimento do conhecimento agroflorestal. (NUNES; SILVA, 2016)

As experiências de aprendizagem desenvolvidas pelos assentados do Mário Lago se iniciaram logo após a visita realizada à Barra do Turvo que lhes possibilitou a observação direta de Sistemas Agroflorestais Agroecológicos já estruturados. Como descrito, técnicos da Cooperafloresta que participavam da coordenação do Projeto Agroflorestar se disponibilizaram a estender o projeto ao assentamento. Os mesmos, então, passaram a se organizar para a transmissão de conhecimento sobre este método de plantio em sua primeira experiência que fora intitulada como “Escolinha Agroflorestal”.

2.1 A ESCOLINHA AGROFLORESTAL

A experiência da Escolinha Agroflorestal foi estabelecida em 2012 como a realização de uma proposta pedagógica de um dos técnicos da Cooperafloresta. A mesma se consistiu em um plantio coletivo próximo a sede do Centro de Formação Sócio-Agrícola “Dom Hélder Câmara”, no qual cada agricultor era responsável por uma pequena parcela do mesmo. Conforme relatado, os agricultores cultivavam entre dois a três metros quadrados de canteiro (figura 5). Esta metodologia intencionava o repasse de conhecimento e observação do crescimento das culturas seguindo os princípios dos SAFs.

E eles vieram já começar a trabalhar aqui em 2012 mesmo né, em 2011 a gente visitou lá, eles vieram mas, o trabalho em si de fazer alguma agrofloresta foi em 2012 já, aí primeiro antes da área de reserva a gente começou com a “escolinha agroflorestal” em que cada agricultor tinha um pedaço de área lá no centro de formação e era um pedacinho pequeno tipo um canteiro, porque Oswaldinho tinha isso na cabeça dele que é essa era a metodologia melhor de aprendizado de mexer com SAF. Ele falava se a pessoa tem que ver na prática, não adianta ela ir para uma área de reserva. Aí algumas pessoas começaram a mexer, aí alguns foram para frente, outros abandonaram. Ah, vamos fazer umas áreas melhores mais bonitas e tal e sempre tentando mudar a estratégia sabe, aí a gente pensou vamos fazer umas áreas bem bonitas com algumas pessoas né, em 2012 aí agente plantou aquela área lá do lado da casa do Zaqueu que é onde o Nelson mora do lado. A área era só braquiária aí a gente fez um mutirão, fez uma área lá na reserva e a ideia era que os meninos fossem cuidando né, o Paraguai, e que a área pra ficar bem bonita para ser exemplo para os outros. (Coordenadora de projetos do Centro de Formação Sócio-Agrícola “Dom Hélder Câmara”)

Figura 5 –Escolinha Agroflorestal

Fonte: arquivo oficial do Centro de Formação Sócio-Agrícola Dom Hélder Câmara.

De todos os assentados entrevistados, somente uma mencionou a Escolinha Agroflorestal com profundidade, percebe-se que isto se deu devido a necessidade urgente dos assentados em plantar os SAFs para obtenção de renda e que cumprisse com necessidades ambientais como deliberado no TAC do PDS da Barra. Esta experiência resumiu-se ao plantio de um exemplar de SAF, mas não em grande extensão territorial se caracterizando de forma verticalizada ao passo que foi intenciosa a transmissão de conhecimento e não

necessariamente em um processo de desenvolvimento com participação direta e amplamente coletiva.

Esta experiência cometeu os mesmos equívocos daquela realizada pela Embrapa Meio Ambiente de não ir ao encontro das necessidades objetivas dos assentados, por mais que as mesmas pudessem oferecer os primeiros conceitos constituintes dos SAFs. A necessidade do desenvolvimento de sujeitos enquanto reais agricultores agroecológicos e agroflorestais, que afirma sua terra e cumpre com as demandas do PDS, foi central para pujança das próximas etapas da aprendizagem.

2.2 PLANTIO NAS ÁREAS DE RESERVA LEGAL

A experiência subsequente do processo de aprendizagem do Projeto Agroflorestar aconteceu em uma das áreas de reserva legal ao final de 2012 e início de 2013. Nesta etapa as intenções do Centro de Formação Sócio-Agrícola “Dom Hélder Câmara” se mostraram presentes enquanto fomento para a concretização da agroecologia no Assentamento Mário Lago, bem como, aliava-se às necessidades de modificação da realidade objetiva dos assentados através da formação definitiva em agricultores agroecológicos e agroflorestais.

E aí o projeto foi acabando, em 2012 foi acabando e o Nelson conseguiu a renovação. Quando ele conseguiu a renovação ele falou “vamos continuar e vamos entrar com tudo nas áreas de reserva agora e com mais dinheiro né, com mais fôlego vou fazer um trabalho mais aprimorado”. Então foi em 2013, aí que a gente plantou um monte de área de reserva legal e que foi naquela que você falou que tem o desenho lá¹⁸, porque aí a gente fez o planejamento super complexo, tinha muita cultura que ia de muda, algumas sementes, tinha que colocar insumo, as pessoas tinham que carregar o insumo com carriola desde casa, tipo Yoorin, carvãozinho e esterco. Aí o pessoal não sabia fazer agrofloresta, ainda não tinha clareza do que era, nem a gente direito que estava acompanhando assim junto com eles né, a gente sabia que ele tinha mais conhecimento, mas, a gente estava junto discutindo aprendendo junto e propondo. Porque o interesse de algumas partes era também virar produtor e o nosso também era fazer um projeto sair do papel né, parar de ser muita teoria e ser prática mesmo e as pessoas viverem realmente de agroecologia e de agrofloresta que foi a intenção. Aí eles fizeram com umas 80 famílias também a área, algumas foram para frente, algumas abandonaram. (Coordenadora de projetos do Centro de Formação Sócio-Agrícola “Dom Hélder Câmara”)

Esta área que se encontrava com alto nível de degradação, necessitou de aportes de insumos mesmo antes da implantação do SAF. Um fator de grande destaque neste momento, foi a necessidade de plantio de capim Mombaça para o oferecimento de matéria orgânica

¹⁸ Referindo-se a um esquema previamente do SAF implantado das áreas de reserva. Durante as pesquisas, o coordenador do Projeto Agroflorestar e outros dois assentados comentaram sobre este desenho, porém, ninguém possuía um exemplar.

como elemento de recuperação do solo da área. Fator este, que casou certo estranhamento por considerável número de assentados e consequente abandono das dinâmicas de aprendizagem devido ao tempo de espera necessário para o crescimento desta cultura.

Ainda por cima eu tinha condicionado, eu tinha botado uma condição, uma das condições que eu estabeleci era a seguinte: só plantamos as mudas se tiver plantado a Mombaça. Como aconteceu na Lapa¹⁹, na Lapa como fizemos esse sistema, primeiro plantamos Mombaça depois plantamos as mudas. Só que aqui ninguém conseguiu seja por convencimento, seja porque o preparo de solo atrasou, aqui o tempo é meio curto pois, não se sabe se a chuva começou ou não, chove depois para, o clima é desregulado. A época de plantar é precisa e a gente tinha que preparar uma coisa enorme de áreas e ainda tinha resistência do pessoal. Na Lapa tinha trator com semeadeira, direitinho, e aqui não tinha nada disso, tinha que ser na mão. (Coordenador do Projeto Agroflorestar no Assentamento Mário Lago)

Percebe-se que além do estranhamento das novas práticas dos Sistemas Agroflorestais Agroecológicos a falta de meios de produção de tais propostas dificultou o acesso ao conhecimento. Na perspectiva de Vigotsky (2007) a instrumentalidade tem papel central no processo de cognição, uma vez que a interação com objeto em manipulação se dá de forma mediada tanto subjetivamente por meio de signos quanto objetivamente através dos instrumentos. Mesmo já construindo bases para o debate acerca da perspectiva histórico-cultural da atividade, este debate é realizado no capítulo seguinte.

O elemento de discussão neste ponto de debate se dirige para processos e métodos de aprendizagem dos assentados que, definitivamente, também se enquadram nas possibilidades de execução do projeto. Ressalta-se que o Projeto Agroflorestar já tinha sido iniciado em territórios da própria Cooperafloresta e que o Assentamento Mário Lago foi acessado somente no último quarto desta primeira edição. Ainda é necessário destacar que estes projetos acontecem bianualmente.

E aí começamos a lidar aqui, convidamos a turma e fomos direto para as reservas né. Começamos nas reservas, então, é muito longe, deu um monte de problemas porque tava num afobamento de fazer acontecer o projeto né (...) Um bom projeto de SAF tem que ter 5 anos de prazo e todos os projetos não tem nenhum que passa de 2 anos entendeu? Então é um problema sério os projetos para SAF, para implantação de SAF num prazo tão pequeno. Porque, por exemplo, pra você começar numa área degradada você tem que fazer toda uma preparação né, primeiro tem o convencimento das famílias, discutir tudo isso, fazer uma formação com as famílias para elas entenderem esse processo, captar essa mensagem, como é produzido esse sistema, então, feito esse trabalho, aí começa um trabalho e a gente fica na ânsia “então tá, o que eu vou colher?”. Só que numa terra que está degradada, que foi ambientalmente degradada durante muitos anos, aí você não vai entrar com estruturação para produção de fruta, de coisa, você tem toda uma preparação né, então muito das vezes você não tem um material adequado, você não tem

¹⁹ Referindo-se ao município onde está situado o Assentamento Contestado também vinculado ao MST.

matéria orgânica suficiente, então, você tem que fazer uma preparação. Então eu falo que um projeto de SAF teria que ter 5 anos porque tem todas as etapas que não pode ser queimada antes entendeu? E aí, assim, deu certo pelo empenho das famílias, o pessoal, muita gente que tinha, eu sou uma pessoa totalmente otimista mesmo acreditava, e defendia, e batalhava. (Assentado Z. do Assentamento Mário Lago)

Destaca-se da citada fala de um Sem Terra que é considerado uma das lideranças da implantação dos SAFs no assentamento a participação coletiva para alcançar tais finalidades. Ao passo que o Projeto Agroflorestar trazia consigo novos elementos tanto teóricos quanto instrumentais e, conseqüentemente, uma nova prática social, em momentos anteriores houve a necessidade de congregação dos assentados, a explicação a nível comunitário sobre suas intenções, conceitos e possíveis resultados. Foi realizado um processo de chamamento da comunidade para o envolvimento no processo de aprendizagem sobre os SAFs, que se esbarrou em dificuldades de angariamento de participantes justamente pelo plantio ser realizado em áreas distantes dos lotes individuais.

Mesmo enfrentando as adversidades, o processo gerado a nível comunitário se anexa ao projeto pedagógico do MST que tem suas raízes na pedagogia social. Ao aprofundar-se sobre a concepção de pedagogias sociais Tarlau (2010) apreende que o MST não se apoia em qualquer teoria social evitando um arcabouço eclético, desta forma, dirige-se para a herança das teorias pedagógicas desenvolvidas no período revolucionário russo representados sobretudo nos pressupostos de Pistrak e Makarenko.

Assim, o projeto pedagógico dos Sem Terras é deliberadamente um projeto pautado por teorias socialistas que intencionam a superação da sociabilidade capitalista que, por sua vez, tem no agronegócio com sua produção agrícola a nível industrial sua representação de composição do campo e produção no campo, respectivamente. Seus pressupostos, portanto, partem da tríade realidade, trabalho e auto-organização dos alunos.

É necessário destacar que mesmo que estas premissas se enquadram em uma concepção de educação formal, ou seja, na educação escolar, os projetos desenvolvidos pelo Centro de Formação Sócio-Agrícola “Dom Helder Câmara” abrangem desde a aquisição de meios de produção e formação concomitantemente, como é o caso do Projeto Agroflorestar e seus projetos complementares. Sendo assim, a formação também se enquadra em processos de aprendizagem mesmo que informalmente, ou fora do âmbito escolar.

Deste modo, justifica-se que estes projetos de formação que se enquadram no projeto social, político e ambiental do MST – com sua melhor representação na agroecologia – fazem parte da própria Pedagogia do Movimento e que, por sua vez, é componente constituinte do amplo projeto da Educação do Campo. Assim, os eventos de aprendizagem realizados pelo

Projeto Agroflorestar vão ao encontro dos fundamentos teóricos e metodológicos deste projeto pedagógico referido.

A partir do início da implantação de Sistemas Agroflorestais Agroecológicos nas áreas de reserva e seus consequentes arranjos sociais criados partem também da premissa da auto-organização de Pistrak (2000), que se iniciaram na necessidade da criação de um corpo coletivo para início do plantio. No entanto, como exposto, a auto-organização apresentou adversidades objetivas representadas na distância das áreas de reserva dos lotes individuais, pelo qual os assentados levavam os insumos em carriolas, bem como, na urgência de resultados.

Foi justamente do grupo formado que dinâmicas ao estilo da Pedagogia da Alternância se iniciou com debates teóricos e práticas em campo. O plantio dos primeiros SAFs na área de reserva foi feito de tal modo que um esquema visual foi primeiramente desenhado para posterior alocação das mudas e sementes em seus devido lugares, assim, previamente organizando os consórcios das culturas. E, para localiza-las nos canteiros, saquinhos plásticos que continham os nomes das culturas foram fixados juntos as mesmas.

Na realidade é o seguinte, como a gente tem várias áreas de reserva aqui, a gente convidou as pessoas, fez uma divisão, a gente dividiu as áreas de reserva que a gente tinha que fazer aqui pelas as pessoas, dava em torno de meio hectare para cada um. A responsabilidade que cada um tinha, então, a gente fez a divisão das áreas pelas pessoas, então aqui cabe 20 ali cabe 15, aí as pessoas foram escolhendo né. E daí a gente entrou, era tudo sistema de mutirão mesmo, trabalhava tudo junto, plantava tudo junto, implantava acho que era cinco ou seis canteiros ao longo da reserva né, para todas as famílias da mesma forma. O Osvaldinho e o Nelson atuaram aqui o tempo todo criando mapa, criando a estratificação, criando os desenhos do SAF tudo junto então, tinham as aulas teóricas para a gente saber o porquê de tudo aquilo e depois os dias de implantação era época de ir lá e botar a muda na terra mesmo. Um trabalho bem intenso durante um bom tempo, muito educativo, muito legal. (Assentado Z. do Assentamento Mário Lago)

Evidencia-se a criação de processos educativos seguindo a necessidade de apreensão dos conceitos centrais dos Sistemas Agroflorestais Agroecológicos advindos dos próprios assentados com a orientação dos técnicos do Projeto Agroflorestar que os acompanhavam. Isto evidencia o pressuposto de auto-organização estabelecido também nos Princípios Educativos da Educação do MST (MST, 1997) ao estabelecer em seu item 10 intitulado “Auto-organização dos/das estudantes” que estimula soluções educativas advindas dos próprios assentados.

Nesta experiência desenvolvida na área de reserva que aconteceu devido subsídios da segunda edição do Projeto Agroflorestar, um grupo de assentados foi se destacando enquanto lideranças na execução dos SAF. Assim, este mesmo grupo percebeu as possibilidades de

implantação destes sistemas nos lotes individuais com intuito de atender a necessidade de renda por parte de todos.

Antes do desenvolvimento do projeto nos lotes, foi acordado que cada integrante deste processo ficasse responsável por uma fração do sistema implantado na área de reserva, gerando um certo abandono por considerável parte deste grupo. Isto se deu devido a dificuldade de manejar o sistema, ou seja, realizar podas e inserir novas culturas ao longo da maturação da floresta formada. Mesmo assim, um fragmento de SAF desenvolvido em outra área de reserva conhecida como a Cabeceira da Nascente, que se encontra degradada, foi implantada por um agricultor que se tornou uma das lideranças deste método de plantio no assentamento (figura 6).

Figura 6 – Sistema agroflorestal agroecológico iniciado na Cabeceira da Nascente

Fonte: Zonetti, 2019.

Vale destacar que mesmo com as dificuldades de manutenção do sistema, a linguagem acerca dos SAFs passou a ser algo já aceito por este coletivo que, na concepção de Vigotsky (2007) pode ser compreendido como processo de rotulação do objeto a partir dos signos apreendidos. Consequentemente, foram também percebidas as possibilidades de interação com os sistemas ou, neste caso, os instrumentos oferecidos pelos SAFs passaram a ser o objeto de interação, mesmo que ainda de forma incipiente. (VIGOTSKY, 2007)

Assim, no momento que os assentados decidiram ter os lotes como palco do novo processo de aprendizagem para supressão da necessidade de renda, o envolvimento

comunitário também sofreu saltos quantitativos uma vez que houve processos de cópias dos mesmos advindos pela observação e não necessariamente por participação direta. Além disso, os assentados, outrora educandos, se transformaram em educadores e requisitaram projetos paralelos ao Projeto Agroflorestar, bem como, originaram uma nova cooperativa no Assentamento Mário Lago.

2.3 SISTEMAS AGROFLORESTAIS AGROECOLÓGICOS NOS LOTES INDIVIDUAIS

A decisão de levar os Sistemas Agroflorestais Agroecológicos aos lotes individuais gerou não apenas renda a diversos assentados, mas, enquanto discussão central deste capítulo, proporcionou processos de aprendizagem que transformaram os antes educandos em educadores. Simultaneamente, um grupo de assentados que prosseguiu com esta técnica de plantio se organizou entorno de uma nova cooperativa estritamente agroflorestal.

Como marco inicial para a migração das áreas de reserva aos lotes dos assentados, é importante expor a centralidade da discussão da agroecologia a nível nacional do MST. Foi justamente em um novo encontro nacional do movimento que uma assentada e um assentado, que já se afirmavam como lideranças do Projeto Agroflorestar, puderam acessar um outro território também agroecológico e agroflorestal, desta vez em Brasília-DF.

Ai, em 2014, no Congresso Nacional do MST em Brasília, o Nelson e o Namastê²⁰ provocou a gente. O Namastê é mestre da agrofloresta, é o cara que, o menino é muito inteligente, é discípulo do Ernst²¹, e o Namastê provocou a gente no Congresso de conhecer alguns agricultores agroflorestais próximo de Brasília, nós tivemos no Sítio Semente²² do Juã. Lá caiu a ficha, lá caiu a ficha, realidades muito parecidas, entendeu? Terra muito parecida, quer dizer, terras pequenas, próximos de grande centros e mercado próximo. Então, lá que a gente deu para perceber de fato o processo. Mas antes, iniciamos o Projeto Agroflorestar a partir das áreas grandes, nas áreas coletivas, longe de casa, nessas visitas no Juã, a gente percebeu que estava errado o processo. A gente tem que começar primeiro em casa, é mais fácil para a gente ir aprendendo e tirando renda. Esse, assim, para mim foi o “tchan” de fazer SAF. Aí vamos visitar, depois nós voltamos, aí provocamos o Nelson e o Namastê, que nós queremos fazer um movimento daqui do Mário Lago. Fomos eu e a Jesuíta, ficamos 10 dias lá no Juã. E aí veio o pessoal do Contestado, do Assentamento da Lapa, e aí fizemos a vivência juntos. Antes, a gente estava nas áreas coletivas, nas áreas de reserva de preservação ambiental, então, é outra visão, é outro processo que é super importante mas em relação à renda, em relação ao

²⁰ Namastê é um dos técnicos que entrou em outras etapas do Projeto Agroflorestar.

²¹ Ernst Götsch é reconhecido como fundador da escola de agricultura conhecida como Agricultura Sintrópica que influenciou os agricultores da Cooperafloresta na década de 1990.

²² O Sítio Semente é reconhecido pela sua produção agrícola que segue os princípios inaugurados pela Agricultura Sintrópica onde é eventualmente oferecido cursos de formação.

processo de objeto mesmo, de fazer de fato encostada em casa, é muito mais fácil. Esse foi um desafio, para mim particularmente, assim para entender mesmo, de fato, o SAF a partir dessa percepção assim do lote em áreas pequenas. E aí nós começamos com áreas nos lotes a partir de 5.000 metros quadrados, então, desculpa, de 500 metros quadrados, de 500 metros quadrados, e aí deu uma super produção, foi um processo super interessante. (Assentado P. do Assentamento Mário Lago)

Evidencia-se na citada fala que ao mesmo que se cumpria com o TAC de recuperar as áreas coletivas que se encontravam degradadas, a ida aos lotes proporcionou o salto qualitativo dos conhecimentos sobre SAF tanto para as lideranças do Projeto Agroflorestar quanto para os outros participantes. Além disso, destaca-se não somente a viabilidade de renda, mas, ao passo que os assentados passaram estar ao lado do seu próprio plantio, afirmaram também seu território, agora produtivo. Assim corroborando com os pressupostos de Barbosa (2017) que aponta a Educação do Campo como também sendo uma educação de afirmação de territórios tanto material quanto imaterial.

E aí então o meu marido foi nessa visita lá na Barra do Turvo em 2012 eu acho, me lembro mais ou menos, e em 2014 aí surge uma oportunidade. Eles fizeram várias visitas sabe? Mas, até então eu não estava acompanhando eu ficava só aqui. E aí em 2014 surge a oportunidade de a gente ir em Brasília, lá no Juã, e aí foi eu o Paraguai. Lá a gente viu que o lote era mais ou menos parecido com o nosso, até então a gente estava errando muito ainda né, você fazia, mas, errava e você perdia muita coisa e a partir dessa visita que a gente foi lá em Brasília no Juã e a gente viu mais clareza né. Viu que as implantações, como seriam as linhas de árvore, como seria as entrelinhas dos canteiros, mas, o que a gente poderia estar melhorando né, que lá para a gente viu bem na prática, a gente ficou uma semana praticamente na prática mesmo, e muitas coisas que a gente levou daqui que a gente já tinha aprendido, ele ensinou muitas coisas para a gente. (Assentada J. do assentamento Mário Lago)

Afirma-se, portanto, os territórios agroecológicos e agroflorestais como centrais para o processo de aprendizagem advindo do Projetos Agroflorestar. Este projeto, surgido em território quilombola passa a estender seu conhecimento até o Assentamento Mário Lago que por sua vez, fora buscar aprimoramentos em localidades ambientalmente similares e afirmados pela agricultura familiar. Destaca-se também, a similaridade física como elemento para instrumentalização dos conceitos apreendidos que, no caso do assentamento em discussão e, como expostos nas duas últimas falas citadas, o terreno plano, a proximidade de centros urbanos, bem como, a história de enfrentamento à degradação, também compõe o citado Sítio Semente.

Aí quando a gente chegou, em Junho de 2014 a gente foi, em Julho a gente já começou a fazer a primeira implantação no lote que foi aqui no meu, e aí a gente já fez uma área de 500 metros quadrados e nessa área a gente implementou mais ou menos 8 canteiros, tem 3 canteiros de árvore e os restantes de entrelinhas que a gente plantou as verduras, legumes, toda uma variedade de coisas, e aí a gente viu que o rendimento era muito grande em

um pequeno quadradinho de 500 metros quadrados. Na época, a gente aqui no meu caso né, porque o Paraguai ele vendeu para feira eu vendi só para cooperativas, na época era a Coperares, eu tive uma renda de R\$ 5.000,00, assim coisa de 3 meses né. Então foi um ganho muito grande, assim que a gente viu que ia ajudar muitas famílias né, e a partir daí o Agroflorestar já estava engajado com a gente e na parte da verba ele que financiou tudo, assim a parte de implantação, insumo, muda, esterco, tudo né. E a gente viu também, assim, que no canteiro do sistema agroflorestral, num pequeno pedaço a gente tinha uma abundância de produção com menos custo porque, num único canteiro, você poderia pôr vários produtos, que você tiraria uma escala né. Tem, por exemplo, com 30 dias, alface com 40 dias, depois você poderia estar plantando brócolis ou couve e assim por diante, a gente foi vendo o que dava certo o que que conciliava um com outro né, e tinha variedade de até 7 itens numa linha só, numa linha de árvores, por exemplo, cabe 7 itens ou até mais, depende da imaginação, entendeu? E aí a gente viu que consórcio era bom né porque tinha economia de solo, economia de esterco, economia de água, de matéria-prima né, no caso. Então foi uma coisa bem legal pra gente. (Assentada J. do assentamento Mário Lago)

Como acima exposto, a implantação destes sistemas nos lotes individuais passou a oferecer renda que, definitivamente, possibilitou os assentados a se afirmarem agricultores agroecológicos e agroflorestais com a compreensão do funcionamento dos Sistemas Agroflorestais Agroecológicos com foco na produção de hortaliças (figuras 7 e 8). Além disso, até mesmo o manejo de forma autônoma e a própria reformulação de canteiros passou a ser elementos do conhecimento desenvolvido (figura 9). Destaca-se a importância dos meios de produção para efetivação dos sistemas, uma vez que através do Projeto Agroflorestar os assentados puderam acessar tanto o conhecimento sobre SAF como implementos básicos e insumos agrícolas considerados orgânicos.

Já no âmbito do desenvolvimento da aprendizagem, percebe-se que o entendimento sobre este método de plantio levou os assentados a partirem para a criação de novos consórcios de culturas através de experimentações próprias. Isto somente foi possível justamente pelo SAF ser parte do lote dos assentados. Estar ao lado dos sistemas produtivos foi crucial para o desenvolvimento dos sistemas a nível comunitário e da práxis agroflorestral.

Assim eu fazia essa parte de roçada tudo, trator vinha, encateirava, a gente jogava calcário, esterco, tudo e aí vi esse grupo de pessoas fazendo plantio. Depende do pessoal, poderia juntar 3 ou 4 famílias próximas e fazia todo esse processo no meu lote, depois ia para o outro, entendeu? Aí ele tinha aquele grupinho que gostava de fazer assim, outro já gostava mais do outro jeito, eu já preferia a própria família fazer quase a parte principal né, primeiro, depois o vinha o grupo maior e faz o plantio. (Assentada J. do assentamento Mário Lago)

O envolvimento das famílias passou a ser uma característica central nos processos de implantação dos sistemas ao se estabelecer como uma aliança entre vizinhos, ou seja, cada unidade familiar com apoio de vizinhos próximos abriam os canteiros a espera do grupo de técnicos formados pelo projeto para a etapa do plantio, bem como, de outros interessados no

conhecimento em difusão. Desta forma, os Sem Terras envolvidos no Projeto Agroflorestar formaram uma organização a nível comunitário para o processo de trabalho e aprendizagem sobre SAFs.

Figura 7 – Sistema agroflorestal agroecológico compartilhado

Fonte: Zonetti, 2019.

Esta perspectiva corrobora com os pressupostos da Educação do Campo como expostos por Caldart (2004) ao afirmar que o trabalho é o meio de realização do processo educativo, também deliberado no documento Princípios da Educação no MST (MST, 1997) que tem seus fundamentos na auto-organização de Pistrak (2000). Ressalta-se que, a partir de uma leitura das relações culturais, considera-se que o processo de trabalho não se dá na dimensão individual senão no trabalho coletivo para se afirmarem enquanto movimento social.

Destaca-se assim o trabalho como elemento aglutinador de pessoas acerca da finalidade única de emancipação social econômica e ambiental possibilitadas pelos Sistemas Agroflorestais Agroecológicos. A organização social do assentamento, enquanto unidade para o enfrentamento às adversidades da realidade objetivo, já traz consigo premissas para as práticas sociais, uma vez que o Assentamento Mário Lago fora concretizado via PDS e Comunas da Terra. Mas, ressalta-se que o trabalho direcionado para a aprendizagem dos SAFs, rompe com a dicotomia da aprendizagem conceitual e sua aplicabilidade laboral que advem da Educação Rural como conceituado por Tarlau (2010)

Figura 8 – Sistema agroflorestal agroecológico no lote de uma liderança

Fonte: Zonetti, 2019.

Foi justamente neste momento de formação de unidades comunitárias entorno da aprendizagem sobre os SAFs, que houve a concretização de um grupo de assentados em agentes multiplicadores do conhecimento em difusão. O acúmulo de conhecimento gerado pelas visitas à Cooperafloresta e ao Sítio Semente, as tentativas de implantação de agroflorestas com o apoio da Embrapa, bem como, as dinâmicas sem sucesso experimentadas com a Escolinha Agroflorestal e nas áreas de reserva, foram essenciais para a efetivação do projeto nos lotes individuais.

E aí esse módulo que a gente falava na época de 500 metros quadrados, a gente fez na época para acho que 22 ou 24 famílias, não me recordo. Então foi assim uma renda muito boa para as famílias na época né, e de lá para cá as famílias foram aprendendo como funcionava o que dava certo com o que. Até hoje a gente erra também ainda né, por exemplo, se você pôr uma coisa que cresce muito rápido junto com uma outra, uma vai atrapalhar, então você tem que ver o crescimento, a idade de colheita, como plantar se é sementes ou se é mudas entendeu. E a partir daí a gente foi ver no que casava com que e tudo deu certo, porque se tem várias plantas plantadas juntas, se vem uma praga, por exemplo, lagarta, se fosse só a couve ou só a rúcula, vai te comer toda a sua lavoura e se você tem outros produtos no meio, quer dizer alguma coisa vai salvar daquele plantio e também tem muitas plantas que é repelente entendeu? Então, você tem que usar esse conhecimento também. (Assentada J. do assentamento Mário Lago)

Como exposto na fala citada, a própria experimentação de consórcios entre culturas também provocou troca de experiências a nível coletivo cujo elemento constitutivo do

conhecimento sobre SAFs não se tornou algo preciso, mas a ser elaborado ao longo da maturação da atividade agroflorestal. Mas, aponta-se o entendimento do processo de implantação deste sistema produtivo que foi cristalizado e tomado como a nova atividade de grupo diretamente envolvido no Projeto Agroflorestar.

Figura 9 – Sistema agroflorestal agroecológico em reformulação

Fonte: Zonetti, 2019.

Ao passo que este grupo responsável pela difusão do conhecimento agroflorestal aos lotes individuais via demonstração de plantio das culturas nos canteiros previamente preparados, o mesmo se cristalizou como educadores no processo de aprendizagem. Mesmo que muitas descobertas foram realizadas a partir da prática nas unidades familiares, pode-se considerar que este grupo em especial tenha apreendido o processo de implantação de agrofloresta.

Após a formação de um grupo que se consolidou como liderança dos Sistemas Agroflorestais Agroecológico no Assentamento Mário Lago, a necessidade de permanência coletiva suscitou novos arranjos sociais. A dispersão das famílias pós implantação dos SAFs se mostrava como empecilho não somente para o avanço desta técnica, mas também para a comercialização dos alimentos plantados e colhidos. Assim, a reunião se deu entorno de uma nova cooperativa estritamente agroflorestal, intitulada Cooperativa Agroflorestal Comuna da Terra.

2.4 A FORMAÇÃO DA COOPERATIVA AGROFLORESTAL COMUNA DA TERRA

Com intuito de demonstrar as particularidades da Cooperativa Agroflorestal Comuna da Terra, somente os assentados que constituem esta organização foram abordados. Desta forma, intenciona-se descrever o processo de constituição desta cooperativa como resultado de processos de aprendizagem sobre SAFs e como este arranjo social se mantém para além de suas intenções produtivas, cristalizadas também por processos de aprendizagem.

Mesmo anos antes do início do Projeto Agroflorestar e a consequente chegada do conhecimento sobre Sistemas Agroflorestais Agroecológicos, alguns assentados viajaram aos Estados da região do Sul do Brasil por 12 dias em meados de 2010 para conhecerem algumas experiências de cooperativas, também do MST. Entre estas visitas, destacam-se as realizadas às cooperativas do Estado do Rio Grande do Sul, grande expoente em produção de arroz que possui certificado de produto orgânico.

A intenção da visita foi apreender os processos de formação e organização de cooperativas para justamente comercializar os produtos que eram cultivados no Assentamento Mario Lago ainda de maneira convencional²³. Impactados pelo processo de dispersão dos assentados para seus lotes após a promulgação do assentamento, este grupo visava a formação de uma cooperativa como caminho para união na construção da tão esperada autonomia socioeconômica comumente debatida nos tempos de acampamento.

Entre os elementos mais buscados no processo de aprendizagem para a formação da cooperativa, destaca-se a formação jurídica e métodos de aquisição de bens de capital como galpões que serviriam de encontro e formação de cestas de alimentos, bem como, transporte para o escoamento de produtos que também foram observadas nas experiências dos Estados do Sul. Além disso, o arranjo social entorno das cooperativas do MST, que são pautadas no processo de cooperação, foi, também, fator crucial para entendimento e ordenamento das relações de produção e parcerias entre os assentados.

Antes do Projeto Agroflorestar as vendas dos produtos eram realizadas via o Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ) do Centro de Formação Sócio-agrícola “Dom Hélder Câmara”, porém, logo após o início das atividades do Projeto Agroflorestar no assentamento, os assentados decidiram dar continuidade com o grupo formado pelo processo de aprendizagem sobre SAF com intuito de escoar os alimentos produzidos. Destaca-se que o

²³ A maneira convencional aqui citada não significa a utilização de insumos químicos, os chamados agrotóxicos. O plantio em grande parte já era realizado de forma orgânica, mas, com o método de implantação distinto dos SAFs.

próprio projeto incentiva a formação de cooperativas como modo de união entre agricultores familiares, tendo a própria Cooperafloresta como exemplo evidente da possibilidade de efetivação de tal proposta (COOPERAFORESTA, 2017a).

Uma das coisas que acontece quando vira assentamento, por mais que tenha as propostas no acampamento, acaba dispersando mais as famílias. Uma das formas de juntar as famílias é pela questão econômica, que todos tenham uma renda e o que consegue organizar a renda coletivamente que a gente aprendeu, é montar cooperativa que a gente possa agregar valor aos produtos. Ai a gente tentou fazer isso aqui, agrupar esse grupo que tem ideias parecidas, já tinha um incentivo de organização coletiva e fazer alguma coisa nesse sentido. A gente teve uma atividade de ir para o Rio Grande do Sul, ficamos 12 dias viajando só conhecendo experiência de cooperativa e cooperação, que era um pouco isso, como criar uma cooperativa, porque foi criada e a função dela dentro do assentamento e a outra ideia era entender como é que essa cooperação entre os cooperados e essa cooperativa. Acho que foi entre 2009 e 2010. Nessa lógica de assentamento você tem que juntar as famílias entorno de cooperativa né. A gente foi pra entender a compra e a comercialização coletiva né. Então viu no Sul, Paraná, Santa Catarina, Rio Grande do Sul que acho que aquilo que a gente tinha funcionava em cooperativa né. A produção de arroz juntava os agricultores para comercializar o arroz juntos e outras que tinha criação de porco, de verdura que juntava para montar uma estrutura num barracão para vender junto, para agregar valor. Isso a gente percebeu bastante. Ai a gente passou a organizar o plantio e o incentivo do projeto para comercialização, aí a gente começou a realizar essa questão da venda coletiva né. E aí a gente usava o CNPJ do Centro de Formação que fez o projeto, e depois a gente falou que se a gente quiser crescer e ter comercialização a gente precisava de uma cooperativa que possa ter lucro. Porque a cooperativa era poder agregar valor, gerar renda, mas também ter lucro para melhorar a estrutura e poder comercializar mais. (Assentado V. do Assentamento Mário Lago)

Observa-se no relato exposto de uma das lideranças do Projeto Agroflorestar e da formação da Cooperativa Agroflorestal Comuna da Terra que as cooperativas, em sua opinião, visam agrupar os assentados entorno da produção para que possam ter renda e fortalecer o processo produtivo, sobretudo, daqueles que tem produções similares. Fica evidente que visitas a outros territórios do MST passaram a ser referências enquanto organização para comercialização.

No entanto, é importante expor as influências estruturais para a formação da cooperativa em questão, pois, momentos antes do grupo se firmar como produtores agroecológicos agroflorestais houve embates com o Estado quando o mesmo bloqueou políticas de escoamento da produção Sem Terra. O corte de verbas realizado, portanto, forçou a busca por alternativas de venda da produção agroecológica, revelando assim, outro elemento de contraposições dos projetos de produção agrária representados na produção popular de alimentos agroecológicos e na produção industrial do agronegócio.

Nesse meio tempo, o PAA²⁴ também foi cortando o recurso, teve um corte de verba feroz né, e a gente já estava percebendo que não dava para depender só do PAA, aí que também a gente falou que a agroecologia tinha que fazer um sistema de comercialização direta, chegar direto no consumidor e que a nossa renda do produtor tinha que vir mensal, certinha. Porque no PAA vinha de 3 a 4 meses e a família não conseguia reinvestir depois na produção. Por exemplo, eu plantei um canteiro de 30 dias depois o meu dinheiro só vem daqui 4 meses e eu vou tirar dinheiro da onde para investir de novo? Não tinha de onde tirar aí a gente começou com essa da cesta e pagamento mensal. Isso começou a atrair algumas pessoas também que foram se aproximando mais porque o pagamento até hoje é assim, desde 2015 para cá mudou, todo dia 5, entre o dia 5 dia 10, o pessoal recebe da cesta e das feiras. Haja o que houver, o mês fecha. E aí a ideia de trabalhar hoje ainda merenda, junto com a comercialização direta. E isso tudo foi o Centro de Formação que foi fazendo e foi como um grupo informal né, aí a Comuna foi se formando nesse processo. Essas pessoas que fizeram agrofloresta no lote e que foram ficando na comercialização mesmo é que foram fundando a Comuna. A ideia era ter uma entidade que comercializasse mesmo dessa forma que as outras não fazia né, só que a gente pensava que a entidade não tem que surgir primeiro e depois as pessoas vão chegar, tem que ser o processo ao contrário né, primeiro tem que ter a necessidade de existir uma entidade jurídica senão você vai criar um instrumento que não vai servir pra nada depois. (Coordenadora de projetos do Centro de Formação Sócio-Agrícola “Dom Hélder Câmara”)

Assim, no ano de 2015, foi fundada a Cooperativa Agroflorestal Comuna da Terra que, como o próprio nome expõe, esta é uma cooperativa que une produtores de alimentos que se utilizam estritamente de Sistemas Agroflorestais Agroecológicos. Para tal efetivação, o paradigma agroecológico que impulsiona novas técnicas de agricultura, bem como, a concepção de assentamento como Comuna da Terra foram fatores decisivos para a consolidação da cooperativa em questão.

Justamente devido a sua organização jurídica, esta cooperativa que pode ser considerada como o núcleo economicamente mais ativo do Assentamento Mário Lago, atualmente possui condições de participar de editais para aquisição de bens de produção com intuito de expandir sua produção e comercialização. Com os projetos complementares ao Projeto Agroflorestar acessados pelos Centro de Formação Sócio-Agrícola “Dom Hélder Câmara”, foi possível adquirir um caminhão refrigerado e acessar um aporte financeiro para a construção de um galpão que inclui um escritório para fins administrativos e um amplo espaço para encontro e preparo dos produtos cultivados nas unidades familiares. (figuras 10, 11 e 12)

²⁴ O Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) foi criado pelo Ministério de Desenvolvimento Social em 2003 para a compra de alimentos produzidos pela agricultura familiar. A aquisição é realizada pela rede socioassistencial do Governo Federal no âmbito do Programa Fome Zero. (BRASIL, 2018)

Figura 10 – Galpão da Cooperativa Agroflorestal Comuna da Terra

Fonte: Zonetti, 2019.

Relatos apontam que com a aquisição de bens de capital é também possível e até mesmo esperado que os produtos possam ser beneficiados por meio de processamento. Assim, será possível a médio prazo, comercializar produtos com maior valor agregado. Ao mesmo tempo, há o comprometimento de não somente adequar alguns produtos ao mercado, mas dar continuidade na venda de produtos *in natura*, uma vez que a produção dos mesmos deve estar alinhada às intenções de recuperação de ecossistemas e preservação do ativo ambiental do assentamento.

A Cooperativa é muito bem estruturada, tem um caminhãozinho refrigerado, tem trator, tudo através destes projetos, não só do Projeto Agroflorestar mas outros projetos que a gente conquistou depois né, mas a gente tem trator, tem roçadeira, tem encanteiradeira e aí a gente construiu um barracão de 12m por 18m, tem câmara fria, tem uma certa estrutura lá dentro que a gente criou. E muita das vezes a gente consegue pela comercialização mesmo. Porque a cooperativa ela pega os produtos das pessoas fazem as entregas, as cestas e essas sobras que tem, a gente vai empregando as estruturas mesmo. Hoje está assim, a um passo do sistema de comercialização, a gente é no sistema CF²⁵ a gente tá dando um passo para o OPAC²⁶ para construir um selo orgânico, então porque até então a gente só faz venda direta, a gente não pode vender para o mercado, para as quitandas, para restaurante, para nada, porque aí é só quando você tem o selo. Então esse ano até no final do ano no

²⁵ Sistema de Capital Fixo (CF) na caracterização tributária.

²⁶ Se referindo aos Organismos Participativos de Avaliação de Conformidade Orgânica (OPAC).

máximo a gente já tem um selo orgânico que ai permite a gente vender para qualquer pessoa né. Um dos passos que agente tá dando na cooperativa. E a gente já criou ela com toda uma estrutura de poder fazer curso, de ela é uma certificadora, então ela é uma OPAC né, então ela certifica o grupo, ela poderia certificar qualquer outras pessoas mas nós optamos por trabalhar só com os cooperados, porque, o sistema orgânico ele tem vários tipos de agricultura né, então tem os biodinâmico, tem os naturais e agrofloresta é um dos sistemas orgânicos que tem, mas, a cooperativa optou por ser orgânico e agroflorestal, então, para eu certificar a pessoa que pratica só orgânicos foge um pouco do nosso conceito né, porque hoje orgânico está muito cooptado pelo mercado, o *lobby* dos insumos é muito grande né, então a gente quer se livrar um pouco desse sistema ai. (Assentado Z. do Assentamento Mário Lago)

Figura 11 – Caminhão refrigerado da Cooperativa Agroflorestal Comuna da Terra

Fonte: Zonetti, 2019.

É importante observar que mesmo que o Projeto Agroflorestar tenha sido o projeto pioneiro para que os Sistema Agroflorestais Agroecológicos se colocassem como sistema produtivo definitivo aos cooperados da Comuna da Terra, os projetos advindos da SMA e do FUNBIO também potencializarem a estruturação desta Cooperativa. O Projeto Renascer das Águas do Aquífero Guarani foi que propiciou capital suficiente para aquisição dos citados meios de produção e consequente efetivação dos SAFs.

A Comuna da Terra pode ser considerada um novo modelo de cooperativa já que a mesma partiu de pressupostos agroecológicos e, sobretudo, agroflorestais que trazem consigo a constante formação tanto dos assentados quanto dos consumidores. Os processos constantes de aprimoramento sobre o manejo dos agroecossistemas e a necessidade de

informar os consumidores sobre os benefícios deste modelo de produção, resultaram em canais de venda dos produtos totalmente autônomas.

Figura 12 – Processo de organização das cestas agroflorestais

Fonte: Zonetti, 2019.

Para justificar tal afirmação é necessário perpassar, mesmo que brevemente, a historicidade da cooperação e das cooperativas no âmbito do MST. Com a concretização do movimento em 1984, os anos subsequentes, mais precisamente entre 1985 e 1987, a cooperação se caracterizava como pequenas associações e grupos não formais para afirmação da terra conquistada através de vínculos comunitários. Intencionava-se, assim, se contrapor às grandes associações empresariais ou mesmo até as cooperativas criadas historicamente pela agricultura latifundiária. (CHRISTOFFOLI, 2016)

Numa etapa posterior, considerada entre os anos de 1987 e 1992, a figura de Clodomir de Moraes passou a influenciar diretamente a constituição dos associativismos, através de seus estudos sobre cooperativas nas experiências socialistas. Os assentamentos, a partir de então, são concebidos de forma coletiva pautadas no cooperativismo entorno da produção, no entanto, como aponta Christoffoli (2016), a ausência de subsídio financeiro para a formação das cooperativas e o enfretamento ideológico por parte do próprio campesinato ao modelo de organização e gestão, fez com que o cooperativismo entrasse em crise. O próprio autor destaca que mesmo assim, muitas cooperativas se mantêm em assentamentos em todo Brasil.

A terceira etapa do associativismo é marcada pela fase que se inicia em 1993 e se encerra em 1998. No início deste período, as cooperativas Sem Terra passaram a acessar incentivos financeiros possibilitando incentivar a produção camponesa e seu próprio escoamento. Assim, o MST passou a enfrentar um processo de retaliações do próprio Estado e dos latifúndios a fim de conter o crescimento econômico e estabelecimento do movimento enquanto perspectiva social e econômica. Neste processo de ataques ao movimento, as cooperativas, obviamente, se transformaram em seus principais alvos, uma vez que desarticuladas, toda organização entorno do trabalho e produção também viria se esvanecer. (CHRISTOFFOLI, 2016)

Já anos de 1999 a 2004, considerada a quarta etapa da historicidade do associativismo Sem Terra, é marcado pela linha descendente das cooperativas do MST devido a falta de crédito e políticas públicas de incentivos. Este período é marcado pelo fechamento de diversas cooperativas e consequente desmobilização da organização entorno da produção (CHRISTOFFOLI, 2016). É importante notar, que fora neste mesmo momento histórico que o movimento delibera a agroecologia como o novo paradigma produtivo de seus assentamentos, mais precisamente no Congresso Nacional de 2000, como já supracitado.

Christoffoli (2016) ainda aponta a etapa de 2005 a 2010 como um ressurgimento de políticas públicas para incentivo da produção da agricultura familiar sobretudo, em programas como o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e o próprio Programa Nacional de Alimentação Escola (PNAE). Estes mesmos programas incentivaram novas associações entorno de Cooperativas por parte dos Sem Terra, mesmo que o número destas ainda seja baixo em relação ao número de assentados.

Vale apontar que todo o incentivo à formação de associações e cooperativas fazem parte da historicidade do MST como exposto em seus Cadernos de Cooperação Agrícola, mais precisamente nas edições nº 5 e nº 8 (CONCRAB, 1997, 1999). Nestes documentos, é apontado que a organicidade do movimento durante a década de 1990, transformou-se numa organicidade demasiadamente economicista, podendo ser este, um elemento central para o processo de desarticulação exposto.

Considera-se, assim, a Cooperativa Agroflorestal Comuna da Terra, um alento neste modelo de cooperativa uma vez que a mesma fora criada não somente sobre bases econômicas. Os processos de aprendizagem acerca dos Sistemas Agroflorestais Agroecológicos levaram a necessidade de criação de cooperativa em bases firmes e alicerçadas sobre o desenvolvimento do paradigma agroecológico. Sendo assim, considera-se as dimensões ambientais e sociais como elementos, também centrais da Comuna da Terra que

não fora criada somente pela necessidade de renda, mas pela similaridade da atividade agroflorestal.

Por meio deste associativismo formado por 22 unidades familiares, os produtores participantes já possuem diversas frentes de escoamento de produtos como venda direta de cestas, feiras em espaços públicos e possuem bens de capital que disponibilizam o escoamento dos produtos.

Quando a gente começa a trabalhar nas áreas de reserva tinha, como que eu falo é, uma programação do que a gente queria de produção, e aí tinha ideia de formar um grupo para escoar essas mercadorias da área de reserva e aí a gente foi, montou um grupo que até hoje né, que hoje é a Comuna, passou a montar cestas que nós entregamos. E aí depois de nós levarmos o SAF para dentro dos lotes, que viu que a ideia deu certo, e levamos para dentro do lote, aí já estava um grupo reunido e resolvemos montar uma cooperativa né, que é a Comuna. E aí hoje a Comuna é importantíssimo né, até como divulgação é uma ferramenta, porque a Cooperativa é uma ferramenta para o produtor, mas também não só para produzir, mas para divulgar também e aí eu acho que é onde faz esse grupo. Toda semana tem aquelas reuniões, acaba que cada um tem uma certa opinião de uma certa forma, mas, é todo mundo tentando tocar o barco para frente né. E aí a Comuna hoje é de extrema importância, que é um dos únicos grupos ainda que tá unido ainda no Mário Lago né. Unido assim, que tem uma produção constante e não para né. Já tem três anos sem parar, toda segunda, toda terça, quinta e sábado tem produção. (Assentado do Assentamento Mário Lago e presidente da Cooperativa Agroflorestal Comuna da Terra)

Como método organizativo, os integrantes da Cooperativa Agroflorestal Comuna da Terra criaram um sistema de pregão para formarem as cestas agroflorestais. Semanalmente, estes assentados se reúnem em um antigo curral da Fazenda da Barra que atualmente é utilizado por todo o assentamento para as assembleias gerais. Nestes encontros cada assentado oferece a cultura que tem disponível para colheita em sua propriedade e, assim, formam as cestas e feiras com os produtos prontos para saírem dos sistemas agroflorestais. Com esta metodologia, os assentados intencionam suprir as dificuldades de cada agricultor e dar espaço de comercialização para cada um, mesmo que com baixa produção (figura 13).

Assim, a regra de cooperativa é bem tranquila, mas, a metodologia do trabalho nossa ela é bem intensa. Por exemplo, nós nos reunimos semanalmente, a gente até poderia deixar isso para 15 dias ou até mensal, mas, ainda a gente tem essa metodologia semanal, porque a nossa comercialização é feita através de um pregão que acontece semanalmente. Então a gente trata dos assuntos todos nessas assembleias, daí a gente trata dos mutirões, de tudo dos problemas e no final a gente pratica o pregão de comercialização. Hoje a gente faz muito esse processo através do zap (aplicativo WhatsApp), troca muita informação, mas a gente ainda tem essa metodologia de se reunir toda semana. Toda semana nos reunimos e conversamos sobre diversos assuntos então é uma coisa assim, pedagogicamente é muito interessante essas reuniões. (Assentado Z. do Assentamento Mário Lago)

Neste sentido, ainda se segue a perspectiva da auto-organização para o escoamento dos produtos cultivados de forma coletiva em deliberações que todos possam participar, mesmo que com poucos alimentos para oferecer. Este sistema de participação tem potencial para inserir tanto aqueles agricultores que já se encontram em um estágio avançado de produção agroflorestal como aqueles iniciantes e recém inseridos na cooperativa.

Figura 13 – Pregão da Cooperativa Agroflorestal Comuna da Terra

Fonte: Zonetti, 2019.

A partir da formação das cestas, os produtos são entregues aos consumidores da cidade de Ribeirão Preto através de canais estabelecidos pelos próprios cooperados como feiras auto organizadas, todas as segundas-feiras, terças-feiras, quintas-feiras e sábados. Os produtos são expostos na Associação Ribeirão-pretana dos Funcionários da Universidade de São Paulo (ARFUSP), na Escola Jardim Bela Líria que segue a pedagogia Waldorf, na Loja Livre Leve e na sede da União Geral dos Trabalhadores (UGT). Todos estes pontos de comercialização se encontram no centro urbano do município de Ribeirão Preto-SP.

Mesmo que o processo auto-organizativo da Comuna da Terra esteja hegemonicamente entorno das cestas e feiras, Nunes (2017) expõe em sua pesquisa sobre os canais de comercialização dos agricultores agroflorestais do Assentamento Mário Lago, que há ainda considerável presença do PAA, mesmo que sofrendo cortes progressivamente, e outros canais na renda dos cooperados. Mas ressalta-se que estes métodos não se resumem a

canais de vendas, mas, também meios de propagação do trabalho realizados por estes agricultores.

Quando a gente vai divulgar o produto, nós não divulgamos o produto primeiro né, divulgamos a forma que a gente trabalha, então, e aí as pessoas, os consumidores das cestas que são fiéis eles não vão comprar o produto porque é orgânico, porque a gente também é certificado orgânico, eles vêm comprar um produto que ele comprou a ideia né. Porque o Mário Lago, ele tem alguns compromissos a ser feito né como preservar o Aquífero Guarani, que é uma das maiores áreas de recarga, então, a Comuna trazendo o trabalho com a agrofloresta é o caminho eu acredito né, o melhor caminho para isso né. De tanto para preservar quanto para melhorar a recarga do Aquífero. Aí a gente tem os poderes né de agrofloresta, explica o que é agrofloresta, explica como é feito os mutirões, explica como é convidado as pessoas que compra cestas para vim no primeiro sábado do mês, eles vêm, visitar, conhece cada lote durante o ano todo e às vezes tem mais visitas agendadas também que a Comuna divulga através do nosso grupo aí. O grupo que eu falo assim, a gente tem alguns grupos dentro da Cooperativa, grupo de comercialização, de escritório, então tem um grupo que trabalha nessa parte de divulgação trazendo visitas de fora, de outros lugares, essa semana, por exemplo, vem o pessoal da Fazenda da Toca e tem um mais um pessoal, vários estudantes durante o ano todo. Então na verdade, assim, a gente está divulgando a intenção assim, lógico né, o produtor tem que lucrar, mas, a gente divulga a forma que é produzido né, não só o produto, que é o mais importante. (Assentado do Assentamento Mário Lago e presidente da Cooperativa Agroflorestal Comuna da Terra)

É desta forma que a Comuna da Terra tem se firmado como uma cooperativa agroflorestal, destacando juntos aos consumidores toda a responsabilidade assumida pelo Assentamento Mário Lago inserido no PDS da Barra. Os produtos devem gerar renda aos assentados, mas o seu diferencial é justamente o fato de ser considerado agroecológico e agroflorestal que fora originado em processos de aprendizagem desde a nível nacional do MST quanto a nível de um determinado grupo que teve sua atividade transformada e insere a dimensão ambiental como central em sua práxis.

Seguindo estas premissas é importante apontar falas de consumidores que foram abordados pela presente pesquisa que demonstram ter a citada dimensão ambiental como fator de destaque, mas também colocam a saúde e acesso à terra como elementos balizadores. Aponta-se que as falas citadas foram apreendidas nos locais de venda dos produtos, sendo determinantes para o encontro entre todo o histórico de aprendizagem dos assentados com a população do centro urbano de Ribeirão Preto.

Sim, talvez não com tanta propriedade, mas, eu sei que é uma produção mais integrada com o que a natureza te oferece mesmo né, integração de espécies, uma espécie defende a outra, menos deflorestamento. Você pode deflorestar tudo para fazer um plantio mesmo que seja sem agrotóxico né, e a proposta do agroflorestal é preservar, reflorestar e integrar as espécies da fauna. Eu acredito que é importante não só para a reforma agrária, mas para todos nós como sociedade né, pensando na sustentabilidade, na preservação ambiental,

e eu acredito que pensando mais socialmente, mostrar o MST fazendo uma produção tão importante socialmente e ambientalmente acho que quebra um pouco os paradigmas, dos preconceitos né, que muita gente tem com relação a eles. Sem contar que é formação demais né, muito conhecimento que vai acumulando para essas pessoas e se divide entre os grupos que fazem sistema agroflorestal né, que são compartilhados. (Consumidora M.)

A citada sustentabilidade vai ao encontro das intenções dos assentados que cultivam Sistemas Agroflorestais Agroecológicos, em produzir alimentos sem agrotóxicos e reflorestar toda área afetada pela degradação ambiental ocorrida em momentos anteriores ao PDS da Barra. Observa-se, também, que nesta fala o elemento político do método agroflorestal se mostra como central, a intenção agroflorestal, portanto, pode corroborar na propagação das reais intenções do MST. Ressalta-se que esta consumidora já adquire os produtos do assentamento há mais de seis meses antes da execução desta entrevista.

Outras duas falas também merecem destaque para a observação. Ao serem questionados sobre os motivos de adquirirem os alimentos nestas feiras e se conhecem o processo produtivo agroflorestal, os consumidores demonstraram preocupações políticas e ambientais, mesmo com pouco tempo de acesso a estes produtos. Valoriza-se também o papel dos assentados que participam diretamente nas feiras como agentes de multiplicação do conhecimento agroecológico.

Eu consumo há uns 3 meses. Eu conheci porque eu fui fazer uma visita lá no assentamento mesmo, mas, é pela minha namorada. Foi antes, mas foi no assentamento que conheci ela. Pela proposta mesmo da Agrofloresta, produtos orgânicos. Sim, não tem o uso agrotóxicos e até a forma de fazer que é diferenciada. Eles reutilizam tudo ali, tudo faz parte da produção né, não sei se é isso. A agroecologia não consigo definir. Sim, com a questão ambiental pelo uso da terra né, e melhorar a produção. Produzir né, dá oportunidade para aqueles que querem produzir, terem aquele espaço para terem uma renda e não ficar fechado em poucas mãos, nas mãos de poucos. (Consumidor C.)

Observa-se a fala de outra consumidora entrevistada:

Pela qualidade né. Eu nunca vi ao certo como era, mas aos pouquinhos a gente vai se inteirando né. A menina daqui do assentamento andou falando algumas coisas então deu para entender um pouquinho. Ela falou né, como que é o plantio, o tempo que leva para conseguir o certificado né de, como que é a palavra? De orgânico, mas não muito fundo não né. Não conheço o local. Cuidado com o solo, o veneno que colocam nas plantações convencionais né, é isso aí. Vamos aprendendo né, aos pouquinhos, agora que tive um contato mais, porque até então não sabia que existia, sabia que era caro para poder consumir. Acho que pelo trabalho que dá, acho que é bom. (Consumidora N.)

Desta forma, é possível afirmar que todas as discussões do MST a nível nacional e seu posicionamento enquanto formação territorial e agroecológica do campo, passa por processos de aprendizagem tanto nas distintas esferas organizativas do movimento quanto dos próprios

consumidores situados nos centros urbanos. A organicidade do movimento delibera soluções a partir da realidade objetiva dos assentamentos como, no caso da Assentamento Mário Lago, buscam meios, seja através de projetos ou até mesmo de experimentações locais.

2.4.1 A aprendizagem como centralidade da Cooperativa Agroflorestal Comuna da Terra

Levando em consideração que a aprendizagem tem sido o elemento estruturante para toda a concretização dos Sistemas Agroflorestais Agroecológicos a este grupo de assentados, e que agora se apresentam como agricultores agroecológicos e agroflorestais, salienta-se os processos internos da cooperativa estabelecida. Como debatido, para além da necessidade de renda, a Comuna da Terra se concretizou pela similaridade da produção agroflorestal que possui a dimensão ambiental como centralidade, mas, para a continuidade da produção é necessário rever conceitos e aprimorar os sistemas.

A Comuna já faz três anos, que a gente tá lutando e agora a gente vai pegar os selos, a gente já pegou o selo, então a gente tá esperando, os cooperado tá fazendo os processos para poder pegar o selo também individual (...). Como a gente trabalha em grupo então um ajuda o outro entendeu, não é uma coisa individual então, é uma coisa muito boa, a participação muito que ajuda mesmo. A gente discute tudo que tem que discutir, tem que ser aqui na reunião toda segunda nós briga é aqui, aquela luta nossa (risos). A gente faz mutirão toda sexta-feira, então sexta-feira tem quatro grupos, então aí tem várias pessoas que vai num grupo, aí sai os grupos já dividindo para ir nos outros que não foi. Então vai rodando o nosso curso aqui da fazenda entendeu, então todos nós temos que passar no lote. Eu tenho que passar no seu lote, o outro tem que passar no outro, não pode deixar. No grupo nós trabalhamos na sexta-feira, então, numa sexta vou no lote do vizinho, ele vai no meu depois, vai em cinco, aí corre os cinco, e depois nós vamos correr os outros companheiros entendeu? Aí eles vão vir no nosso para ver se está tudo certo, regular. Então é um olhando o outro pra a gente levantar mesmo a cooperativa. (Assentado C.A. do assentamento Mário Lago)

Ao ser questionado sobre os processos de cooperação da Comuna da Terra, um dos cooperados expôs o caso dos mutirões como metodologia de troca de informações e experiências individuais e coletivas. Como regra desta cooperativa, cada Sem Terra tem que visitar todos os lotes que estão inseridos neste associativismo. É a partir destas visitas que os assentados expõem experiências assertivas e errôneas, bem como, tiram suas dúvidas em debates coletivos. Deste modo, os lotes passam a ser considerados não somente locais de produção familiar e agroflorestal, mas, também territórios de aprendizagem agroecológica.

Este processo de mutirões no Assentamento Mário Lago possui grande influência da metodologia Camponês a Camponês originada nas experiências da América Central como

debatido no primeiro capítulo. A metodologia Camponês a Camponês possui características organizativas que coloca o camponês no centro das relações de aprendizagem. Essa perspectiva vai ao encontro do já debatido processo de aprendizagem nos lotes individuais, do qual os educandos se transformaram nos próprios educadores uma vez que os próprios assentados passaram a difundir a técnica de Sistemas Agroflorestais Agroecológicos.

Sendo assim, o extensionismo de políticas públicas que se apresenta ao campo com técnicos de formação a transmitir um determinado conhecimento de forma verticalizada, é substituído pela autonomia do campesinato local. Vivenciar sua realidade objetiva e conhecer precisamente o objeto de interação, faz do camponês, que neste caso é o Sem Terra, ser protagonista das soluções que necessita. Uma vez que a Comuna da Terra se identifica como uma cooperativa que tem o cultivo e manejo agroflorestal como atividade comum, os mutirões pautados na experiência Camponês a Camponês traz a participação de cada assentado como estruturante da cooperativa em debate.

É neste contexto que se formam coletivos capazes de liderarem assentamentos para a transformação da atividade agrícola competitiva ao agronegócio à atividade agroecológica. Aponta-se que os sistemas produtivos como os sistemas agroflorestais são centrais para a citada transformação. Ao lidarem com o objeto advindo do concreto, os sujeitos passam a apreender novos métodos de designação e instrumentalização capazes de modificar a natureza circundante, que ao mesmo tempo, mudam os próprios sujeitos. O capítulo subsequente se ocupa em revelar, portanto, a transformação da atividade realizada.

3 SIGNIFICADOS DE AGROECOLOGIA NO ASSENTAMENTO MÁRIO LAGO

A necessidade surgida para buscar meios de acesso ao conhecimento sobre Sistemas Agroflorestais esbarrou em políticas inacessíveis do INCRA e em experiências insatisfatórias para os assentados, como a aliança realizada com a Embrapa Meio Ambiente em 2011. Mesmo durante as práticas impulsionadas pelo Projeto Agroflorestar, entre os anos de 2012 e 2015, como a intitulada “Escolinha Agroflorestal” e o plantio nas áreas de reserva também precisaram de reformulações até alcançar a implantação nos lotes individuais.

Evidencia-se que todas as experiências ocorreram através da prática social, ou seja, somente através do trabalho houve o desenvolvimento do conhecimento sobre SAF, o descobrimento das limitações das experiências, bem como, a solução da efetivação do novo método de agricultura. A leitura realizada pelo movimento histórico desta experiência, portanto, se elucida pelos pressupostos teóricos do materialismo histórico dialético que leva em consideração as próprias relações sociais como fundamentos da alteração da natureza circundante que, concomitantemente, altera a consciência humana.

Nesta perspectiva, os objetos não evidenciam suas substâncias de forma imediata, mas de forma mediada pelas relações sociais que as compuseram. Considera-se que o mundo aparente ou objetivo são compostos por fenômenos, cujas estruturas constituintes foram previamente determinadas por relações sociais pautadas na produção agrícola. A essência do objeto observado, que neste caso se configura no êxito da experiência agroflorestal, não se evidencia em seu empirismo. Nem mesmo as práticas realizadas se sucederam pela idealização dos assentados, mas, nas suas possibilidades de ação ainda que havia uma determinada intencionalidade. (MARX, 2007)

Justamente pelo potencial de modificação da natureza pelo homem, os objetos circundantes são manipulados a partir das intenções humanas sendo, portanto, frutos de uma historicidade própria, que é constituída a partir de relações sociais determinadas e, ao mesmo tempo, determinantes. Aponta-se, assim, a produção de sua condição de vida como fator historicamente constituinte da humanidade que se difere dos outros animais na produção de sua própria realidade e condições objetivas. (MARX, 2007)

Pode-se distinguir os homens dos animais pela consciência, pela religião ou pelo que se queira. Mas eles mesmos começam a se distinguir dos animais tão logo que começam a produzir seus meios de vida, passo que é condicionado por sua organização corporal. Ao produzir seus meios de vida, os homens produzem, indiretamente, sua própria vida material. (MARX, 2007, p. 87)

Seguindo estes pressupostos, a interação do homem com o mundo modifica a realidade objetiva que, de forma concomitante, também modifica o homem pelas condições que imediatamente surgem para o agir humano. A condição objetiva, então, delimita a interação tanto no que o homem deve fazer, bem como, o modo que o homem deve agir. Neste ponto, é necessário revitalizar a centralidade histórica do trabalho enquanto atividade²⁷ humana central na alteração da natureza e constituição de sua própria essência.

O modo pelo qual os homens produzem seus meios de vida depende, antes de tudo, da própria constituição dos meios de vida já encontrados e que eles têm de produzir. Esse modo de produção não deve ser considerado meramente sob o aspecto de ser a reprodução da existência física dos indivíduos. Ele é, muito mais, uma forma determinada de sua *atividade*, uma forma determinada de exteriorizar sua vida, um determinado modo de vida desses indivíduos. Tal como os indivíduos exteriorizam sua vida, assim são eles. O que são coincide, pois, com sua produção, tanto o que produzem como também com o modo como produzem. O que os indivíduos são, portanto, depende das condições materiais de sua produção. (MARX, 2007, p. 87, grifo nosso)

Nestas passagens postuladas sobre a concepção de materialidade, que transpassa a condição física e fundamenta-se nos processos históricos das relações sociais, os meios de produção surgem como elementos condicionantes para alteração da condição objetiva. Desta forma, o mundo externo ao homem torna-se sua própria exteriorização condicionada e, ao agir sobre mundo, condiciona o agir futuro. A condição objetiva, portanto, impõe sobre o homem o modo de formação de sua subjetividade ao passo que a mesma se afirma somente no agir externo.

Totalmente ao contrário da filosofia alemã, que desce do céu à terra, aqui se eleva da terra ao céu. Quer dizer, não se parte daquilo que os homens dizem, imaginam ou representam, tampouco dos homens pensados, imaginados e representados para, a partir daí, chegar aos homens de carne e osso; parte-se dos homens realmente ativos e, a partir de seu processo de vida real, expõe-se também o desenvolvimento dos reflexos ideológicos e dos ecos desse processo de vida. Também as formações nebulosas na cabeça dos homens são sublimações necessárias de seu processo de vida material, processo empiricamente contatável e ligado a pressupostos materiais. (MARX, 2007, p. 94)

Ao pautar-se no paradigma agroecológico enquanto projeto de emancipação política, o MST buscou fomentar o debate sobre os fundamentos constituintes da agroecologia em seus congressos nacionais de 2000 a 2014. Este discurso pautava-se, então, na contraposição ao modelo hegemônico do agronegócio e afirmava um novo modo de constituição do movimento e, principalmente, das relações sócio ecológicas em seus territórios concretizados em seus assentamentos.

²⁷ Marx (2007) cita a atividade sem fragmenta-la em componentes conceituais mais profundos. Esta prática é exercida futuramente por Leontiev (1977, 1978, 2005a, 2005b)

Mesmo que outras experiências agroecológicas já estavam em curso, como o PDS Sepé Tiaraju, o caso da presente discussão, que se concretiza no Assentamento Mário Lago, integrante do PDS da Barra, possui particularidades de necessário destaque. Aponta-se a centralidade da participação dos até então acampados na formulação do estatuto do assentamento e a inserção dos Sistemas Agroflorestais Agroecológicos como método de agricultura e de recuperação dos ecossistemas locais.

O desenvolvimento do grupo social organizado entorno da Cooperativa Agroflorestal Comuna da Terra obteve um grande salto a alcançar o estágio de agricultores agroflorestais, que, como destacado anteriormente, saíam de condições de trabalhadores expropriados nos centros urbanos. Tal movimento aconteceu somente através de uma historicidade de eventos que mudara gradualmente a atividade deste grupo de Sem Terras.

Intenciona-se aqui, portanto, recuperar eventos considerados os marcos históricos do processo de aprendizagem sobre SAFs no Assentamento Mário Lago e compara-los a falas captadas dos Sem Terras que se firmaram como agricultores agroecológicos, com o intuito de elucidar fatores cruciais na transformação da atividade dos mesmos. Mas, para se adentrar a discussão sobre a agroecologia advinda do Projeto Agroflorestar, é importante recapitular as categorias centrais da atividade que foram desenvolvidas por três gerações teóricas.

Além disso, como coerência epistemológica, utiliza-se a teoria da atividade para compreender os significados das falas dos sujeitos abordados para o desenvolvimento deste capítulo. Isso se deve pelo fato de capítulos anteriores abordar a deliberação da agroecologia pelo MST, o desenvolvimento do Assentamento Mário Lago e os processos de aprendizagem impulsionados pelo Projeto Agroflorestar de maneira dialética, com intuito de elucidar tanto suas construções quanto suas contradições.

3.1 A CONSTRUÇÃO DA SUBJETIVIDADE

Seguindo os pressupostos da atividade sob a luz do materialismo histórico dialético que, como supracitado, apontam para uma construção nas contradições entre o sujeito e sua condição objetiva, Vygotsky inaugura a teoria histórico-cultural da atividade através da mediação cultural entre as dimensões subjetiva e objetiva. Fundamentalmente, considera-se que o desenvolvimento da consciência não se limita a experiência individual e nem mesmo é renegado a um conjunto de códigos externos, mas, ambos ocorrem de forma concomitante.

Muitos intelectuais, como exposto pelo próprio Vigotsky (2007), construíam uma teoria somente com referências de Marx, sem levar em consideração, de fato, o método

materialista histórico e dialético. Assim, Vigotsky considera que “os fenômenos têm uma história caracterizada por mudanças qualitativas e quantitativas, portanto devem ser estudadas como processo em movimento e mudanças” (REGO, 2014, p. 100). Destaca-se assim, a necessidade de ultrapassar as aparências empíricas.

Nesta concepção, os objetos externos aos indivíduos não são estáticos e acabados, mas, constituem-se como processos históricos que são constantemente modificados pelo homem. Há, juntamente com estes processos, o desenvolvimento de códigos culturais pautados na linguagem para que se transmita o conhecimento gerado. Na perspectiva dialética, portanto, sujeito e objeto são dualidades do mesmo processo de conhecimento sócio-histórico e que são construídos internamente num processo cultural de representações e exteriorizações seguindo as possibilidades apresentadas pela condição objetiva.

A análise de Vigotsky, então, “atribui à atividade simbólica uma função organizadora específica que invade o processo do uso de instrumento e produz formas fundamentalmente novas de comportamento” (VIGOTSKY, 2007, p. 11). Na fase de desenvolvimento, os instrumentos surgem para que os sujeitos possam interagir com o ambiente externo na busca de compreensão do mesmo e através da linguagem passam a organizar subjetivamente o mundo externo, seguindo sua estrutura organizativa. (VIGOTSKY, 2007)

Desta forma, na fase de desenvolvimento do homem a ação é direcionada pela fala previamente adquirida como método de comunicar suas intenções de interação com o mundo. Ao apreender a fala que caracteriza os objetos que se encontram na condição objetiva, os sujeitos passam a interiorizar um conjunto simbólico de mundo que fora previamente e socialmente construído. Segundo Vigotsky “a história do processo da internalização da fala social é também a história da socialização do intelecto prático das crianças”. (VIGOTSKY, 2007, p.16)

Como forma de caracterização social dos objetos externos, a fala passa a também exercer uma função planejadora, ao passo que a mesma determina o curso da ação. Neste sentido, o agir humano ou a atividade prática é primeiramente refletida e organizada na subjetividade por meio de um conjunto de *signos* que foram absorvidos pelo indivíduo e que possuem fundamentos sociais e históricos. Segundo Vigotsky (2007), a organização cognitiva, que parte do materialismo da condição objetiva, é organizada por meio de signos produzidos também externamente aos indivíduos e, somente a partir destes, a atividade é organizada e executada. (VIGOTSKY, 2007)

É importante citar que o código simbólico apreendido pelo sujeito da ação se torna parte da memória do mesmo. Os signos, então, agem como um repertório da memória

individual partindo da interação com o mundo e ao mesmo tempo rotulando seus elementos constitutivos. “Eles entendem a operação de memória para além das dimensões biológicas do sistema nervoso humano, permitindo incorporar a ele estímulos artificiais, ou autogerados, que chamamos de signos.” (VIGOTSKY, 2007, p.32)

Os signos não devem ser compreendidos como uma nova etapa na cognição da relação situação-problema ou simplesmente um “método para aumentar a eficiência da operação preexistente, tampouco representa meramente um elo adicional na cadeia S-R”. (Vygotsky, 2007, p. 34). Estes devem ser entendidos como elementos mediadores e condutivos dos seres humanos que criam processos psicológicos advindos da dimensão cultural, mas que não se prendem ao desenvolvimento biológico. (figura 14)

Figura 14 – Esquema da situação-problema mediada pelos signos

Fonte: Vigotsky (2007)

Considerando estas premissas, os signos cumprem a função de identificar a atividade humana sobre o mundo objetivo por meio de uma seleção advinda do próprio sujeito. Ressalta-se que a apreensão do repertório de signos acontece na socialização do próprio sujeito com o ambiente. Os signos, portanto, são originados na dimensão cultural, no mundo objetivo e utilizados pelos sujeitos seguindo suas intenções e as possibilidades dadas pela condição objetiva.

Nesta altura do desenvolvimento teórico de Vigotsky (2007), é válido delimitar as diferenças substanciais entre os signos e os instrumentos com categorias mediadoras entre sujeito e objeto. Os signos, como exposto, é uma orientação interna que se dirige ao controle do próprio sujeito em sua interação com a realidade objetiva. Já os instrumentos exercem o papel de uma orientação externa para a interação prática com o objeto.

Na concepção marxista, a definição de instrumentos parte do pressuposto que os homens “usam as propriedades mecânicas, físicas e químicas dos objetos, fazendo-os atingir como forças que afetam outros objetos no sentido de atingir seus objetivos pessoais” (MARX apud VIGOTSKY, 2007, p.54). Formula-se, portanto, os instrumentos como mediação externa e os signos como mediação interna entre sujeito e objeto que, consequentemente, dão origem à concepção de atividade mediada.

Ainda na abordagem sobre o acúmulo de repertório sobre o signos e interação dos mesmos com os instrumentos advindo dos objetos, a *rotulação* surge como processo de apreensão destes mesmos signos socialmente construídos. A rotulação é, então, o processo de aprendizagem sobre a definição dos signos e a quais objetos estes devem ser direcionados.

As categorias signos e instrumentos oferecem grande apoio teórico para o exame das falas captadas a partir dos sujeitos de pesquisa. Assim, observar a fala como produtora de uma rotulagem permite ultrapassá-la em sua análise imediata e buscar o real significado desta mesma fala citada. Mais do que o entendimento teórico sobre a formação da subjetividade humana, estes pressupostos vigotskianos lançam um grande apoio metodológico para a compreensão da fala enquanto mediação entre os sujeitos e sua possibilidade de interação com o mundo.

3.1.1 Aprendizagem pela zona de desenvolvimento proximal

Ao conceituar sobre o desenvolvimento psíquico dos indivíduos, Vigotsky (2007) estabelece uma categorização de fases que, somente a partir destas, o sujeito apreende novas etapas de relacionamento com o mundo objetivo. Para um ciclo completo de aprendizagem e desenvolvimento, surge a *zona de desenvolvimento proximal*

A zona de desenvolvimento proximal provê psicólogos e educadores de um instrumento através do qual se pode entender o curso interno do desenvolvimento. Usando esse método podemos dar conta não somente dos ciclos e processos de maturação que já foram completados, como também daqueles processos que estão em estado de formação, ou seja, que estão apenas começando a amadurecer e a se desenvolver. (VIGOTSKY, 2007, p. 98)

Como fragmentação do conceito de zona de desenvolvimento proximal, Vigotsky (2007) aponta dois níveis constituintes da mesma: o *nível de desenvolvimento real* e o *nível de desenvolvimento potencial*. No primeiro, considera-se que um indivíduo que executa determinada atividade parte de um arcabouço de conhecimento já cristalizado e socialmente construído e, somente a partir deste, o indivíduo é capaz de interagir com sua exterioridade e aumentar gradativamente seu repertório. Por esta ótica o nível de desenvolvimento real funciona como um desenvolvimento mental de forma retrospectiva, ou seja, recupera-se na memória os signos já apreendidos.

De forma concomitante, o nível de desenvolvimento potencial parte do pressuposto que o nível de desenvolvimento real se encontre com o objeto a ser interacionado e que apresente aquilo que o sujeito em desenvolvimento é capaz de fazer mediante a ajuda de outra

pessoa. Neste processo, portanto, o auxílio externo torna-se fundamental e, segundo Vigotsky (2007), é este que, de fato, caracteriza o desenvolvimento mental do sujeito.

É justamente a distância entre todo o conhecimento cristalizado, ou aquele conhecimento que é possível de se realizar de forma autônoma – nível de desenvolvimento real – e o conhecimento porvir que deveras ser auxiliado por um apoio instrumental – nível de desenvolvimento potencial – que caracteriza a zona de desenvolvimento potencial.

Neste caso, a possibilidade de interação com a realidade objetiva depende, assim, de um conjunto de signos já apreendidos, mas, é na potencialidade de agir de forma prospectiva é que surge, de fato, o processo de aprendizagem. Considera-se, então, a instrumentalização como central para o desenvolvimento e aprendizagem dos sujeitos perante os objetos externos apresentados.

Desse ponto de vista, aprendizado não é desenvolvimento; entretanto, o aprendizado adequadamente organizado resulta em desenvolvimento mental e põe em movimento vários processos de desenvolvimento que, de outra forma, seriam impossíveis de acontecer. Assim, o aprendizado é um aspecto necessário e universal do processo de desenvolvimento das funções psicológicas culturalmente organizadas e especificamente humanas. (VIGOTSKY, 2007, p 103)

Seguindo estes pressupostos no processo de desenvolvimento mental do homem, fica evidente que a aprendizagem, segundo Vygotsky (2007), se dá justamente no lidar com a realidade objetiva de forma instrumentalizada se caracterizando como um processo e não como uma definição pronta. Processo este, que parte também de um conjunto de códigos também de ordem social e que outrora fora armazenado em atividades previamente realizadas.

3.2 A ATIVIDADE TRANSFORMADA PELAS RELAÇÕES SOCIAIS

A partir das concepções de Vygotsky sobre a formação da subjetividade humana em sua fase de desenvolvimento como resultado de mediações socioculturais na interação entre subjetividade e realidade objetiva, Libâneo (2004) aponta que estas mesmas preposições são consideradas a inauguração da teoria histórico-cultural da atividade. Como sequência desta formulação teórica, Leontiev surge como um dos principais expoentes por desenvolver a estrutura da atividade em si.

Os fundamentos epistemológicos do desenvolvimento teórico de Leontiev é também encontrado na teoria da cognição de Marx. O próprio autor expõe pressupostos marxistas encontrados sobretudo na releitura filosófica do materialismo, mais precisamente na Ideologia

Alema²⁸, que se torna base para uma nova leitura de mundo como já supracitado e que apresenta, portanto, uma nova estrutura na incorporação entre subjetividade e objetividade socialmente construídas.

Uma profunda revolução trazida por Marx na teoria da cognição é a ideia de que a prática humana é a base para a cognição humana; prática é o processo no decurso de cujo desenvolvimento surgem problemas cognitivos, percepções humanas e pensamento originam e se desenvolvem, e pelo qual, ao mesmo tempo, contem em si mesmo, os critérios de adequação e de validação do conhecimento: Marx diz que o homem deve provar sua verdade, atividade e poder, e a universalidade do seu pensamento na prática. (LEONTIEV, 1978, p. 9)

No entanto, Leontiev (1978) destaca que as concepções filosóficas de Marx não intencionam necessariamente identificar a prática com cognição, mas, sim apontar que a cognição não existe senão nos processos da vida humana que se originam de sua base material, portanto, nos processos sociais. A realidade é, então, construída na relação de pessoas que se interagem e conseqüentemente interagem com mundo ao redor, de acordo com a intensidade de seus laços causando efeito direto em seus desenvolvimentos. (LEONTIEV, 1978)

Além disso, a interação consiste não somente em estar no mundo, mas ser presente e atuante na produção e modificação do mundo, que segundo a abordagem marxista da materialidade, a modificação se dá de forma dialética, na supressão das contradições. O mundo se modifica na prática social, que concomitantemente modifica os sujeitos em prática e, para isso, os meios de produção surgem como instrumentos condicionantes para os determinados níveis de desenvolvimento e também determinantes para o tipo da atividade humana. (LEONTIEV, 1978)

3.2.1 Estrutura da atividade

A aproximação da elaboração teórica de Leontiev sobre a atividade humana com as premissas expostas por Vigotsky se inicia na tentativa de ultrapassar concepções positivas e empiristas sobre a *imediaticidade*. Leontiev (1978) afirma que as influências externas aos sujeitos não provocam mudanças subjetivas somente por ser considerada uma externalidade, mas, indubitavelmente, dependem de condições internas aos sujeitos, explicitando a relação dialética entre objetividade e subjetividade.

²⁸ Citado em Leontiev (1978) como obra base para entendimento de tais pressupostos epistemológicos, referencia-se aqui a edição de 2007.

Por condições internas, Leontiev (1978) as compreende como características dos processos que já estavam em modo ativo no sujeito. Esta abordagem recai em questionamentos sobre o que pode ser a descrição destes mesmos processos, que surgem como mediações entre o mundo objetivo e a subjetividade. Considerando a vida de um sujeito em determinado contexto social com grande variedade de formas e com a qual o próprio sujeito interage, Leontiev (1977) aponta que o modo de interação pode ser considerado a própria atividade.

Assim como Vigostky apresenta sua formulação S-R para situar a situação-problema no processo de desenvolvimento, inserindo o signo como mediação entre identificação interna e construto social resultando em S-X-R; Leontiev (1977) apresenta a fórmula “sujeito-atividade-objeto”. Esta é a tríade de interação do sujeito na realidade objetiva e externa ao mesmo, mediada pela atividade circunstanciada pelas relações e contextos sociais externos ao próprio sujeito. Neste sentido, a atividade pode ser considerada

Uma unidade não aditiva da vida corpórea material do sujeito material. Em um sentido mais estrito, como no plano psicológico, é uma unidade de vida, mediada pela reflexão mental, por uma imagem, cuja função real é orientar o sujeito no mundo objetivo.²⁹ (LEONTIEV, 1977, p. 3)

Aponta-se, portanto, que é em sociedade que o homem se encontra não somente com suas condições objetivas, mas, também e, principalmente, com fatores internos a esta condição, com os motivos e com os propósitos da atividade. Em suma, a sociabilidade produz a atividade humana. É justamente na concepção da atividade humana como um produto das relações sociais, que Leontiev (1977) inicia a caracterização deste conceitos em frações menores e apresenta suas categorias constituintes. O sujeito em atividade não passa por um processo simplista de personificação e cópia das relações socioculturais, mas inicia um processo de *ligações cruzadas* que influenciam e controlam tanto a objetividade quanto a subjetividade.

A característica mais básica da atividade é o *objeto*. Para qualquer atividade deve haver um objeto, pois, sem o mesmo, não há atividade. Este mesmo objeto surge de duas formas distintas. A primeira é em sua forma objetiva e independente ao sujeito, é nesta forma que o objeto comanda a atividade do sujeito apresentando-se em sua imediatez. A segunda forma do objeto é produto de sua detenção pelo sujeito como um resultado mental e imagético apreendido através de suas propriedades notáveis. (LEONTIEV, 1977)

²⁹ Tradução livre da citação “*Activity is a non-additive unit of the corporeal, material life of the material subject. In the narrower sense, i.e., on the psychological plane, it is a unit of life, mediated by mental reflection, by an image, whose real function is to orientate the subject in the objective world.*” (Leontiev, 1977, p. 6)

Vale apontar que o objeto surge de forma imagética na mente do sujeito a partir de suas possibilidades práticas de interação, ou seja, a projeção mental se dá somente pela imedaticidade disponível para atividade. Deste modo, o processo de atividade inicia-se a partir do objeto e, somente após a rotulação do mesmo, o sujeito reflete um produto subjetivo da atividade que carrega consigo as possibilidades para ação. (Leontiev, 1977)

Assim, a distinção de uma atividade da outra é justamente a diferença dos seus objetos. Como exposto, o objeto da atividade direciona a atividade a ser executada, conseqüentemente, é através do objeto que se determina os motivos da atividade, assim, esta categoria está necessariamente ligada com o conceito de *motivo*. Não há atividade sem que tenha consigo um motivo para tal.

Somente após a determinação de um motivo advindo das circunstâncias apresentadas pelo objeto é que se executa a *ação*. Neste sentido, a ação se define como o processo que corresponde a atividade a partir do motivo, obedecendo um determinado *fim* consciente. Toda ação busca o seu fim ou o seu intuito projetado como resultante da atividade. O motivo dá vida à atividade pela ação que, enquanto processo de atividade, busca alcançar seu fim. Evidencia-se, portanto, a regra geral da atividade: assim como o motivo é correlato à atividade, o fim é correlato a ação.

Historicamente, a aparência na atividade de um processo de ação com um fim orientado era o resultado da emergência baseada no trabalho. A atividade de pessoas trabalhando juntas é estimulada por seus produtos, que se corresponde primeiramente nas necessidades de todos os participantes. Mas a mais simples divisão técnica do trabalho que surgiu neste processo, necessariamente direcionou a emergência de resultados parciais e intermediários que são alcançados pela participação individual na atividade do trabalho coletivo que, no entanto, não pode satisfazer a necessidade de cada participante no todo. Estas necessidades não são satisfeitas nos resultados intermediários, mas no compartilhamento do produto total da atividade que cada um recebe graças aos relacionamentos que surgem entre os participantes no processo de trabalho, ou seja, as relações sociais. (LEONTIEV, 1977, p. 6)

Neste sentido, Leontiev (1977, 1978, 2005a, 2005b) defende que com a divisão social do trabalho, as funções individuais exercidas por cada indivíduo em todo um processo coletivo determinado, produzem fragmentos do fim almejado. Para que este mesmo fim seja alcançado, as ações devem socialmente compartilhadas e somente através das relações sociais construídas no processo de trabalho, pode-se, então, obter o fim esperado. Sendo assim, as relações sociais são determinantes para que no contexto da divisão social do trabalho a atividade seja identificada.

3.3 O DESENVOLVIMENTO DA ATIVIDADE AGROFLORESTAL

Partindo dos pressupostos teóricos das duas primeiras gerações da teoria da atividade, todas as etapas de aprendizagem impulsionadas pelo Projeto Agroflorestar no Assentamento Mário Lago, mesmo aquelas consideradas não satisfatórias quanto as bem-sucedidas, se constituem em etapas do processo de formação da atividade transformada. Neste caso, considera-se uma atividade agroflorestal, destoando-se da agricultura convencional mesmo que de base agroecológica.

A apropriação de signos construtores da subjetividade dos assentados tem início no debate da agroecologia a nível nacional do MST, que levou possibilidades de reflexão aos Sem Terras. Como integrantes do movimento, estes sujeitos passaram a se contrapor individualmente e coletivamente ao modelo do agronegócio em seu discurso político, mas, ainda desconhecendo a prática social da agricultura agroflorestal.

A partir do momento que o Centro de Formação Sócio-Agrícola “Dom Hélder Câmara” cumpre a tarefa de realizar alianças sociais para acessar o conhecimento sobre Sistemas Agroflorestais, os assentados passaram a estabelecer contato com um novo objeto. Este não mais definido como agricultura orgânica, mas, apresentado como Sistemas Agroflorestais Agroecológicos que carrega em si práticas de agricultura distintas expressadas em seus conceitos constituintes.

Na primeira tentativa concreta, os SAFs advindos da Embrapa Meio Ambiente anexaram o plantio de árvores como o único elemento novo na prática agrícola já estabelecida pelos assentados, sendo abandonado por não se caracterizar como meio para se alcançar o fim almejado. Esta limitação é devida ao não atendimento das necessidades objetivas do Assentamento Mário Lago de produzir alimentos tanto para consumo, quanto para a obtenção de renda, além da necessidade de recuperação das áreas de reserva legal. Além disso, este primeiro plantio foi realizado em uma área reservada a encontros dos assentados distante das áreas de reserva legal e dos lotes individuais.

A projeção enraizada³⁰ de emancipação socioeconômica dos assentados parte do pressuposto de que os Sistemas Agroflorestais Agroecológicos podem ser altamente produtivos e capazes de produzirem renda e recuperarem ecossistemas. Este elemento compõe fundamentalmente a premissa ambiental do Assentamento Mário Lago. A atividade agroflorestal se realizara, portanto, somente a partir da aliança de ambos os fatores como

³⁰ Aqui recuperando o conceito exposto por Caldart (2000).

percebido no relato de uma assentada sobre a efetividade da Cooperativa Agroflorestal Comuna da Terra.

Nesse processo a gente ficou trabalhando duas coisas ao mesmo tempo, a reserva legal lá e os lotes. Ao mesmo tempo que a gente começou a trabalhar os lotes, a gente decidiu também que tinha que começar um processo de comercialização. Porque não tava indo tão bem, não tava funcionando fazer agrofloresta sem ter para onde vender. Porque as pessoas tinham que ver que a agrofloresta era produtividade, dar renda. Se eu só plantar um monte de coisa e não tiver como vender, o povo falava “igual os outros, é o mesmo sistema dos outros, não mexeu no meu bolso”, aí teve que mexer no bolso. Foi aí que a gente também começou a cesta e comprou todas as estruturas que a gente tem, o caminhão, com dinheiro do projeto. O Agroflorestar também ajudou em algumas coisas, mas, o Agroflorestar o foco mesmo era mais a produção dos lotes individuais em alguma coisa de oficina, também, que financiava a capacitação. (Coordenadora de projetos do Centro de Formação Sócio-Agrícola “Dom Hélder Câmara”)

Antes da presente discussão se adentrar na transformação da atividade dos integrantes da Cooperativa Agroflorestal Comuna da Terra, é necessário seguir cronologicamente os marcos históricos do processo de aprendizagem sobre SAF. Assim, como segundo movimento, destaca-se a visita ao território da Cooperafloresta, na Barra do Turvo. Ao observarem presencialmente as agroflorestas já desenvolvidas, os assentados puderam, enfim, ter a revelação de um sistema agroflorestal e uma cooperativa de comunidades quilombolas em funcionamento que garantem renda em ecossistemas abundantes.

A similaridade social, econômica e política de ambos territórios pôde, desta maneira, fazer com que os SAFs deixassem de ser algo meramente ideal para se apresentarem como possibilidade concreta de modificação da objetividade ambientalmente degradada da Fazenda da Barra. Os integrantes da Cooperafloresta já se encontravam enquanto agricultores agroecológicos e agroflorestais, ou seja, já havia uma atividade distinta e de alcance almejado pelos assentados do Mário Lago.

Foi neste momento que os Sistemas Agroflorestais Agroecológicos deixaram de ser algo idealizado, ainda que inicialmente apreendidos por experiências objetivas de outro território Sem Terra pela apreensão de signos aleatórios sem o conhecimento suficiente para instrumentaliza-los. Neste contexto, faltava somente a apreensão de conceitos centrais e anexação dos mesmos nas demandas objetivas do assentamento.

Somente a partir da concepção concreta de SAF como um fim em potencial para a transformação da objetividade do Assentamento Mário Lago, que o processo de aprendizagem pôde alcançar seu curso à efetividade, ainda que passar por algumas experiências ainda não exitosas. É desta forma que o Projeto Agroflorestar se projetou ao MST, através da sua apresentação enquanto fim real, de possível aplicabilidade ou, ainda, na abordagem de

Leontiev (1977), um fim que serviria como base para a ação social que pudesse concretizar seus motivos de transformação da atividade agrícola convencional à atividade agroecológica e agroflorestal.

Em suma, a visita à Cooperafloresta na Barra do Turvo ofereceu aos assentados uma imagem daquilo que poderia ser o território do Assentamento Mário Lago ambientalmente recuperado, economicamente rentável e socialmente organizado, ainda que estes incipientes signos gerados no âmbito da subjetividade não tinham encontrado instrumentos advindos da objetividade. Somente com a presença do Projeto Agroflorestar no assentamento, as possibilidades de emancipação e o motivo por elencar os SAF como prática social dos assentados encontrou suas bases materiais para a elucidação da instrumentalidade.

Já no início do projeto em território Sem Terra, as primeiras tentativas de desenvolvimento do conhecimento através da “escolinha agroflorestal” esbarraram nos mesmos impedimentos dos SAF da Embrapa Meio Ambiente. A verticalidade das ações enquanto determinado repasse de conhecimento, que não atendiam as urgentes demandas do PDS da Barra como a supressão das adversidades sociais, econômicas e ambientais dos assentados, destoaram-se da possibilidade de ação. Justifica-se, assim, o abandono de alguns assentados do Projeto Agroflorestar.

Para tal renovação, outro técnico da Cooperafloresta mudou-se para o Assentamento Mário e passou a vivenciar diariamente a objetividade dos assentados. Fora justamente neste período que as áreas de reserva legal passaram a ser palco para o desenvolvimento do conhecimento agroflorestal. Ao atender as demandas do PDS da Barra, um corpo coletivo de assentados foi formado para início de novas dinâmicas.

Na área de reserva elencada, o processo educativo se deu de forma semelhante a Pedagogia da Alternância praticada em escolas do MST, com oficinas teóricas e práticas das quais os assentados tiveram acesso a conceitos centrais dos Sistemas Agroflorestais Agroecológicos e tiveram o trabalho como prática fundamental. Fora neste momento que o plantio de canteiros com grande diversidade de culturas perenes e anuais e a cobertura de solo com matéria orgânica se transformaram em símbolos dos SAFs no assentamento.

Desta forma, os Sistemas Agroflorestais Agroecológicos passaram ser desenvolvidos através de um processo de apreensão de signos e de oferecimento de instrumentos que aproximaram os assentados da atividade agroflorestal, ao vislumbrarem a recuperação das áreas de reservas com o plantio de alimentos. No entanto, esta experiência ainda se esbarrou na distância entre as áreas de reservas e os lotes individuais.

Aquele desenho, eu acho que aquela metodologia, é possível fazer uma linha daquela com os andares e a distribuição daquele jeito foi pensado só que a execução de uma coisa daquelas nas dimensões que a gente se propôs a fazer é complicado. Hoje ainda, por exemplo eu faria o projeto de novo, hoje você não tem aquela coisa super estratificada em áreas de pouca pertença. Eu estou falando de banana, uma sucessão de árvores bem mais estrita ao sistema de poda. Mas, assim, por isso, você olha a minha área e vê uma pobreza, tem pouca diversidade de árvores, porque na verdade se eu conseguir fazer com o que cara coloque uma gliricídia, é um avanço do outro mundo e se botar muita coisa o cara não vai saber manejar. Este é um ponto grande, que até o estrangulamento da agrofloresta, a pessoa não corta a banana, fica querendo colher a banana. (Coordenador do Projeto Agroflorestar no Assentamento Mário Lago)

A citada fala do coordenador do Projeto Agroflorestar no referido assentamento, que também foi o facilitador das atividades nas áreas de reserva legal, demonstra que mesmo após todo o processo de aprendizagem iniciado pelo projeto, os assentados ainda encontraram dificuldades no manejo dos Sistemas Agroflorestais. Destaca-se nesta fala, o método utilizado de plantio com grande diversidade de culturas, ou seja, recuperando a concepção de desenvolvimento proximal de Vigotsky (2007), o conhecimento oferecido ainda era distante daquele já apreendido pelos assentados.

Ah, são várias coisas que até a gente se pergunta, por que isso aconteceu? Como outras pessoas trabalhavam outras formas de produzir, acho que como é uma coisa nova, as pessoas não acreditavam muito, pessoas de fora trazendo um conhecimento novo para pessoas que já trabalhavam na terra, as vezes o agricultor sente isso né, primeiro limpa depois ele pisa, então, quando é uma coisa nova as pessoas não acreditam. Tanto é que as pessoas receberam, que o projeto conseguiu bancar a irrigação, muda, hora-máquina, as implementações, técnicos, então muitas pessoas receberam e nos dois primeiros meses teve aquele “bum” que a agrofloresta dá né, nos dois primeiros meses muita colheita, depois as pessoas desapareceram. Acho que muito por conta do que a gente chegou a discutir por conta do manejo, da renovação, as pessoas quebram muito a cabeça. Ao longo do processo, as pessoas acabaram deixando o grupo, mas algumas pessoas ainda trabalham com agrofloresta, não estão neste grupo aqui, mas saíram deste grupo (Assentado A. do Assentamento Mario Lago)

A citada fala expõe não somente a dificuldade de entendimento do manejo dos SAFs para alguns sujeitos, mas, a dificuldade de rompimento com tradições agrícolas já enraizadas e tomadas como absolutas. Certamente, o Projeto Agroflorestar ofereceu o desenvolvimento de um conhecimento que não se limita à produção agrícola, mas, também, com grande potencial na recuperação de ecossistemas por meio do cultivo de culturas perenes.

Já na segunda edição do Projeto Agroflorestar no Assentamento Mário lago, mais precisamente na etapa em que o mesmo passou a ser difundido nos lotes individuais, houve um grande envolvimento dos assentados nos processos de aprendizagem. Ao passo que o projeto passou a financiar mudas, sistemas simples de irrigação e hora-máquina para a implantação de SAFs nos lotes familiares, houve o oferecimento de meios de produção

necessários para que os assentados obtivessem renda. No entanto, como exposto na citada fala, o avanço dos Sistemas Agroflorestais foi impedido pela complexidade do manejo.

Definitivamente, os impeditivos para o avanço das agroflorestas à distintas unidades familiares no Assentamento Mário Lago têm, em grande parte, fundamentos sociais como a já citada dificuldade de rompimento com outras tradições agrícolas. Isso se deve pela atividade destes assentados ainda estarem encrustadas em relações de trabalho que outrora vivenciaram, ou seja, ainda distantes da complexidade da dinâmica prática e conceitual dos SAFs.

Nesse sentido, considera-se que o grupo de assentados que iniciou os processos de aprendizagem sobre SAF através do Projeto Agroflorestar e que foi o sujeito coletivo central na difusão do conhecimento em todas as suas etapas, também se consolidou como uma cooperativa, a Comuna da Terra. Este grupo perpassou todas as adversidades e experiências não exitosas para se consolidar como um grupo de agricultores agroflorestais, justamente por encontrar nas relações sociais os devidos alicerces para o desenvolvimento e cristalização da atividade agroflorestal.

É a partir destes sujeitos que o entendimento de agroecologia é analisado. Organizados como uma nova unidade social que tem a prática da agricultura agroflorestal como atividade, suas falas apresentam símbolos fundamentais que revelam essa mesma atividade, ou seja, a unidade de encontro entre entendimento subjetivo e caracterização objetiva socialmente determinada. Para tal intenção, a terceira geração da teoria atividade, compreendida como aprendizagem expansiva, é base conceitual de análise.

3.4 A AGROECOLOGIA PELOS INTEGRANTES DA COMUNA DA TERRA

Mesmo com diversos impedimentos para efetivação dos Sistemas Agroflorestais Agroecológicos como técnica agrícola hegemônica no Assentamento Mário Lago, os integrantes da Cooperativa Agroflorestal Comuna da Terra obtiveram mudanças significativas tanto individuais quanto coletivas. Considera-se que este grupo de assentados tiveram sua atividade transformada, uma vez que representam uma nova unidade social surgida pelos processos de aprendizagem.

Foi exposto que os indivíduos se desenvolvem através da apreensão de signos e instrumentos socialmente constituídos e, no caso do referido grupo social, a atividade foi transformada a partir da integração dos sujeitos um arranjo social criados a partir de um único propósito. A partir das categorias constituintes da aprendizagem expansiva, é possível

compreender os estágios do desenvolvimento da agroecologia dos integrantes da Comuna da Terra ao analisar seus discursos sobre os processos vividos e sobre agroecologia.

3.4.1 Aprendizagem expansiva

A terceira geração da teoria da atividade parte dos pressupostos da herança russa que alocam a dimensão social como fundante à formação da subjetividade humana. Somente a partir do grau de interação com a objetividade é possível compreender a visão de mundo dos sujeitos sociais. Mesmo que os fundamentos apresentados por Vigotsky (2007) recaem em análises sobre a dimensão individual em desenvolvimento, Leontiev (1977, 1978, 2005b) alcança a possibilidade de prática social em dimensões coletivas e, posteriormente, Engeström (1987, 2011, 2014) pratica uma releitura destes autores inaugurando novas categorias.

Na formulação da Aprendizagem Expansiva, Engeström (2011) destaca conceitos centrais da teoria histórico-cultural da atividade como seus elementos compositivos. Primeiramente, a aprendizagem expansiva se dá justamente na passagem da ação para a atividade em si, iniciando-se na análise de Vigotsky sobre a mediação dos signos a partir do sujeito e dos instrumentos a partir do objeto. Além disso, Engeström utiliza-se dos pressupostos de Leontiev sobre a separação histórica da ação individual e da atividade coletiva através da divisão social do trabalho.

A essência da aprendizagem da atividade (aprendizagem expansiva) é a produção objetiva e societária de novas estruturas de atividade (incluindo novos objetos, instrumentos, etc.) a partir de ações manifestadas nas contradições internas da forma de atividade precedente em questão. Aprendizagem da atividade (aprendizagem expansiva) é o domínio da expansão da ação à uma nova atividade. Enquanto a escolaridade tradicional é essencialmente a produção de atividade pelos sujeitos e a ciência tradicional é essencialmente um instrumento para a produção de atividade, a aprendizagem da atividade (aprendizagem expansiva) é a atividade produtora de atividade.³¹ (ENGESTRÖM, 1987, p. 125 apud ENGESTRÖM, 2011, p. 76)

Seguindo a descrição da aprendizagem expansiva advinda do processo de ação para a criação de nova atividade na relação entre sujeitos e objetos, Engeström (2011) ainda apresenta uma redefinição do conceito de Zona de Desenvolvimento Proximal de Vigotsky (2007). Esta surge como o espaço entre a ação em prática e a nova atividade emergente. Desta

³¹ Tradução livre da citação: “*The essence of [expansive] learning activity is production of objectively, societally new activity structures (including new objects, instruments, etc.) out of actions manifesting the inner contradictions of the preceding form of the activity in question. [Expansive] learning activity is mastery of expansion from actions to a new activity. While traditional schooling is essentially a subject-producing activity and traditional science is essentially an instrument- producing activity, [expansive] learning activity is an activity-producing activity.*” (ENGESTRÖM, 1987, p. 125 apud ENGESTRÖM, 2011, p. 76).

forma, a Zona de Desenvolvimento Proximal de Engeström (2011) pode ser definida como a distância entre a prática cotidiana dos indivíduos e a nova atividade gerada de forma coletiva que potencialize estas mesmas práticas cotidianas.

Outro fator de destaque da aprendizagem expansiva é a centralidade do objeto enquanto dimensão que direciona os motivos e ações para a atividade emergente. Engeström (2011) cita o objeto como o material bruto e propositivo da futura atividade seguindo, portanto, as preposições de Leontiev (1977, 1978, 2005b), das quais se apreende que os motivos não partem de um ensinamento verticalizado e externo ao sujeito, senão das condições objetivas advindas do próprio objeto.

Engeström (2011) ainda aponta a natureza dialética da aprendizagem expansiva. A lógica dialética evidencia as contradições inerentes aos processos sociais, consequentemente, os objetos que determinam os motivos e os processos de atividade, ou ação, são também constituídos pelas contradições. Utilizando-se das preposições de Ilyenkov (1974), Engeström (2011) destaca as contradições entre valor de uso e valor de troca na produção das mercadorias no modo de produção e consumo capitalista. Neste sentido, as contradições estão presentes nos objetos direcionadores da atividade e se mostram como a força motriz para a transformação dos objetos.

Ainda no contexto da dialética apontado para a formulação de sua teoria sobre aprendizagem, destaca-se o processo de *ascensão do abstrato ao concreto*³². Basicamente, este processo representa o agir sobre o objeto e, por conseguinte, a determinação da ação a partir de sua imediaticidade, ou seja, a aparência do objeto entrega ao sujeito apenas suas possibilidades imediatas. Somente após uma profunda interlocução entre sujeito e objeto é possível a revelação de partes menores do mesmo que nada mais são que seus componentes, ou partes do todo historicamente construídos.

Como consequência da abordagem dialética que, como citado, abarca as contradições como elementos constituintes, a aprendizagem expansiva pauta-se também nos pressupostos de Vigotsky acerca da mediação sociocultural entre sujeito e objeto, bem como, em Leontiev pela caracterização da atividade a partir do trabalho coletivo. Mais precisamente, Engeström (2011) se utiliza do conceito de *duplo estímulo*, no qual o sujeito se relaciona com o objeto mediado por signos socialmente construídos e internalizados no processo de desenvolvimento.

³² Duas formas de apresentar a lógica dialética para se apreender o objeto à partir de sua imediaticidade no processo de elevação do abstrato à categoria de concreto pensado, surgem nas obras 'Lógica Dialética' de Evald Ilyenkov (1974) e 'Dialética do Concreto' de Karel Kosík (2010).

A tarefa a ser executada pelo sujeito traz consigo a necessidade de rotulações do mundo, daí o primeiro estímulo. Já o objeto se porta como algo neutro que ganha novas rotulações na interação com o sujeito que revela, a partir do conhecimento socialmente gerado, novos elementos constituintes do próprio objeto, apresentando o segundo estímulo. Pautando-se no duplo estímulo de Vigotsky, Engeström (2011) formula a aprendizagem expansiva justamente na revelação – pelo sujeito – de novos elementos constituintes do objeto que podem impulsionar a reformulação da própria tarefa, podendo, ao final do processo, determinar uma nova atividade.

Como fundamentos teóricos finais para composição da aprendizagem expansiva, Engeström (2010) ainda destaca o conceito de *dupla ligação* que se expressa em dilemas sociais que não podem ser resolvidos pelos sujeitos isoladamente a não ser em cooperação coletiva. Paralelamente é utilizado o conceito de *vozes múltiplas* que considera a multiplicidade de vozes e opiniões dos sujeitos incluídos no sistema de atividade como elemento central do processo.

Após a apreensão dos fundamentos teóricos da aprendizagem expansiva inaugurada por Engeström, percebe-se que os sujeitos que se encontram isolados na divisão sócio-técnica do trabalho, passam a ser relacionar de forma coletiva e até mesmo em redes de atividades justamente pela similaridade da atividade. Através de análises empíricas, questionamentos do objeto e o surgimento de novas zonas de desenvolvimento proximal de ordem coletiva, este processo pode influenciar até mesmo todos indivíduos inseridos num único sistema (figura 15). (ENGESTRÖM, 1987, 2014)

Figura 15 – Modelo geral de um sistema de atividade

Fonte: Engeström (1987, p. 72).

Neste mesmo modelo geral de sistemas de atividade é importante destacar a centralidade do objeto que, em sua imediaticidade, entrega ao sujeito o sentido para

determinada ação, enquanto que o mesmo produz um significado genérico para a atividade historicamente construída. Somente neste encontro entre sentidos e significados por parte de distintos sujeitos envolvidos na ação é que, de forma coletiva, há um novo produto, ou seja, a geração de uma nova atividade. Sendo assim, a nova atividade surge somente a partir da similaridade coletiva dos sentidos individuais envolvidos na mesma ação delimitada por regras comunitárias, executadas por determinados instrumentos e que aglutine a divisão sócio-técnica do trabalho em uma unidade social.

É justamente na junção dos sentidos individuais para a composição do sentido genérico coletivo, que a concepção da elevação do abstrato ao concreto e, posteriormente, do concreto pensado, é possível o surgimento de uma nova atividade no método dialético. Primeiramente, na dimensão subjetiva, o sujeito estranha o objeto que por meio de signos internaliza as determinações sociais. Posteriormente, as similaridades de sentidos individuais conectam os sujeitos pela divisão social do trabalho que ao se relacionarem com o objeto a partir das possibilidades de motivo e de ação, transformam o objeto antes abstrato e, somente partir da atividade coletiva, este é pensado e possivelmente transformado. Finaliza-se, assim, um novo produto, ou síntese do mesmo, de também de ordem coletiva, portanto, socialmente determinado.

A expansão para Engeström (1987, 2014) está justamente na etapa do concreto pensado, na qual o objeto é sintetizado derivando de si uma nova atividade. Desta forma, a passagem de uma atividade para uma nova atividade e para a caracterização da aprendizagem expansiva, ocorre em etapas como exposto no modelo sugerido pelo autor.

Em outros apontamentos realizados Engeström (2006) a aprendizagem expansiva se dá em contextos de organizações. Devido ao objeto de estudo que se aloca em um território de um movimento social que tem consigo um projeto deliberadamente emancipatório, os conceitos apreendidos e supracitados formam a base conceitual para análise das evidências empíricas apreendidos nesta pesquisa.

3.4.2 A Cooperativa Agroflorestal Comuna da Terra como aprendizagem expansiva

Os pressupostos lançados por Engeström (1987, 2011, 2014) fornecem categorias fundamentais para se realizar a leitura sobre formação da Cooperativa Agroflorestal Comuna da Terra. A similaridade dos significados individuais sobre agroecologia advindos das experiências de aprendizagem sobre Sistemas Agroflorestais Agroecológicos revela fatores ambientalistas e emotivos, além dos sociais e econômicos, que unem esta unidade social.

Esta seção parte do questionamento sobre o significado de agroecologia aos integrantes da Cooperativa Agroflorestal Comuna da Terra que também se revelaram lideranças nas implantações dos SAFs durante o Projeto Agroflorestar e seus projetos complementares. Desta forma, intencionou-se focar no objeto de interação destes sujeitos e demonstrar como outrora este mesmo objeto era algo de dúvidas e questionamentos, e como este se expandiu da categorização de objeto estranhado ao nível de uma nova atividade. Assim sendo, corroborando com as premissas da aprendizagem expansiva inaugurada por Engeström.

Agrofloresta para nós do Movimento Sem Terra tem um sentido político muito forte né, porque ela mostra que, de fato, é possível você ter um projeto de assentamento com uma produção farta de alimentação saudável que pode inclusive ser direcionada para as periferias dos grandes centros para alimentar muita gente se tiver algum tipo de incentivo. Então, esses projetos né, que foram executados aqui no Mário Lago foram muito importantes, porque apoiaram uma iniciativa que existia na comunidade de resistência, aí na produção em contraponto ao agronegócio. Projetos como esses são incentivados pelo movimento, pelo setor de produção. Nós incentivamos, mas, dada todo o contexto do golpe³³ não tem tido também tanto interesse né, de projetos nessa área. As mudanças climáticas, elas são concretas, elas são urgentes e é preciso que, de fato, a gente consiga dar uma prioridade a isso né, fazendo todo uma reflexão sobre que tipo de campo a gente quer. Porque hoje a reforma agrária, eu diria, até não é tanto só uma necessidade das pessoas que vivem no campo, sem terras, aos trabalhadores que querem um pedaço de terra para morar, para plantar e para viver. Hoje a reforma agrária é uma necessidade principalmente para quem mora na cidade porque quando a pessoa está em São Paulo abre a torneira e não cai nem um pinga d'água, ela tem que saber que isso tem relação direta com o processo de privatização da água, dos bens naturais e com esse modelo de monocultura e de monocultivo aí do agronegócio e da mineração que está detonando o campo brasileiro, né. (Assentada do Assentamento Mário Lago integrante da Direção Nacional do MST)

O processo de aprendizagem expansiva no contexto do Assentamento Mário Lago, já se iniciava em debates de ordem coletiva uma vez que os assentamentos se concretizam por meio de ocupação e acampamento também coletivos. Além, disso, como exposto Caldart (2000), a formação de um sujeito Sem Terra já se inicia em processos da organicidade do próprio MST. Neste contexto, a deliberação dos SAFs como técnica de agricultura capaz de oferecer alimentos saudáveis, recuperar ecossistemas por parte do referido assentamento, é também uma forma de se constituir social e subjetivamente.

Dada as circunstâncias objetivas do PDS da Barra, os assentados passaram a ser organizar entorno do trabalho coletivo para a modificação tanto de suas realidades objetivas, enquanto sujeitos sociais, quanto da realidade ambientalmente degradada do território

³³ Referindo-se ao Impeachment da até então Presidenta Dilma Roussef em 2017.

conquistado. Somente por meio do trabalho as distintas tentativas de implantação dos SAFs foram realizadas.

A progressão do conhecimento sobre estes sistemas de plantio aconteceu de forma que os assentados apreendessem conceitos constitutivos gradativamente. Assim sendo, se evidencia a perspectiva vigotskiana da linguagem enquanto instrumento para se perceber o mundo circundante e reconhecer os novos sistemas de plantio através do processo de rotulação. Somente após distintas tentativas com seus erros e acertos, os assentados encontraram a instrumentalidade ideal para o desenvolvimento dos SAFs.

Pode-se considerar que para desenvolver agroflorestas, os assentados acessaram políticas públicas e projetos assertivos que financiaram os meios de produção necessários, reformulando, assim, o modo de se fazer agricultura e de interagir com o ambiente local. Os debates a nível nacional do MST entorno da agroecologia ainda não se caracterizavam como objeto para ação, mas, se apresentavam como uma zona de desenvolvimento proximal da qual o aspecto político e projeção emancipatória encontravam possibilidades de concretização.

Já os períodos marcados pela visita dos Sem Terra do Assentamento Mário Lago à Cooperafloresta, na Barra do Turvo, até o início do trabalho coletivo auto organizado nos lotes individuais, podem ser considerados essenciais para o processo de rotulação até mesmo para apreensão do instrumental ideal para efetivação dos SAFs. A aprendizagem ainda restrita a restauração ambiental passou a apresentar as partes do objeto de interação – os Sistemas Agroflorestais Agroecológicos – que somente após etapas posteriores, a sua totalidade pôde ser apreendida. Segue-se, desta forma, o ciclo de aprendizagem expansiva desenvolvido por Engeström (2011). (figura 16)

Figura 16 – Ciclo de aprendizagem expansiva

Fonte: Engeström (2010).

Ressalta-se que somente nos lotes individuais, o objeto ‘SAF’ passa a se consumir como atividade de um determinado grupo social que futuramente se concretizou como uma unidade social organizada entorno da Cooperativa Agroflorestal Comuna da Terra. Este salto de qualidade da aprendizagem – aqui denominada como aprendizagem expansiva – aconteceu justamente por erros e acertos, apreensão de signos e instrumentos, bem como, rearranjo dos modos de interação com o objeto representados pelos processos de aprendizagem.

Isto se iniciou, como anteriormente debatido, na etapa de *questionamento* sobre a técnica de agricultura ideal para o projeto agroecológico do PDS da Barra. Ao estabelecerem novas alianças sociais, os assentados passaram a *analisar* os Sistemas Agroflorestais Agroecológicos como objeto de interação. Posteriormente, ao desenvolverem sistemas em área coletivas, estes mesmos assentados iniciaram a etapa de *modelagem da nova solução*, bem como, os *exames e testes de novos modelos*. Foi justamente nesta última etapa que os assentados revelaram o desenvolvimento das agroflorestas nos lotes individuais como modo ideal e efetivo de concretização agroecológica no referido assentamento.

Somente a partir desta etapa que atendeu as necessidades ambiental, econômica e social do PDS da Barra enquadrados no paradigma agroecológico deliberado a nível estrutural do MST, é que os assentados que se cristalizaram como lideranças na implantação dos Sistemas Agroflorestais Agroecológicos puderam criar a Cooperativa Agroflorestal Comuna da Terra. Esta cooperativa, portanto, se apresenta como organização social que um grupo de Sem Terras passam a realizar uma divisão social do trabalho pautadas na produção agroecológica e, conseqüentemente, compartilhando da mesma atividade (figura 17).

Figura 17 – Ciclo de aprendizagem expansiva no Assentamento Mário Lago

Desta forma, ao serem questionados sobre o significado de Sistemas Agroflorestais Agroecológicos e Agroecologia, estes Sem Terras organizados em uma nova divisão social do trabalho, oferecem seus entendimentos acerca da nova atividade e não mais na dificuldade de interação com o objeto 'SAF'. Os discursos apreendidos perpassam as dimensões ambiental, econômica e social, mas, também demonstram até mesmo significados emotivos em falas como a exposta a seguir.

De qualquer maneira essas pessoas abraçaram isso, a intensidade, enquanto paixão pela Agrofloresta dessas pessoas foi muito grande. A compreensão e deslumbramento com esse sistema eu acho que é importante, que o assentamento já foi construído nessa lógica para trazer as populações urbanas, já tinha no seu TAC o sistema agroflorestal, lideranças no assentamento com grande compromisso com esse tipo de desenvolvimento. (Coordenador do Projeto Agroflorestar no Assentamento Mário Lago)

Como citado pelo Coordenador do Projeto Agroflorestar os assentados que seguiram com os Sistemas Agroflorestais adiante, tiveram como direcionamento a coerência com o projeto de assentamento tipo PDS que lhes possibilitaram não somente um objetivo a ser alcançado, mas, um processo de se realizar tais preposições. São nestes processos de busca por um objetivo e na aplicabilidade do motivo através das ações coletiva que se encontram os elementos de aprendizagem, mas, deve-se levar em consideração os elementos sociais estruturantes como impeditivos para que outros assentados não continuassem em sua transformação como agricultores agroecológicos.

Eu acho assim, de qualquer maneira tem um tempo de chocagem, e a gente mesmo contribuiu com elaboração de outros projetos para o assentamento que levou a novas metas e às vezes desviam pouco, você tem que fazer determinada atividade, então, por exemplo, construir um barracão, são coisas correlatas, mas, às vezes tiram o seu foco, não fica todo ali no sistema produtivo. Então eu acho que o sistema produtivo ainda merecia ter um maior acompanhamento, é uma mudança de paradigma na agricultura, é uma mudança de maneira de pensar que é muito grande, não é tão fácil você implantar um projeto. (Coordenador do Projeto Agroflorestar no Assentamento Mário Lago)

Revela-se que os processos de aprendizagem sobre SAF trouxeram consigo necessidades de mudanças nas organizações sociais de base do Assentamento Mário Lago como a estruturação de meios de produção que atendessem a produção agrícola. Assim, a aprendizagem sobre a técnica de plantio em si, não fora exclusiva, mas, impulsionou uma nova organização sócio-técnica do trabalho coletivo.

Por exemplo, o projeto foi fluando em muitas frentes, então pra você conseguir ter essa mudança com todo mundo que eventualmente entrou, é muito complicado. Por outro lado que tem de bom é que aquelas sementes que ficam vão semeando outras pessoas mas, não são todos os frutos que são colhidos de jeito nenhum. Não são todas as pessoas que aquilo bate

completamente no coração, e tem pessoas com problemas na vida dela, sei lá, a mãe morreu e muda não sei lá pra onde, então tudo isso vai acontecendo né, é dinâmico, então, agora, acho que tem uma quantidade de pessoas aí, por exemplo, a Comuna tem 20 famílias e é muito desigual também o nível de agrofloresta que faz, mas de qualquer maneira esse princípio está ali, pelo menos na maior parte, tem vários elementos importantes na mudança de perspectiva, até no aprendizado, porque, também tem isso aqui no assentamento, as pessoas não tinham, muitas delas, tradição agrícola. (Coordenador do Projeto Agroflorestar no Assentamento Mário Lago)

Seguindo a continuidade do relato do Coordenador do Projeto Agrofloresta no Assentamento Mário Lago, percebe-se, de maneira dialética, que elementos sociais externos ao assentamento ainda podem influenciar a formação de uma unidade social concisa e totalmente fundada nas premissas agroecológica e agroflorestral. A historicidade individual é também levada em consideração para o avanço da transformação da atividade e consumação de uma aprendizagem expansiva, além de elementos ambientais como exposto a seguir.

É diferente, a situação aqui, tem muito mais gente que vem de vários lugares, tem menos tradição agrícola do que no Paraná³⁴, que muita gente veio já veio da roça né, então uma coisa é transformar e para alguns não chega a ser uma transformação é um aprendizado da agricultura, e ainda tem a condição econômica e a falta de acesso à água tem sido dramática também no assentamento. Por mais que pela a falta d'água, a melhor coisa que tem é fazer SAF, mas, tem que ter alguma água, alguma água tem que viabilizar uma renda que a pessoa possa viver daquilo né, ela pode fazer uma lavourinha e tal, mas, não consegue se estabelecer enquanto agricultor. (Coordenador do Projeto Agroflorestar no Assentamento Mário Lago)

No entanto, para os Sem Terras que seguiram imersos na prática agroflorestral e ultrapassaram os impeditivos sociais, ambientais e individuais, tiveram, gradualmente, sua subjetividade modificada com este novo método agrícola. Os integrantes da Cooperativa Agroflorestral Comuna da Terra deliberaram a agrofloresta como a nova divisão social do trabalho que, conseqüentemente, possuem, agora, sua objetividade pautada na recuperação ativa de ecossistemas e produção diversa de alimentos orgânicos. Desta forma, a análise do significado de agroecologia destes assentados é de grande valia para a compreensão da nova atividade.

Assim muito antes de conhecer o projeto, antes de conhecer a Coopera, eu já tinha uma visão, isso lá em 2004 e 2005, início meu no MST, eu já tinha uma visão que o pequeno produtor ele não tem espaço nesse modelo de agricultura, esse modelo de agricultura a partir das grandes máquinas, a partir de veneno. O por que disto? É preciso grandes áreas, precisa de grandes investimentos para esse processo e você vai destruindo. O grande ele tem um monte de coisa, o cara que tem uma grande fazenda ele tem uma fábrica, ele tem uma loja, ele tem um monte de coisa, quer dizer, uma coisa complementa a outra, agora, o coitado do agricultor que tiver lá sozinho dependendo de a falta d'água, então, um processo mesmo de exclusão do

³⁴ Referindo-se ao Assentamento Contestado localizado no município de Lapa-PR, onde o Projeto Agroflorestar também esteve presente.

pequeno do Campo. E aí a agroecologia, principalmente o sistema agroflorestal, traz para gente essa visão por que? Eu sempre fui muito apaixonado pela produção orgânica, depois que eu fui começando a entender esse processo, e aí casou bem legal esse processo, a produção orgânica é superinteressante importante para natureza, para questão socioambiental, só que, se você não tomar cuidado ela é uma substituição do pacote, entendeu? O domínio é o mesmo. Então essa questão fundamental então é aquilo que é isso que a gente tá vendo, eu tenho certeza, as pessoas que tá fazendo SAF, que tá cobrindo o solo, que tá preservando, ele vai deixar a terra muito, muito, muito melhor do que pegou. E você continuar nesse sistema de monocultura mesmo no orgânico, a tendência é você ir degradando, cada vez mais acabando. Então esse é o grande aprendizado pra mim, essa é a grande visão do que a gente consegue ter. E aí você tem o entendimento de que nós, tem que entender que a terra é um patrimônio, ela precisa de cuidado e ela nos responde de maneira que a gente cuida dela. (Assentado P. do Assentamento Mário Lago)

Na citada fala é percebido a preocupação com a emancipação social e política dos camponeses que tem a agroecologia como projeto de vida e instrumentalização do campesinato. O entendimento das contradições inerentes da luta de classes e do modo hegemonicamente latifundiário do campo brasileiro é elemento também fundante para a continuidade da prática agroflorestal, segundo a concepção do relato acima. Aponta-se, assim, que o referido assentado pôde ultrapassar a imediatividade dos SAFs enquanto um simples objeto de interação, para considera-lo um instrumento de realização enquanto sujeito social.

Nesta perspectiva, os Sistemas Agroflorestais Agroecológicos, para este Sem Terra, trazem consigo a autonomia nos processos produtivos que, gradualmente, se libertam das relações de mercado. Deliberadamente, o mesmo cita a preocupação com a produção orgânica em larga escala produzida por grandes empresas ressignificando o signo ‘orgânico’ e o compreendendo como algo não necessariamente emancipatório.

Primeiro eu não consigo me ver fazendo outra coisa do que eu faço, eu abandonei meu emprego na cidade, hoje eu ganho um quinto do que eu ganhava lá, mas não volto para o que eu fazia de jeito nenhum, então virei um roceiro mesmo daqueles que se precisar de eu ir na cidade eu fico reclamando, mas, não consigo imaginar como é que as pessoas podem praticar aquele tipo de agricultura. Mesmo sendo uma agricultura muito sacrificada eu não sei se é porque aqui, principalmente, eu acho que por conta da terra muito degradada, muita coisa, eu lembro que eu plantei uma roça aqui na reserva, aqui na época, de milho e de feijão e eu quase não colhia a roça, porque era tanto espinho, daqueles timbete, que eu tinha que colher, eu e o Paraguai, tinha que colher com calça de motoqueiro porque se não, não conseguia entrar na roça, entendeu? Então aquilo para mim foi um marco. “Poxa vida como é que faz? Como é que é possível fazer um outro tipo?” E, hoje eu ando na área que a mesma área que eu tinha colhido aquele milho e vejo lá uma monte de banana, um monte de árvores, aquelas coisas tudo eu falo assim “como é que as pessoas podem praticar aquele tipo de agricultura?” Então assim para mim, é uma evolução muito grande. Segundo que agrofloresta para mim é a única agricultura possível para salvar esse planeta. Se não for agrofloresta nós estamos ferrados. Nós vamos morrer

todo mundo, se as pessoas não acordar e defender e salvar a agrofloresta, e daí não é só quem pratica não, quem faz agrofloresta não, é quem come da agrofloresta também. (Assentado Z. do Assentamento Mário Lago)

O significado da Agrofloresta na fala supracitada entrega a perspectiva de emancipação tanto social do sujeito quanto ambiental ampliada à totalidade do mundo. Como anteriormente citado por outro assentado, este sujeito compreende os Sistemas Agrofloretais Agroecológicos não se limitam a um objeto de interação, ou seja, uma mera técnica de agricultura, mas, o permite projetar uma nova sociabilidade pautada na restauração ambiental e no rompimento entre a atual dicotomia entre campo e cidade. Esta ressignificação do mundo embasada pela atividade agroflorestal é também percebida na fala seguinte do mesmo assentado.

As pessoas deviam na cidade, fazer uma investigação para quem vende comida na cidade, fazer enquete mesmo “oh de onde é sua comida, como é que ela é produzida, da onde que ela vem, é sustentável?”, “qual que é o sistema que planta isso aqui?”, “ah, é orgânico?”, “mas como que é sistema orgânico, protege o solo, bota água no aquífero, protege o ar?”. Essas perguntas têm que ser praxe para todos consumidores da cidade entendeu? Porque se a gente não mudar esse conceito e as pessoas tem que exigir isso mesmo, vai morrer cara, vai morrer todo mundo, o planeta vai fritar. São Paulo é uma área que ela foi e ela vai se tornar um deserto, se você vê geologicamente essa área aqui, ela é uma área de deserto, ela só é mato e só se transformou nessa mudança aqui quando o vulcão explodiu e tudo começou, mas, ela quando você cava aqui você acha areia do deserto lá embaixo entendeu? E aí você vai desertificando em cima, vai se tornar um deserto de novo se a pessoa não acordar para vida. Então eu não consigo ver um outro tipo de agricultura que não seja agrofloresta para salvar o planeta entendeu? Para dar comida, e mais, enquanto o agronegócio fala que tem que desmatar mais para produzir comida porque vai ter não sei quantos milhões de gente daqui um tempo e que para isso precisa de usar mais veneno, mais insumos e desmatar mais áreas, a agrofloresta fala que não precisa de insumo, não precisa de veneno, não precisa de área, metade da área que hoje existe é possível produzir comida para alimentar a humanidade toda e ainda sobra comida. Então, nós estamos aqui é pra fazer essa tarefa difícil, né. Eu sei que talvez não vou ver a vitória, mas, tenho certeza vou deixar uma galera fazendo a luta aí no meu lugar, para continuar essa luta, né. Tenho certeza disso. (Assentado Z. do Assentamento Mário Lago)

A perspectiva socioambiental da atividade agroflorestal no assentamento em discussão também entrega uma preocupação com as futuras gerações ao plantar alimentos juntamente com a recuperação de ecossistemas. Salienta-se a crítica ao modelo de agricultura expansiva e empresarial que defende o desmatamento pelo discurso produtivista, os Sistemas Agrofloretais, para este Sem Terra, são capazes de se contraporem à produção latifundiária tanto na quantidade como na qualidade da produção.

A agroecologia está dentro de quem trabalha com agrofloresta, tanto na questão de sociedade que tem as pessoas envolvidas né e o respeito quanto, a natureza que eu acredito que agroecologia é isso. Você que tudo que você consegue devolver para natureza, a água que você usa né de repente você

trabalha em uma monocultura de alface, por exemplo, faz parte da ecologia mas, não faz parte da agroecologia, que você não tá devolvendo nada para natureza né, você tá jogando uma água no alface, que ela água vai evaporar e vai servir pra nada né. E aí eu acho que agroecologia é isso, você produzir respeitando o meio ambiente tentando ajudar. E aí agrofloresta floresta eu acho que aquilo que o Nelson fala, você tentar copiar uma floresta mesmo do jeito que Deus faz e nós fazer com a nossas próprias mãos. Não fazer diferente né, as vezes na natureza você ver um ciclo de uma área que tá sendo construída, e aí Deus na natureza faz do jeito dele que tem um vento para cair uma folha mesmo para cobrir o solo, tem a época que cai todas as folhas que está morrendo, mas, avisa que tá caindo as folhas aí para proteger o solo né. E aí é isso que a natureza faz na agrofloresta a gente tenta fazer com as nossas mãos, adiantar um processo de uma terra degradada com as nossas mãos né, não esperar nada de natureza, não que a natureza não faz mas infelizmente o homem interviu para desfazer e a gente tem que tentar refazer. (Assentado do Assentamento Mário Lago e presidente da Cooperativa Agroflorestal Comuna da Terra)

A citada fala vai ao encontro da perspectiva já exposta, adicionando a observação do comportamento da Natureza como modelo a ser seguido. Sua descrição de uma folha que cai da árvore como motivo para cobertura de solo encontra-se com os processos de manejo dos Sistemas Agroflorestais Agroecológicos. Coloca-se o papel do ser humano enquanto potencial para a recuperação dos ecossistemas degradados pelas, também, ações humanas.

Essas premissas de recuperação de ecossistemas enquanto fundante da atividade agroflorestal também se reflete nas duas falas subsequentes. Adiciona-se a isto a centralidade do trabalho para estes assentados que percebem os SAF e mesmo o projeto agroecológico como possível inspiração para outros Sem Terras.

E uma coisa que tem que pôr também, a gente tá ajudando, nessa Fazenda né, em cima do lençol freático. Só de estar reflorestando, por isso que eu falo, se a Fazenda inteira tivesse a consciência que nós da Comuna está tendo, isso aqui era um brinco de ouro pequeno. Só d'agente tá ajudando a preservar o recarregamento do lençol freático, porque água é a vida, então isso é importante, do que a gente ter uma terra degradada aí. E aí o pessoal limpa tudo aí, imagina do jeito que tá a seca hoje, você vê por fogo em tudo. Aí que eu falo para a família, se todo mundo tivesse consciência, mas vamos, tem que ter um começo para ver se a gente vê as consciências das outras pessoas, né. Porque também as outras pessoas vendo o seu trabalho, pode conscientizar eles a fazer a mesma coisa. (Assentado C. do Assentamento Mário Lago)

A fala seguinte, preserva as preocupações socioambientais, mas aponta a questão de gênero como elemento central da Agroecologia

A agrofloresta tá dentro da Agroecologia sabe? Eu posso dizer que agrofloresta é uma técnica agroecológica, agora agroecologicamente falando já abrange muito mais coisas, as relações pessoais, esse cuidado que a gente tem com o solo, com a água, a preservação das nascentes. O contexto social da comunidade também, o contexto de família, a questão das mulheres também, o protagonismo das mulheres também dentro da agroecologia, a questão das sementes. Eu busco pra mim, viver mais agroecologicamente, é

difícil, mas o pouco que a gente faz em plantar umas árvores já é um começo.” (Assentado A. do Assentamento Mario Lago)

Estas exposições realizadas acerca do significado socioambiental da Agroecologia para aqueles que tiveram sua atividade expandida para a atividade agroflorestal, corrobora com o projeto social, econômico e ambiental que a agroecologia ocupa no MST. Além disso, a questão de gênero surge como elemento constituinte deste debate, elucidando que a agroecologia ultrapassa a concepção de técnicas de agricultura, mas, centrada como um novo paradigma produtivo, a mesmo traz consigo reflexões mais estruturantes das relações sociais nos assentamentos Sem Terra.

A fala seguinte, realizada por uma Sem Terra que vive no Assentamento Mário Lago e integra a direção nacional do movimento, aponta que as discussões sobre agroecologia realizadas Agroecologia pelo MST a nível estrutural, também vão ao encontro da construção de novas relações sociais. Percebe-se os Sistemas Agroflorestais Agroecológicos como meios de produção em potencial para esta nova construção.

Uma agricultura totalmente voltada para exportação, que no caso aqui do Estado de São Paulo, significa uma imensidão de canaviais e também área para celulose e laranja para exportação, então, o campo é lugar de produção de comida e estão invertendo as prioridades aí, não aceitamos a questão de envenenamento que tem né. São muitos dados que mostram que muitos brasileiros e brasileiras estão se intoxicando né, contraem doenças graves até mesmo como câncer por conta da alimentação, então, é dentro dessa pauta que nós estamos aí trabalhando agrofloresta, agroecologia, incentivando para que de fato os acampamentos e assentamentos sejam estes pontos de resistência, mas também de referência para que mais gente da cidade se engaje nisso e que defenda a reforma agrária, porque, é muito fácil a pessoa querer comer alimentação orgânica sem veneno só que ela tem que saber que para ela poder ter o orgânico sem veneno, ela tem que se abrir uma dimensão maior que é a própria agroecologia e agrofloresta. Então ela tem que se engajar no processo de defesa né das comunidades assentadas de assentamento, das comunidades indígenas, comunidades quilombolas que é só com essas comunidades e populações que é possível produzir de uma forma, de fato, diferente, de fato, ter uma alimentação saudável que alimente todo povo brasileiro. (Assentada do Assentamento Mário Lago integrante da Direção Nacional do MST)

É importante elencar a melhora da saúde humana como elemento constituinte das novas relações sociais possíveis de construção pelo paradigma agroecológico. Neste contexto, os Sistemas Agroflorestais Agroecológicos se configuram enquanto técnico de plantio ideal para estes assentados. Ressalta-se a atividade agroflorestal como formação da subjetividade em potencial esta citada leitura de mundo, bem como, instrumento de mudança da objetividade.

As pessoas que trabalham com agricultura, que hoje em dia é difícil, você vê que a pessoa não come o que planta né, trabalha aí a produção até lá, mas, você vê, então ele vive muito ainda daquilo que o Brasil faz né; entrega o

petróleo daqui, manda lá para o exterior, eles beneficiam o petróleo e depois vende pra cá de volta por um horror de dinheiro né. Então as pessoas também fazem isso, produz os produtos, leva para indústria que beneficia depois enfia com um monte de bagunça e as pessoas compram de novo né. Então quando você vê uma pessoa praticando agrofloresta e que ela fica comendo a laranja, pega o tomate lá do pé e come, a sua própria alface, seu coentro, sua salsinha, estar comendo o que planta, entendeu? Porque geralmente quem planta para o mercado do agronegócio não come, porque ele usa muito veneno. Ele fala “pô, eu não vou comer essa porcaria né”. Então quando você tem a coragem de comer o que você planta cara e você fica muito feliz, você fica muito contente. Então é importantíssimo esse tipo de agricultura. (Assentado Z. do Assentamento Mário Lago)

A fala citada vai ao encontro da perspectiva da saúde humana, sobretudo do trabalhador rural que produz o alimento. Isso se anexa no projeto político do MST, uma vez que valoriza o trabalho dos Sem Terras. Ao expor as características da produção agrícola latifundiária, a potencialidade da crítica também mostra uma contraposição evidente. Este assentado, portanto, percebe a Agroecologia Política também através da saúde. Outra fala neste sentido é apresentada a seguir.

Em primeiro lugar, saúde, né. Só a gente não tá usando agrotóxicos essas coisas tá produzindo uma coisa que é um alimento saudável, saber as pessoas que está comprando tá comprando uma coisa saudável é importante demais. Então a gente tem essa visão, você vê lá fora, você chega no mercado lá, eu vou no mercado ver aqueles peão, aquelas frutas, verduras e legumes muito bonita aí já vem na mente “em cima do agrotóxico”. Ai eu como esse negócio bonito aí e depois eu pergunto “minha saúde depois vai parar onde” se eu continuar comendo isso aí, vai chegar um dia que eu não vou ter força para mais nada, então deixa esse bonito aí que eu sou mais aquele feinho sem agrotóxico, eu vou comer saúde, eu não vou comer doença. (Assentado C. do Assentamento Mário Lago)

Além da dimensão política da agroecologia deliberada pelo movimento a nível nacional, a dimensão ambiental foi alocada como elemento também central para efetivação da emancipação proposta. Mas, destaca-se duas falas que traz consigo significados de vida. A primeira dirige-se a uma mudança de comportamento, até mesmo da alimentação a partir dos processos naturais, ou seja, este assentado expõe a adaptação aos ciclos da Natureza promovido pelos Sistemas Agroflorestais Agroecológicos.

Tinha um debate no movimento tempo atrás, né, no setor de produção, e o pessoal tava criticando a gente da agrofloresta, né. Que a gente não tava fazendo ecologia né, a gente tava querendo mudar, né. Dai a gente tava, mas e aí o que a gente faz então se a gente não faz Agroecologia? Porque agrofloresta que você usa para ter uma produção, mas você recupera todo um sistema, no meu entendimento, e talvez de alguns que nós estávamos discutindo, é que a Agroecologia você tem que estar dentro desse sistema, dentro da Natureza, preservando, produzindo convivendo nesse ambiente, você tem que conviver com ele e não você tá separado lá e a produção aqui, não, mas, você tem que sobreviver nesse ambiente também. A gente sempre discutiu Agroecologia no movimento, mas a gente nunca conseguiu chegar na prática, fazer com que o pessoal entendesse isso e plantar, vender e colher

que era a ideia também. E aí quando chegar a técnica agroflorestal, não só do modelo do SAF biodiverso, mas também modelos de plantio de horta mandala, de plantio de roçada, aí com o manejo agroflorestal a gente conseguiu mais coisa prática. Tudo aquilo que a gente discutia, só que a gente não conseguia chegar no agricultor de forma prática, que você está cuidando do solo, está preservando a água, está preservando o ambiente, está criando um microclima naquela região que tá produzindo alimentos sem que precisa combater as pragas que possa tá atacando porque tem um ambiente equilibrado, fazendo com que o animal também se alimente de alguns produtos que não vai fazer falta, foi onde a gente conseguiu mais chegar próximo a questão da discussão com produtor mesmo ali. Com a prática mesmo da Agroecologia, porque dizia ah, a gente quer produzir agroecológico, mas que o cara ia lá e tacava veneno e fugia da lógica. Discutia, mas na prática não tinha e com a técnica da agrofloresta, eu acho mais fácil na prática o pessoal entender um pouco mais a Agroecologia. Apesar que não é só o SAF em si né, a pessoa também tem que se adaptar modo de vida, porque quando você começa a plantar SAF a pessoa tem que mudar, porque você tem uma sucessão de produção que você vai ter um produto hoje e amanhã vai ter outro e você acaba tendo essa mudança de vida, acaba tendo, mas, acaba consumindo né. (Assentado V. do Assentamento Mário Lago)

Alia-se a esta adaptação citada a necessidade da inclusão das novas gerações, ou seja, dos jovens nos processos de produção de alimentos e consequente conhecimento do funcionamento dos sistemas ecológicos. Desta forma, a seguinte citação expõe o aspecto familiar da produção, bem como, a importâncias dos SAF para a sua sobrevivência. Este assentado passou por sérios problemas de saúde e encontrou nos processos de aprendizagem e na transformação da atividade um meio de se recuperar e ressignificar sua vida.

Gostaria de falar assim para o jovem, para entrar mais jovem, para aprender para entrar junto com nós trabalhando, botar a cabeça, que tem muito pessoal aí com a cabeça virada, porque não tem uma ocupação não tenho um projeto para fazer. Aqui a gente tem bastante projeto, tem bastante curso. Então eu queria que os jovens chegassem junto com a gente, os filhos, os netos, entendeu. Eu tô criando meus netos para isso entendeu, tudo vem aqui, vamos lá na roça, porque eu conheço jovem aí de 20 anos que não conhece como nasce um pé de berinjela, entendeu. Veio fazer uma visita no meu lote lá, um menino de 20 anos, o rapaz falou assim “é mais como é que dá um repolho e como é que dá uma berinjela?” aí falei “então, é isso que vocês têm que vir para aprender”, entendeu. Eles viram lá aquele monte de berinjela, aquele monte de repolho, falou “nossa mas isso dá assim”, falei “então falta de vocês vir para prender com a gente”, então a gente tá procurando trazer o jovem para aprender, para ensinar. Não é porque a gente gosta mais de ensinar, não gosto muito de tá falando assim, mas, é muito bom, é uma coisa muito boa para a gente. E a cabeça, você fica a cabeça livre, o que me curou mais foi essa agrofloresta, senão eu tinha morrido. (Assentado C.A. do assentamento Mário Lago)

Considera-se assim, que a prática agroflorestal, além da visão política debatida pelo MST, pode evidenciar novas dimensões e significados para o seu projeto agroecológico. Ao mudarem drasticamente o objeto de interação que antes era representado por uma atividade agrícola convencional, mesmo que orgânica, e agora se apresenta como o plantio e manejos

de Sistemas Agroflorestais Agroecológicos, este grupo de Sem Terras, organizados na Cooperativa Agroflorestal Comuna da Terra, tem a atividade transformada no ciclo exposto pela aprendizagem expansiva.

Desta forma, os Sistemas Agroflorestais deixaram de ser um objeto de interação para se transformarem na atividade a esta unidade social tendo os processos de aprendizagem como mediação entre subjetividade e objetividade. Ao se organizarem enquanto uma cooperativa estritamente agroflorestal, o trabalho socialmente organizado se apresenta enquanto uma reunião de entendimentos subjetivos sobre o mesmo. Estes significados englobam vieses ambientais, sociais, econômicos, políticos e até mesmo ressignificação de vidas.

CONCLUSÃO

A deliberação da agroecologia pelo MST como seu novo modo de se realizar enquanto movimento social, inseriu um novo elemento a ser objeto de interação dos Sem Terras. Assim, a dimensão ambiental surge concomitantemente as dimensões social e econômica como estruturante ao trabalho realizado em seus territórios. Ao afirmar este novo paradigma produtivo, surge aos assentados a necessidade de novas alianças sociais em busca de instrumentalizações que possam concretizar esta proposta em uma prática social.

No caso do Assentamento Mário Lago, incluído no PDS da Barra, os assentados desenvolveram suas concepções sobre agroecologia desde os tempos de acampamento, quando os Sistemas Agroflorestais Agroecológicos eram debatidos como método ideal de cultivar alimentos sem insumos químicos, recuperar os ecossistemas degradados pela atividade canavieira anterior, bem como, gerar renda às famílias. Desta forma, os SAFs se configuraram como o novo objeto de interação que somente através do trabalho poderiam atender suas demandas, mas, ainda se configuravam como algo desconhecido.

Com a homologação do assentamento e através do papel fundamental do Centro de Formação Sócio-Agrícola “Dom Hélder Câmara”, estes Sem Terras passaram a acessar políticas públicas e projetos que possivelmente atendiam as necessidades objetivas. Os processos de aprendizagens desenvolvidos evidenciaram erros e acertos devido a complexidade conceitual e prática destes novos sistemas agrícolas, mas, justamente nestas tentativas houve a construção gradual de signos e a consequente rotulação dos elementos constituintes dos Sistemas Agroflorestais Agroecológicos, bem como, o desenvolvimento de instrumentos que, por fim, transformaram a atividade dos assentados envolvidos.

É neste contexto que a aliança social entre o Assentamento Mário Lago e a Cooperafloresta via Projeto Agroflorestar se evidencia como fundamental para o acesso ao conhecimento sobre SAFs por parte dos Sem Terras. A iniciação com a observação *in loco* das agroflorestas estruturadas no município de Barra do Turvo – SP, deu início ao processo de rotulação, dito na perspectiva vigotskiana, bem como, a abertura de possibilidade de instrumentalização para a devida divisão social do trabalho seguindo os pressupostos de Leontiev (1977, 1978, 2005b) .

A partir desta visita e a consequente ida dos técnicos do Projeto Agroflorestar ao Assentamento Mário Lago, o desenvolvimento de signos e instrumentos passou a fazer parte do trabalho cotidiano dos Sem Terras. As implantações nas áreas de reserva legal, mesmo que não entregando a tão almejada solução econômica, já anunciava os conceitos centrais dos

SAFs exigindo consigo o comprometimento daqueles que realmente viam neste sistema de plantio um caminho para sua própria emancipação.

Desta forma, o trabalho do grupo que se firmou como liderança dos processos de aprendizagem tinha o SAF não mais como um modelo de agricultura desejável, mas, como um objeto de interação. Somente a experiência coletiva nas áreas de reserva e a visita ao Sítio Semente por dois integrantes deste grupo caracterizado como liderança agroflorestal no referido assentamento, possibilitaram os assentados a revelação da instrumentalidade efetiva, ou seja, o método ideal de implantação dos SAFs.

A transferência dos processos de aprendizagem aos lotes individuais se caracterizou, então, como o encontro entre maturidade subjetiva dos assentados acerca das agroflorestas e do instrumental que estes mesmos sistemas podem oferecer para que o Assentamento Mário Lago se realizasse como um território Sem Terra alicerçado sobre o paradigma agroecológico. É desta forma que a agrofloresta se torna na atividade destes sujeitos, não somente por conta de uma exteriorização através da prática agrícola, mas, sobretudo, pelo entendimento sobre sistemas ecológicos que os SAFs necessariamente são, e como estes mesmos passaram a caracterizar o trabalho de um grupo social.

Destaca-se a auto-organização dos processos como elemento fundamental para que os assentados envolvidos nos processos de aprendizagem pudessem apreender signos e instrumentos através da experimentação direta, mesmo que com o apoio de técnicos do Projeto Agroflorestar. Outros projetos também foram desenvolvidos paralelamente e de forma crucial para que os meios de produção necessários fossem implantados no assentamento, mas, ressalta-se o caráter complementar destes, uma vez que o conhecimento, de fato, adveio dos agricultores da Cooperafloresta, caracterizados hegemonicamente como comunidades quilombolas que possuem similaridades social, econômica e política aos Sem Terras.

A partir desta formação histórica, que se iniciou em 2011, um grupo foi progressivamente se concretizando como liderança na implantação dos SAFs até se constituírem a Cooperativa Agroflorestal Comuna da Terra. Sendo assim, a atividade fora transformada a este grupo de assentados via ciclos da aprendizagem e a atividade agrícola se transformou na atividade agroflorestal consumando um ciclo completo de aprendizagem expansiva (ENGESTRÖM, 1987).

Atividade esta representada pelo encontro entre a subjetividade e objetividade, que demonstra o modo de entendimento da prática social deste grupo através de uma nova organização de base. Desta forma, os novos significados sobre estes sistemas produtivos

inseridos no paradigma agroecológico deliberado pelo MST estão alicerçados em novas relações de trabalho e na prática social deste mesmo grupo.

A atividade agroflorestal, assim denominada devido a prática social entorno dos Sistemas Agroflorestais Agroecológicos, impulsionou não somente novos arranjos como a citada Cooperativa Agroflorestal Comuna da Terra, mas, internamente a esta, foram criados novos processos de aprendizagem para a elevação do entendimento destes sistemas produtivos a estágios superiores. Alia-se a isso, a propagação da agroecologia ao centro urbano do município de Ribeirão Preto através de canais de comercialização auto gerenciados que trazem consigo um alento a novos modelos de organização das cooperativas do MST.

Sendo assim, fica evidente que o processo de construção da identidade agroecológica do Assentamento Mário Lago foi conduzido por processos constantes de aprendizagem que, atualmente, se encontra em outro estágio de desenvolvimento. Destaca-se, portanto, que a aprendizagem se apresenta como prática mediadora entre os motivos dos sujeitos envolvidos na implantação dos SAFs e a exploração da instrumentalidade oferecida pela realidade objetiva, em uma escala interna ao referido assentamento.

É justamente nesta análise interna ao Assentamento Mário Lago que a teoria da atividade possui grande potencial para compreender os resultados das dinâmicas de aprendizagem no contexto social e subjetivo da agroecologia. O recorte teórico acerca da dimensão social da agroecologia aponta metodologias fundamentalmente educativas, mesmo que não formais, como a metodologia camponês-a-camponês e o diálogo de saberes, elementos estes que se inserem na disputa de territórios materiais e imateriais nas contradições entre agronegócio e campesinato.

Os marcos conceituais destas citadas contradições não se expressam somente por meio da disputa do território material, mas, sobretudo, na esfera da subjetividade de onde se consagra a visão de mundo. Como debatido, a agroecologia se apresenta como a nova materialidade do campesinato que entrega aos camponeses a releitura de métodos tradicionais que podem construir a autonomia produtiva juntamente aos processos da natureza.

A teoria da atividade, portanto, é de grande valia para se estudar o potencial de transformação subjetiva dos camponeses a partir dos meios produtivos agroecológicos e, ao mesmo tempo, o modo de enfrentamento ao agronegócio. A ressignificação dos sistemas produtivos e ecológicos, no caso do presente estudo, demonstra que a recuperação dos ecossistemas são centrais na visão de mundo da objetividade agroecológica.

Já no contexto da meso-escala, o Projeto Agroflorestar revela-se como o elemento mediador na troca substancial de conhecimento da estudada aliança social estabelecida pela

Cooperafloresta e Assentamento Mário Lago. É justamente este projeto que possibilitou a instrumentalização para a manipulação e alteração do ambiente no qual os assentados estão imersos e, ao mesmo tempo, possibilitasse a modificação das subjetividades dos sujeitos.

Assim, os relatos expostos quando comparados as teorias selecionadas e supracitadas, buscaram revelar os saltos quantitativos e qualitativos da configuração das agroflorestas como objeto direto de interação materializado pelo trabalho cotidiano. Para isso, somente a partir da reconstrução dos marcos históricos da presença dos Sistemas Agroflorestais Agroecológicos no referido assentamento foi possível revelar tais resultados e, assim, metodologicamente, evidenciando a necessidade de reconstrução da realidade concreta.

É desta forma, a partir da reconstrução histórica das experiências dos próprios sujeitos, que foi possível compreender os motivos para que o Assentamento Mário Lago se encontre no atual estágio de desenvolvimento agroecológico. Somente superando a imediatez dos fenômenos e com a reconstrução histórica dos processos de aprendizagem e a análise da atividade foi possível revelar os avanços conquistados por estes Sem Terras.

Destaca-se, também, que os processos de aprendizagem que possibilitaram uma nova atividade aos sujeitos envolvidos, promoveram o reordenamento das organizações sociais de base do assentamento, justamente pela similaridade subjetiva e necessidade de continuação da aprendizagem acerca dos SAFs. Este é expressado na criação da Cooperativa Agroflorestal Comuna da Terra que, pode ser considerada a consumação de um ciclo completo de aprendizagem expansiva, ou seja, a atividade agrícola transformada na atividade agroflorestal através da divisão social do trabalho.

Justamente por estes motivos, aponta-se que a busca pela afirmação territorial e construção identitária de diferentes territórios Sem-Terra deve se pautar na autonomia dos sujeitos para a concretização de soluções que envolvam as dimensões social, econômica e ambiental. Foi exposto que os sujeitos possuem historicidades distintas e que somente se alinham coletivamente quando há um objetivo em comum, ou motivo, que, por sua vez, podem inserir os sujeitos como protagonistas em suas práticas sociais.

É importante citar o destaque da aliança social entre territórios distintos, porém, reconhecidos entre estes mesmos como territórios populares e que vivem intensos conflitos com a estrutura latifundiária do campo brasileiro. Somente com uma aliança, mesmo que para além do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra, que o grupo de assentados estudado alcançou estágios superiores de emancipação social, econômica e ambiental.

Destaca-se a necessidade da autonomia nos processos de avaliação dos problemas e a auto-organização entorno das possíveis soluções pelos próprios sujeitos em ação. Os projetos

que possuem a verticalidade e a mera transmissão de conhecimento tenderam ao fracasso, mesmo que, ainda, tiveram valor na construção subjetiva. Os projetos, como o caso do Projeto Agroflorestar, que buscam a construção de comunidades sustentáveis alcançam sua efetividade quando exercem a função de instrumentalidade para que os próprios sujeitos determinem os recursos necessário e seu modo de utilização.

Sendo assim, a busca pela sustentabilidade em territórios Sem Terra deve perpassar pela auto-organização a nível comunitário que, por sua vez, envolve processos de reconhecimento de limitações, acesso a políticas públicas e auto-gestão dos recursos. Além disso, a aprendizagem surge como elemento aglutinador de sujeitos que buscam ultrapassar uma determinada condição objetiva em direção a emancipação social, econômica e ambiental que tem somente na transformação da atividade a sua real concretização.

REFERÊNCIAS³⁵

- ALTIERI, M. **Agroecologia: a dinâmica produtiva da agricultura sustentável**. Tradução: Marília Marques Lopes. 5. ed. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009.
- ALTIERI, M. **Agroecologia: bases científicas para uma agricultura sustentável**. Tradução: Rosa L. Peralta; Eli Lino De Jesus; Patricia Vaz. 3. ed. Rio de Janeiro: Expressão Popular, 2012.
- BARBOSA, L. P. Educação do Campo [Education for and by the countryside] as a political project in the context of the struggle for land in Brazil. **Journal of Peasant Studies**, v. 44, n. 1, p. 118–143, 2017.
- BECKER, H. S. **Métodos de pesquisa em ciências sociais**. Tradução: Marcos Estevão; Renato Aguiar. 4º ed. São Paulo: Editora Hucitec, 1999.
- BRASIL. **Programa de Aquisição de Alimentos (PAA)**. Disponível em: <http://mds.gov.br/assuntos/seguranca-alimentar/programa-de-aquisicao-de-alimentos-paa>. Acesso: 15 jan. 2018.
- CALDART, R. S. **Pedagogia do Movimento Sem Terra**. Petrópoli-RJ: Editora Vozes, 2000.
- CALDART, R. S. Elementos para construção do projeto político e pedagógico da Educação do Campo. **Trabalho Necessário**, v. 2, n. 2, p. 1–16, 2004.
- CAMARGO, R. A. L. de et al. O PAA e PNAE em assentamentos PDS no norte paulista. **Retratos de Assentamentos**, v. 19, n. 149–173, 2016.
- CAVALCANTE, M.; FERNANDES, B. M. Territorialização do agronegócio e concentração fundiária. **Revista NERA**, v. 11, n. 13, p. 16–25, 2008.
- CHRISTOFFOLI, P. I. Elementos introdutórios para uma história do Cooperativismo e Associativismo rurais no Brasil. In: **Questão Agrária, Cooperação e Agroecologia**. 2. ed. São Paulo: Outras Expressões, 2016. p. 169–187.
- CONCRAB, C. das C. de R. A. do B.-. **Caderno de Cooperação Agrícola nº 5: Sistema Cooperativista dos Assentados**. São Paulo: Gráfica e Editora Peres Ltda, 1997.
- CONCRAB, C. das C. de R. A. do B. **Caderno de Cooperação Agrícola nº 8: A evolução da concepção de cooperação agrícola do MST**. São Paulo: Gráfica e Editora Peres Ltda, 1999.
- COOPERAFLORESTA. **Projeto Agroflorestar**. Disponível em: <https://www.cooperafloresta.com/em-branco>. Acesso em: 10 nov. 2018a.
- COOPERAFLORESTA. **Quem somos**. Disponível em: <https://www.cooperafloresta.com/loja-e-carrinho-c3m4>. Acesso em: 10 nov. 2018b.

³⁵ De acordo com a ABNT NBR 6023 2018.

CORRÊA NETO, N. E. et al. **Cartilha Sistemas Agroflorestais Agroecológicos em Assentamentos da Reforma Agrária**. Barra do Turvo: Petrobrás, 2016a.

CORRÊA NETO, N. E. et al. **Agroflorestando o mundo de facão a trator**. Barra do Turvo: Petrobrás, 2016b.

COSTA, M. B. B. da et al. Agroecologia no Brasil - 1970 a 2015. In: **Historia de la Agroecología en América Latina y España**. Miguel Alt ed. Lima: Editorial Gama Gráfica, 2015. p. 63–75.

DE MOLINA, M. G.; GARCÍA, D. L.; CASADO, G. G. Politizando el consumo alimentario: estrategias para avanzar la transición agroecológica. **Redes Santa Cruz do Sul: Universidade de Santa Cruz do Sul**, v. 22, n. 2, p. 31–53, 2017. Disponível em: <<https://www.researchgate.net/publication/316701544%0APolitizando>>.

ENGESTRÖM, Y. **Learning by expanding**. Helsinki: Orienta-Konsultit, 1987.

ENGESTRÖM, Y. Activity theory and learning at work. **The SAGE Handbook of Workplace Learning**, n. 2004, p. 86–104, 2011.

ENGESTRÖM, Y. Activity Theory and Learning at Work. **Tätigkeit – Aneignung – Bildung**, n. 1998, 2014. Disponível em: <<http://link.springer.com/10.1007/978-3-658-02120-7>>.

FERNANDES, B. M. Sobre a tipologia de territórios. In: SAQUET, M. A.; SPOSITO, E. S. (Ed.). **Territórios e Territorialidades: Teorias, Processos e Conflitos**. São Paulo: Expressão Popular, 2008. p. 368.

FILHO, D. B.; FERRANTE, V. L. S. B. A luta pela terra na região de Ribeirão Preto: o processo de formação e organização do Assentamento Mário Lago. **Retratos de Assentamentos**, n. 12, p. 305–330, 2009.

GOLDFARB, Y. Do campo à cidade, da cidade ao campo: o projeto Comunas da Terra e a questão dos sujeitos da reforma agrária. **Agrária**, v. 5, p. 109–138, 2006.

GONÇALVES, J. C.; SCOPINHO, R. A. Reforma Agrária e Desenvolvimento Sustentável: a Difícil Construção de um Assentamento Agroecológico em Ribeirão Preto-SP. **Retratos de Assentamentos**, v. 13, n. 1, p. 239–262, 2010. Disponível em: <<http://retratosdeassentamentos.com/index.php/retratos/article/view/72>>. Acesso: 8 fev. 2018.

GUHUR, D. M. P. et al. As práticas educativas de formação em Agroecologia da Via Campesina no Paraná Dominique. **Cadernos de Agroecologia**, v. 11, n. 1, p. 31–48, 2016.

HOLT-GIMÉNEZ, E. **Campesino a campesino: voices from Latin America's farmer to farmer movement for sustainable agriculture**. New York: Food First Books, 2006.

ILYENKOV, E. V. Activity and Knowledge. **Philosophy and Culture**, n. 1974, p. 1–11, 1974.

ILYENKOV, E. V. Dialectical logic: Essays on its history and theory. **Telos**, n. 2, p. 38–83, 1977. Disponível em: <<http://journal.telospress.com/cgi/doi/10.3817/0968002038>>.

LA VIA CAMPESINA. **Declaration at the II International Symposium on Agroecology** April, 2018. Disponível em: <https://viacampesina.org/en/declaration-at-the-ii-international-symposium-on-agroecology/>. Acesso: 10 jan. 2018.

LEONTIEV, A. N. Activity and Consciousness. **Voprosy Filosofii**, n. 12, p. 129–140, 1977.

LEONTIEV, A. N. **Activity, Consciousness, and Personality**. Prentice-Hall, 1978.

LEONTIEV, A. N. Lecture 36. Thinking and Activity. **Journal of Russian & East European Psychology**, v. 43, n. 5, p. 41–52, 2005a.

LEONTIEV, A. N. Lecture 14 . The Structure of Consciousness. **Journal of Russian & East European Psychology**, v. 43, n. 5, p. 14–24, 2005b.

LIBÂNEO, J. C. A didática e a aprendizagem do pensar e do aprender: a teoria histórico-cultural da atividade e a contribuição de Vasili Davydov. **Revista Brasileira de Educação**, n. 27, p. 5–24, 2004.

MARASAS, M. et al. Transición agroecológica: características, critérios y estrategias. Dos caso emblemáticos de la Provincia de Buenos Aires, Argentina. v. 10, n. 1, p. 49–60, 2015.

MARX, K. **A ideologia alemã: crítica da mais recente filosofia alemã em seus representantes Feuerbach, B. Bauer e Stirner, e do socialismo alemão em seus diferentes profetas**. Tradução Rubens Enderle; Nélcio Schneider; Luciano Cavini Martorano. 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2007.

MCCUNE, N. et al. (2017) McCUNE et al. - The Long Road: Rural Youth, Farming and Agroecological Formación in Central America.pdf. **Mind, Culture, and Activity**, v. 24, n. 3, p. 183–198, 2017.

MINAYO, M. C. de S.; DESLANDES, S. F.; GOMES, R. **Pesquisa Social: teoria, método e criatividade**. 28. ed. Petrópoli-RJ: Editora Vozes, 2009.

MST. **Princípios da Educação no MST**. São Paulo: Gráfica e Editora Peres, 1997.

MST. 4º Congresso Nacional do MST. **Jornal dos Trabalhadores Rurais Sem Terra**, p. 24, 2000.

NUNES, P. J. **Estratégias de comercialização adotadas por famílias que praticam agrofloresta: um estudo de caso no Assentamento Mário Lago, Ribeirão Preto/SP**. 2017. Dissertação (Mestrado em Agroecologia e Desenvolvimento Rural) - Centro de Ciências Agrárias, Universidade Federal de São Carlos, Araras, 2017.

NUNES, P. J.; SILVA, T. B. da. Implantação de Sistemas Agrofloretais: a experiência do Assentamento Mário Lago. **Informações Econômicas, SP**, v. 46, n. 3, 2016.

PICOLOTTO, E. L.; PICCIN, M. B. Movimentos camponeses e questões ambientais: posituação da agricultura camponesa? **Revista Extensão Rural**, v. 15, n. 16, p. 5–36, 2008.

PISTRAK, M. M. **Fundamentos da escola do trabalho**. São Paulo: Expressão Popular,

2000.

PLOEG, J. D. van der. **Camponeses e impérios alimentares: lutas por autonomia e sustentabilidade na era da globalização**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2008.

PLOEG, J. D. van der. Peasant-driven agricultural growth and food sovereignty. **Journal of Peasant Studies**, v. 41, n. 6, p. 999–1030, 2014. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1080/03066150.2013.876997>>.

REGO, T. C. **Vygotsky: uma perspectiva histórico-cultural da educação**. 25. ed. Petrópoli-RJ: Vozes, 2014.

REZENDE, J. R. de; SCOPINHO, R. A. O Centro de Formação Sócio-Agrícola “Dom Hélder Câmara” e o processo de formação dos assentados de Ribeirão Preto-SP. p. 1–19, 2007.

ROSSET, P. M. et al. The Campesino-to-Campesino agroecology movement of ANAP in Cuba social process methodology in the construction of sustainable peasant agriculture and food sovereignty. **Journal of Peasant Studies**, v. 38, n. 1, p. 161–191, 2011.

ROSSET, P. M.; TORRES, E. M. M. Agroecología, territorio, recampesinización y movimientos sociales. **Estudios Sociales**, v. 25, n. 47, p. 275–299, 2016.

SAUER, S. **Agricultura familiar versus agronegócio: a dinâmica sociopolítica do campo brasileiro**. Brasília, DF: Embrapa Informação Tecnológica, 2008.

STEENBOCK, W.; VEZZANI, F. M. **Agrofloresta: aprendendo a produzir com a natureza**. 1. ed. Curitiba: Fabiane Machado Vezzani, 2013.

TARLAU, R. The Social(ist) pedagogies of the MST: towards new relations of production in the brazilian countryside. **Education Policy Analysis Archive**, v. 21, n. 41, 2010.

TORRES, E. M. M.; ROSSET, P. M. Diálogo de saberes in La Vía Campesina: food sovereignty and agroecology. **Journal of Peasant Studies**, v. 41, n. 6, p. 979–997, 2014.

VIGOTSKY, L. S. **A formação social da mente**. Tradução José Cipolla Neto; Luís Silveira Menna Barreto; Solange Castro Afeche. 7. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2007.

WEZEL, A. et al. Agroecology as a Science, a Movement and a Practice. **Sustainable Agriculture Volume 2**, v. 2, n. 29, p. 761–786, 2011. Disponível em: <<http://www.springerlink.com/content/t251lq24715477n5/abstract/>>.

**APÊNDICE A – QUESTIONÁRIO REALIZADO COM AS LIDERANÇAS DOS
SISTEMAS AGROFLORESTAIS AGROECOLÓGICOS**

1. Como o MST tomou conhecimento da Cooperafloresta?
2. Como o assentamento Mário Lago conheceu o Projeto Agroflorestar?
3. Qual foi a duração do Projeto?
4. Durante o período do Projeto, quais foram as ações tomadas no assentamento?
5. Quem eram os envolvidos na primeira visita à Cooperafloresta?
6. Quando isso aconteceu?
7. Como foi a visita?
8. O que mais chamou a atenção dos visitantes na técnica de SAF?
9. Por que tomaram a decisão de importar este sistema?
10. Como eram aulas/encontros sobre SAF?
11. Quais foram as dificuldades de repassar o conhecimento sobre SAF?
12. Quantas famílias envolvidas?
13. Houve a necessidade de reordenamento social (criação de novos centros ou metodologia)?
14. Qual a metodologia utilizada?
15. Quais os motivos que algumas famílias não participaram do Projeto?
16. Em que momento se deu a criação da Comuna da Terra?
17. Por que a Cooperativa foi criada?
18. Qual a função da Cooperativa?
19. Qual sua função na Cooperativa?
20. Quais as influências do Projeto na Cooperativa?
21. A Cooperativa possui ações educativas? Quais?
22. Como você percebia a agricultura antes do Projeto? E agora?
23. O que significa Agroecologia e SAF para você?
24. Você acha que todos no assentamento pensam assim? Por que sim/não?

**APÊNDICE B – QUESTIONÁRIO REALIZADO COM A COORDENADORA DE
PROJETOS DO CENTRO DE FORMAÇÃO SÓCIO-AGRÍCOLA “DOM HÉLDER
CÂMARA”**

1. Como o MST tomou conhecimento da Cooperafloresta?
2. Como o assentamento Mário Lago conheceu o Projeto Agroflorestar?
3. Durante o período do Projeto, quais foram as ações tomadas no assentamento?
4. Quem eram os envolvidos na primeira visita à Cooperafloresta?
5. Qual foi a participação da Centro de Formação Sócio-agrícola no Projeto Agroflorestar?
6. Quem eram os técnicos agrícolas?
7. Qual foi a duração do Projeto?
8. Quantas pessoas envolvidas?
9. Quantas desistências?
10. O que ficou de influência do Projeto no Centro de Formação Sócio-agrícola?
11. Por que o Assentamento não participa mais do Projeto?
12. Em que momento se deu a criação da Comuna da Terra?
13. Por que a Cooperativa foi criada?
14. Qual a função da Cooperativa?
15. Qual sua função na Cooperativa?
16. O que a Cooperativa herdou do Projeto?
17. A Cooperativa possui ações educativas? Quais?
18. Quais as influências do Projeto na Cooperativa?
19. Como você percebia a agricultura antes do Projeto? E agora?
20. O que significa Agroecologia e SAF para você?
21. Você acha que todos no assentamento pensam assim? Por que sim/não?

**APÊNDICE C – QUESTIONÁRIO REALIZADO COM OS INTEGRANTES DA
COOPERATIVA AGROFLORESTAL COMUNA DA TERRA**

1. Você estava na primeira visita a Cooperafloresta?
2. Quando foi a visita? Como foi? O que te chamou a atenção?
3. Como se deu as primeiras aulas/mutirões?
4. Quanto tempo durou?
5. O Projeto mudou seu modo de ver e fazer agricultura?
6. Quando começou a plantar no seu lote?
7. Você fez como ensinado ou mudou algumas coisas?
8. Quais foram as dificuldades e as facilidades?
9. Quando você entrou para a Comuna da Terra?
10. Quando ela foi fundada?
11. Como funciona a Cooperativa?
12. O que são os pregões? De que forma isso ajuda os produtores?
13. A Cooperativa possui ações educativas? Quais?
14. A Comuna ajuda a você plantar/esclarecer duvidas sobre SAF?
15. Como ocorre a colaboração entre vocês sobre SAF?
16. Vocês fazem mutirões?
17. Você acha que todo mundo no assentamento faz SAF?
18. Na sua opinião, por que algumas pessoas fazem SAF e outras não?
19. Como você percebia a agricultura antes do Projeto? E agora?
20. O que significa Agroecologia e SAF para você?
21. Você acha que todos no assentamento pensam assim? Por que sim/não?
22. Em suma, sua vida melhorou depois da “chegada” dos SAFs via Projeto Agroflorestar?
23. Gostaria de dizer algo sobre o Projeto Agrofloresta que não foi mencionado?

APÊNDICE D – QUESTIONÁRIO REALIZADO COM CONSUMIDORES

1. Nome, idade, ocupação, local de habitação.
2. Há quanto tempo você consome produtos do assentamento?
3. Como você tomou conhecimento da feira?
4. O que te levou a consumir estes produtos?
5. Você sabe diferenciar produtos convencionais de produtos orgânicos?
6. E produtos agroflorestais de orgânicos?
7. O que você sabe do sistema produtivo (SAF)?
8. Para você o que é agroecologia?
9. Os produtos do assentamento aprimoraram seu entendimento sobre SAF/Agroecologia?
10. Você conhece o local e o produtor destes produtos de outros locais?
11. O que você pensa sobre o seu ato de consumir produtos do assentamento com a questão ambiental?
12. E relação com a reforma agrária e o MST? Você sempre pensava assim? Ou seu entendimento mudou após o consumo dos produtos do assentamento?